Anais do IV Encontro

CLIO-PSYCHÉ - HISTÓRIA E MEMÓRIA

Ana Maria Jacó-Vilela

Antônio Carlos Cerezzo

Heliana de Barros Conde Rodrigues

(orgs.)

Clio Edições Eletrônicas

Juiz de Fora

2005

FICHA CATALOGRÁFICA

Ana Maria Jacó-Vilela; Antônio Carlos Cerezzo; Heliana de Barros Conde Rodrigues (orgs.) **Anais do IV Encontro CLIO-PSYCHÉ - HISTÓRIA E MEMÓRIA.** Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2005.

ISBN: 85-88532-19-0

Clioedel

- Clio Edições Eletrônicas -

Projeto virtual do Departamento de História

e Arquivo Histórico da UFJF

E-mail:<clioedel@ichl.ufjf.br>

http: ://www.clioedel.ufjf.br

Endereço para correspondência:

Departamento de História da UFJF

ICHL - Campus Universitário

Juiz de Fora - MG - Brasil --CEP: 36036-330

Fone: (032) 229-3750 --- Fax: (032) 231-1342

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitora: Profa. Dra. Maria Margarida Martins Salomão

Vice-Reitor: Prof. Paulo Ferreira Pinto

Pró-Reitor de Pesquisa: Profa. Dra. Claudia Viscardi

Diretora da Editora: Profa. Vanda Arantes do Vale

APRESENTAÇÃO

Todos conhecem o jogo da memória. Virar uma peça, olhá-la, voltá-la à posição original e, diante de algo que a evoca, que parece ser sua imagem em outro lugar, tentar retomá-la. O relato desse ir e vir constitui sua história. De forma simples, vemos aqui memória e história em uma relação não de continuidade, dependência ou justaposição, mas de intimidade.

E é assim que gostaríamos que o leitor se desse frente a esse livro: de modo lúdico, confrontá-lo a suas idéias, divertir-se junto a ele, virar suas páginas, ainda que "virtuais", tal qual as peças daquele jogo na certeza de poder vir a resgatar algo que lhe interesse.

Para nós, do CLIO-PSYCHÉ - Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia/UERJ, esse jogo se dá há sete anos, a partir da realização do I Encontro Clio-Psyché. Desde então, outros cinco já foram realizados, sendo este livro a herança escrita do quarto deles, realizado em novembro de 2001. Organizado a partir de textos selecionados entre os enviados pelos autores que apresentaram trabalhos, tenta dar ao leitor não uma imagem exata do que foi o evento, mas do que dele restou a contar em versões elaboradas posteriormente.

São quatro partes. Na primeira, *Quem Tem Medo Da Ciência?*, livremente inspirada no título do livro de Isabelle Stengers, procura-se um questionamento de algumas formas de testemunho acerca de certos temas e aspetos da história da psicologia. Em *História Aos Poucos*, a ênfase recai na possibilidade de diversas histórias a contar no campo da historiografia psi, e também em alguns "poucos" sobre os quais há tanto a dizer ou tanto já se disse – no caso, crianças, em particular as "anormais", o povo cubano e o movimento sindical. *Em Os Especialistas Vão à Luta... E Vencem?,* interrogam-se os efeitos da ação especialista nos campos da terceira idade, jurídico e clínico, e as possibilidades de escape. Por fim, em *Era uma Casa Muito Engraçada* dois textos discutem os dispositivos residenciais de assistência em saúde mental.

Esforço nada individual, para que esse livro acontecesse muitos foram os que ajudaram. E se a memória poderia falhar, a história não o permitiria. Ficam aqui os agradecimentos a Ariane Ewald, Arthur Leal e Francisco Portugal, pelos pareceres que garantiram uma boa relação com os autores na penosa tarefa de avaliar e sugerir alterações nos textos.

Em relação ao IV Encontro CLIO-PSYCHÉ, pedra fundamental desse livro, os agradecimentos se dirigem à Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ, à direção do Instituto de Psicologia/UERJ e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social/ UERJ, cada qual, a sua maneira, auxiliando na realização do evento.

Ainda quanto ao IV Encontro, Emílio Nolasco, Hildeberto Martins, Ana Venâncio, Denise Monteiro, Silvia Josephson e Luis Antonio Saleh Amado muito contribuíram coordenando as sessões de comunicação oral; Cecília Coimbra, Ademir Pacelli e Jane Araújo Russo, coordenadores das Mesas Redondas, e primeiros

anfitriões de nossos convidados; e nossos colegas Jessé Guimarães da Silva, Adriana Amaral do Espírito Santo, Ana Paula Mello Bitar e Roberta Ferreira Domingues, então bolsistas de Iniciação Científica integrantes do CLIO-PSYCHÉ, hoje trilhando outros caminhos, mas ainda próximos.

Por fim, não poderíamos deixar de agradecer a Vanda Arantes do Vale, pelo convite para que adentrássemos pelas "páginas virtuais" através do ClioEdel.

A todos, sinceramente, nosso muito obrigado.

Os Organizadores

Quem tem medo da Ciência?

REFLEXÕES SOBRE AS CONFIGURAÇÕES DO MEDO NA CONTEMPORANEIDADE[1]

Luciana Oliveira dos Santos [2]

RESUMO

Tendo por referencial autores que vinculam as emoções às crenças e cognições, o artigo aborda o medo como um termo polissêmico, que adquire diferentes faces segundo o contexto histórico-cultural de emergência. Destaca as configurações presentes na Grécia Antiga, Idade Média e Modernidade, expondo as transformações conducentes à experiência atual, em que o medo surge como experiência psicológica, sem dimensão transcendente. As principais figurações em que aparece o medo desencantado do mundo atual – a síndrome do pânico e a busca de segurança pessoal – são destacadas, facultando contrastar o par *medo x coragem*, predominante no contexto da Antigüidade, com o binômio *medo x segurança*, associado ao chamado mal-estar contemporâneo.

ABSTRACT

REFLECTIONS ON FRIGHT NOWADAYS

The ever changing context of society's history and culture has shown that the fright phenomena is variable accordingly to manifestations of faith, emotions and eventually to the prevailing knowledge standard in a

[1] Este trabalho consiste em uma síntese de alguns pontos de reflexão da dissertação de mestrado intitulada "*As Linguagens do Medo: suas configurações na contemporaneidade*", apresentada no Insituto de Medicina Social da UERJ, Julho, 2001.

[2] Psicóloga, Mestre em Saúde Coletiva, IMS (Instituto de Medicina Social) da UERJ - na área de Psicanálise e Cultura.

given time as described by authors who consider these factors as causing such changes. References are made to the fright in ancient Greece, in middle age and in modern time disclosing the ongoing experience today as psycological phenomena within individual's conscience. Fright is referred to in today's experience as an objective consequence – panic syndrome and the urge for personal security and stability. The dualities of *fright x courage* – prevailing in ancient times – and that of *fright x security* of today's experience are emphasized specially this latter reference as the cause of general unrest.

O tema do medo está na ordem do dia. Isto se apresenta de uma maneira evidente na quantidade de matérias em jornais e revistas acerca do tema na atualidade. O medo é um tema que está atravessando o cotidiano, marcando de forma cada vez mais palpável a vida coletiva e individual, modificando comportamentos sociais e hábitos mentais. O objetivo deste trabalho, portanto, é refletir sobre o medo e suas figurações na contemporaneidade.

O medo é tomado aqui como uma emoção, e é importante explicitar que, entre as concepções diferentes de emoção existentes na história do pensamento, seguimos autores como Solomon (1995) e Costa (1998), que não desvinculam as crenças, a cognição, das emoções. Nesta perspectiva, tomamos o medo como um termo polissêmico, adquirindo diferentes faces de acordo com o contexto histórico-cultural em que emerge.

A partir deste objetivo, propomos uma caracterização das configurações do medo no cenário atual, refletindo acerca das mudanças ocorridas na gramática do medo ao longo da história, até vislumbrar na experiência de medo vivida pelos sujeitos hoje em nossa sociedade. Vinculamos, assim, o medo ao processo de subjetivação do indivíduo.

Dividiremos nosso trabalho, portanto, em dois tópicos: o primeiro fará referência ao medo no campo conceitual, em que o descreveremos como uma emoção; o segundo será uma breve análise do medo do ponto de vista da história, considerando a historicidade do termo e as mudanças por que passou ao longo da história.

1) O MEDO COMO EMOÇÃO

No interior da perspectiva que descreve o medo como emoção, diferenciamos duas vertentes: a que poderíamos chamar de essencialista, e outra, que poderíamos nomear como contingencialista.

A perspectiva essencialista das emoções, em linhas gerais, assume que as emoções são imutáveis. Nessa visão, o medo pode ser descrito: 1) como uma emoção básica, que se refere a uma concepção mentalista de medo; e 2) o medo enquanto epifenômeno biológico, que consiste em uma concepção fisicalista do medo.

Então, podemos dizer que os essencialismos, que pregam a universalidade do medo, tomam-no como um fato pré-lingüístico: as concepções biológicas e as mentalistas acreditam que existe um sentido do medo prévio à sua inscrição na linguagem.

Diferentemente dessa concepção, tomamos o medo em uma perspectiva contingencialista, como uma opção em descrevê-lo como historicamente formado, não essencial e universalmente dado, mas historicamente construído. Tomamos por base autores como Costa (1998, 2001) e Solomon (1995), que propõem uma maneira de descrever as emoções tentando escapar ao essencialismo proposto por algumas perspectivas, que assumem que emoções como o medo são imutáveis, desqualificando sua característica histórica.

As emoções básicas, para Costa, seriam aquelas consideradas menos elaboradas do ponto de vista lingüistico. O medo, a raiva, por exemplo, estariam nesta categoria das emoções, sobre as quais aprendemos a fazer relato não-inferencial. Seriam descritas sem a ajuda de premissas, uma vez que temos uma evidência sensorial, corpórea, orgânica para determinada emoção. Ninguém tem dúvida que sente medo em uma situação adversa, que ameace a própria existência física do indivíduo.

Fazendo parte desta certeza da reação emocional, temos os referentes sensoriais do medo: taquicardia, sudorese, contração do tônus muscular, adrenalina etc. Para Costa, porém, nestes referentes sensoriais não está embutido o sentido de medo. Ou seja, descrever o medo de um indivíduo que foi submetido a uma situação de stress intensa, uma situação de perigo, de ameaça física, por exemplo, o medo de que esta situação volte a ocorrer, não adquire um sentido conveniente se expresso a partir de um vocabulário unicamente orgânico para descrever a experiência emocional. Porque toda a sua experiência emocional depende da linguagem e de um vocabulário específico para fazer sentido.

Então, entendemos que mesmo emoções básicas como o medo não estão excluídas à regra. São também socialmente construídas, a partir das descrições expostas anteriormente. Quando aprendemos um termo para uma emoção, aprendemos segundo o jogo lingüístico em que aquele sentimento é classificado conforme as regras e padrões de uma determinada cultura.

Assim, diferentes culturas implicam variações na emergência de sentidos de determinadas emoções, assim como também quais emoções são fundamentais, importantes para cada cultura. Cada cultura, em períodos históricos distintos, designará regras de uso para determinadas emoções, que vão fazer parte de seu "arsenal" de emoções, onde a linguagem tem papel fundamental. A linguagem consiste, assim, em uma

ferramenta necessária para as formas que as emoções tomam a partir de uma modelação que é principalmente circunstancial e contingencial, porque é através dela que são derivados os sentidos das emoções.

Solomon é outro autor que se refere ao medo como podendo ser classificado entre as emoções primordiais, ou seja, partilha com autores que adotam a perspectiva de que o medo parece estar entre as emoções mais regulares. Porém, isto não implica afirmar que as emoções básicas sejam entendidas como fenômenos humanos universais, invariantes de cultura para cultura.

Ele se refere às sensações como sendo básicas em cada cultura. A sensação de medo, por exemplo, existiria em toda cultura. Mas o principal seria: em que situações? Qual a intensidade do medo? Em que este medo difere do pânico, por exemplo ? Em que medida essa tendência inata pode ser superada pela educação, treinamento, prática ou experiência? O pânico é aceito nesta sociedade e nestas circunstâncias ou é acompanhado pela vergonha ou humilhação? O pânico é entendido como uma reação natural ou uma fraqueza? É compreendido como apreensão involuntária ou ato voluntário, se bem que espontâneo?

Solomon infere que mesmo as emoções básicas estão passíveis a mudanças: devemos supor que as emoções primordiais, aquelas encontradas no contexto grego, variam consideravelmente de cultura para cultura. E mesmo quando aquelas emoções permanecem superficialmente as mesmas, elas devem ter status diferentes e desempenhar papéis muito diferentes nas interações sociais.

A visão de medo enquanto contingencial implica na aceitação do fato de que embora o nome seja o mesmo, as características que compõem aquela emoção, o que é aceito como caracterizando aquela determinada emoção varia, em cada cultura e em cada época que atravessa determinada cultura.

Neste sentido, o medo não é só uma reação emocional, trata-se de um sentimento construído historicamente, aprendido e ensinado de formas diferentes dependendo da época. Tem uma série de emoções que reconhecemos como sendo medo, e por um acordo público na língua vemos alguns comportamentos que concebemos como medo. O medo aqui é abordado como algo conhecido, todo mundo reconhece o sentimento ou a sensação de medo, ninguém tem dúvida de que tem medo. Pode ser reação de fuga, reação de retração, reação de negação, reação de precaução, reação de inibição. Tais reações fazem parte de outros complexos emocionais também, mas com configurações diferentes. A caracterização de medo não é simples, neste viés seria diferente de outras emoções parecidas, de terror, de susto, de pavor[3]. É uma tentativa de pensar a emoção a partir deste olhar que não pode descartar, ou minimizar, a importância do social. As emoções são “dependentes” da cultura.

O que chamaremos de medo num modo de ver contingencialista é tudo aquilo que, num acordo público, dizemos que é medo, havendo algumas características como as citadas anteriormente. Mas essas

[3] Há autores que realizam uma discussão terminológica entre medo, susto, espanto, pavor, pânico. Existem estudos sobre estas diferenciações, utilizando diferentes metodologias de análise. Em Psiquiatria, por exemplo, Pichon toma o medo, o terror, susto etc. como múltiplas facetas da angústia (PEREIRA, 1997). Optamos por não enveredar por esse caminho, o que seria um trabalho mais minucioso, necessitando de um tempo maior de dedicação.

características também são encontradas em outras emoções, embora com outras configurações. A reação emocional que chamamos medo só pode ser configurada dessa forma devido a um conjunto de crenças que dizem que tal reação é medo.

Portanto, a descrição das emoções, num viés neopragmático, não desvincula as emoções dos sujeitos que a experienciam. Porque antes de tudo, as emoções ganham um sentido na linguagem, sem linguagem não haveria classificação, e a distinção entre as emoções não seria possível.

Em seu estudo sobre emoção, Costa efetua uma distinção conceitual sutil entre sensação e sentimento que nos permite uma melhor compreensão da caracterização da emoção do medo. Para ele, embora tal classificação esteja longe de ser consensual, é importante para entendermos acerca da experiência sentimental do homem contemporâneo.

Segundo o autor, acontece na contemporaneidade uma separação do prazer sentimental do prazer pelas sensações. "a boa vida se dá através do culto às sensações". Por conseguinte, na falta de ideais identitários, as imagens e sensações parecem tornar-se referência básica na construção das identidades emocionais dos sujeitos. A atividade sentimental dos sujeitos se volta muito mais para um culto às sensações do que para as satisfações sentimentais.

Costa se baseia em Scheller quando distingue os estados emotivos dos sentimentos primários. Os estados emotivos não teriam caráter intencional, ou seja, não visariam objetos; os sentimentos primários seriam imediatamente intencionais"[4].

> O que é descrito como 'estado emotivo' corresponde ao que eu chamo de sensação, ou seja, todos os estados afetivos, corporais ou psíquicos, que são imediatatmente sofridos pelos organismos humanos; o que é descrito como 'sentimentos primários', chamo de sentimento, pura e simplesmente.[5]

Intencional aproxima-se do racional, neste sentido. As emoções são intencionais, não desvinculam-se do sujeito que as vivencia. Então, Costa afirma que a principal questão apontada por Scheler é que ele diferencia prazer e dor, de um lado, e sofrimento e gozo, do outro. Nesse raciocínio, as sensações estariam relacionadas a prazer/desprazer, e a dor e os sentimentos se refeririam a sofrimento, satisfação ou gozo.

> O sentido que dou à distinção sensação/sentimento enfatiza sobretudo: a) a noção de sensação como resposta mental semelhante às respostas sensoriais que damos aos estímulos

[4] Costa, op. cit., p 208.
[5] Ibid., p 208.

> corporais; e b) a noção de sentimento como hábitos afetivos criados pela prática da introspecção, da intimidade, da narração autobiográfica, dos relatos minuciosos da vida emocional etc. Essa distinção se baseia sobretudo na utilização das expressões na linguagem ordinária. Uma das conseqüências da diferenciação proposta é acentuar o fato de que a *satisfação sentimental* tem um sentido diverso da *satisfação das sensações*. [6]

Costa utiliza-se desta distinção para afirmar que a

> educação sentimental do sujeito pode se voltar mais para o aprendizado e a valorização da 'satisfação sentimental sob o modo do prazer das sensações' do que para a '*satisfação sentimental além do princípio do prazer*". A capacidade de ser sentimentalmente ativo pode, dessa maneira, se inclinar para o lado das emoções que visam sobretudo ao prazer das sensações ou para o lado das emoções que visam satisfações não 'sensuais' ou 'sensoriais'. Em geral, ao falarmos 'prazer', na esfera dos sentimentos, reduzimos toda satisfação sentimental à satisfação prazerosa do tipo das sensações, o que é um equívoco. Ser sentimentalmente complexo e sofisticado pode ser uma habilidade diferente da habilidade de ser sensível a sensações; é sobretudo uma questão do contexto em que a habilidade foi ensinada e aprendida.[7]

A sensação seria: "corporalmente localizada", "referidas a imagens corporais" e seriam estados do organismo, "processos ou eventos físico-mentais" que evocariam "dor, prazer ou desprazer". Essa seria a principal característica das sensações, serem "reguladas pelo trinômio dor, prazer, desprazer. O que produz dor e desprazer tende a ser violentamente repudiado, e o que produz prazer, a ser buscado."[8]

As emoções dependeriam de referentes corporais para serem identificadas. Os sentimentos, como ele define, não teriam essa vinculação com uma específica reação corporal, aprendemos a reconhecê-los sem o auxílio de atributos corporais e não dependem do prazer para serem desejados. Seriam, desta forma, mais elaborados do ponto de vista lingüístico.

O medo seria fronteiriço entre sensações e sentimentos. "angústia, mal-estar, desconforto são eventos afetivos que podem ser descritos como sentimentos ou como sensações, dependendo de critérios adicionais como a maior ou menor reflexividade, a maior ou menor modificação dos estados físicos dos sujeitos etc."[9]

Podemos pensar que é possível redescrever o que sentimos, num processo histórico, e que estas redescrições produzem alterações significativas dos afetos. É uma tentativa de resgatar nossa reflexão e

---

[6] Ibidem.
[7] Costa, 1998, p 212.
[8] Idem, p. 211.
[9] Ibidem, p. 211.

controle de si, não para negar nossas emoções, mas para dar um sentido diferente, pensar em emoção enquanto crença emocional é resgatar nossa capacidade de ação.

Isso se relaciona com uma abordagem histórica da construção de subjetividades:

> afirmar que o sujeito pode se libertar das paixões quer dizer que esse sujeito se transformou ao 'transformar estados afetivos passivos em estados afetivos ativos'. O sujeito não é uma essência ou substrato indiferenciado preexistente à predicação afetiva. Ele é 'seus estados afetivos'. Ao mudarem os afetos, muda o sujeito e, com a mudança, mudam também seus desejos, necessidades, aspirações, propósitos etc.[10]

Bezerra afirma que estados corporais podem ser causas de atitudes psicológicas, reações afetivas, mas isso não implica que o sentido desses comportamentos derive dessas causas. O autor assinala a importância da discussão para a prática clínica, ao afirmar que

> teorias sobre o psiquismo, a relação entre linguagem e subjetividade, ou entre estados corporais e experiências psicológicas são avaliadas, no fim das contas, em função de sua capacidade de serem instrumentos na produção de transformações na experiência do sujeito. Ampliar o horizonte de normatividade psíquica é o objetivo de qualquer prática que não queira apenas normalizar os sujeitos, exterminar sua dor ou instituir o 'bem-estar' a qualquer preço. Para alcançar esse objetivo, recorremos a muitas formas de 'afetação'; com o objetivo de mobilizar o sujeito, de causar impactos que suscitem um esforço de subjetivação diferente, que tenham algum efeito de transformação no seu modo de estar no mundo.[11]

Uma vez que afirmamos que as emoções são contingencais, recorremos à genealogia do medo para afirmar essa hipótese. Ou seja, veremos como o medo modificou-se ao longo da história, tendo adquirido diferentes sentidos conforme a época histórica em que foi estudado.

2) MEDOS ANTIGOS E MEDOS ATUAIS

2.1) Algumas reflexões acerca do medo na Grécia antiga, Idade Média e Modernidade

[10] RORTY apud COSTA (1998), p. 187.
[11] BEZERRA, op. cit. p. 35.

Para Vernant (1986, 1988), na Grécia antiga podemos encontrar a personificação de paixões — como o medo — em deuses. Para este autor, a vida sentimental dos gregos era objetificada em personagens, em deuses, como no caso das górgonas, as deusas cabeça. Os medos, então divindades, eram concebidos como vindos de fora do homem e desempenhavam um importante papel no seu destino, em um sentido individual e coletivo.

Isto nos leva a pensar que a visão do medo como um deus parte de uma pressuposição de sujeito da época, como um sujeito "não-interiorizado".

Estudamos como o medo passou por um processo de internalização, ao longo do tempo vai havendo uma interiorização das fontes de medo. Mudando de tempo e civilização, Delumeau (1989) e Duby (1999) se referem à Idade Média e à toda importância do cristianismo na estruturação de uma vida subjetiva interiorizada, e no processo de internalização das emoções, entre elas o medo.

Tal mecanismo de internalização, portanto, iniciou-se nos primórdios do Cristianismo. Como nos mostra Delumeau, a Igreja teve uma grande contribuição neste sentido, quando apresentou o medo do demônio e do pecado. Para os cristãos, como nos mostra Chauí (1987), "o mal insinua-se, sorrateiro, na interioridade do espírito. O pecado, tentação demoníaca, já não precisa de figuras visíveis, nossos devaneios, sonhos e mais secretos desejos cindem nosso ser e o mal chama-se apenas paixão da alma. Emprestamos nosso corpo e nosso espírito para que o diabo seja, restando-nos o medo de nós mesmos. O inferno somos nós."[12]

Porém, esse processo de internalização do medo ocorre de maneira lenta e complexa, pois, como mostra Elias (1993), o homem medieval não tinha controle sobre as paixões. O autor assinala as mudanças psicológicas ocorridas no processo que ele chama de civilização; e tais mudanças dizem respeito ao fato de terem sido inscritos no indivíduo mecanismos de controle de sua conduta. As sociedades guerreiras medievais não dispunham de um monopólio complexo da violência física, portanto, o medo provinha de uma ameaça física externa, assumindo a forma do medo de forças exteriores.

Para Elias, o homem medieval passou por um processo de domesticação das suas paixões. Ou seja, elas teriam que ser controlados pelo seu superego, a partir de uma internalização das normas de conduta.

A sociedade de corte dos séculos XVII e XVIII, portanto, ocupou um lugar específico no movimento em que houve uma regulação mais uniforme de padrões de conduta e na moderação das emoções. Uma das transições mais decisivas é a mudança de guerreiros para cortesãos — dispensa dizer que há diferentes estágios nesta transição —, que no Ocidente operou-se no século XI ou XII, até que, devagar, chegou à sua conclusão nos séculos XVII e XVIII.

---

[12] CHAUÍ, Marilena. Sobre o Medo. In: CARDOSO, S. (Org.) *Os sentidos da Paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 41.

Segundo o autor, nos círculos da vida na corte é que se desenvolve o que chamamos hoje de visão psicológica do homem, porque é onde opera o autocontrole vigilante e a observação minuciosa do próximo, requisitos necessários para se preservar determinada posição social.

Somente ao fim desse longo processo o medo se apresenta, na experiência dos indivíduos, com as marcas que majoritariamente tem hoje: como experiência psicológica, restringida em sua significação simbólica, sem dimensão transcendente, despido de características que vigoraram em outros contextos históricos.

2.2) Reflexões acerca das experiências de medo contemporâneas

Uma vez explicitada a idéia de que a caracterização do medo varia de acordo com o contexto histórico-cultural em que o sujeito se insere, descreveremos aqui algumas das configurações atuais do medo.

Mostraremos o medo a partir de uma hierarquia diferente da utilizada no tópico anterior, uma vez que o analisamos a partir do critério essencial ou contingencial. Embora ainda esteja presente a idéia de contingencial e essencial, utilizaremos, porém, o critério externo e interno, uma vez que este é um critério mais interessante para descrever a evolução histórica das crenças.

Atemo-nos a um plano meramente ilustrativo e não analítico, para indicar um campo de estudos possível, mais do que efetivamente explorá-lo. Com essa intenção, mencionamos duas principais figurações em que o medo desencantado do mundo atual aparece: a tão falada atualmente síndrome do pânico e a busca de segurança pessoal. Deter-nos-emos brevemente em torno das duas modalidades de medo citadas.

Síndrome do Pânico

Muito se tem falado acerca da síndrome do pânico atualmente. Podemos dividir as diversas concepções a seu respeito em duas grandes tendências: 1) de inspiração mais objetivista, que vê na síndrome do pânico uma entidade com substância própria, independente dos contextos sociais e culturais contemporâneos, e 2) de orientação mais historicista e anti-essencialista, que vê na síndrome do pânico a expressão de uma cultura, de um universo social que lhe dá os elementos de sustentação. É esta segunda orientação que sustentamos no presente trabalho. Dentro desta orientação, duas linhas de argumentação se fazem notar: uma insiste em que o surgimento de novos diagnósticos (como a síndrome do pânico) está atrelada apenas aos interesses econômicos da indústria farmacêutica (dentro de uma lógica que associa: invenção nosográfica, medicação específica, consumidores novos); outra considera esse raciocínio exageradamente economicista, e vincula o fenômeno às transformações da cultura de uma maneira geral.

Rolnik (1997), por exemplo, associa a síndrome do pânico às formas de subjetivação contemporâneas, que contemplam a desestabilização exacerbada de um lado e a persistência da referência identitária, de outro. Seria na análise de novas formas de vida, nos novos tipos de sensibilidade, as novas formas de subjetivação que poderíamos encontrar explicações mais plausíveis para o aparecimento de modalidades de experiência afetiva ou emocional que a síndrome do pânico tipifica.

Medo como elemento do cotidiano: busca constante de segurança pessoal

O medo é um elemento do dia-a-dia, aparecendo de maneira insidiosa e universal na crescente importância do tema da "segurança pessoal". Isto pode ser percebido tanto em comportamentos mais simples como a obrigação em parar o carro com os vidros fechados, ou portas trancadas, ou até os comportamentos mais extremados de defesa, como os "prédios inteligentes", que adotam recursos tecnológicos cada vez maiores: sensores, cerca elétrica etc.

Tentamos discutir por que o medo se organiza desta forma e em que sentido esse medo atual é afinado com as modalidades de construção subjetivas atuais. Esta discussão é inserida em uma discussão mais ampla acerca dos "mal-estares" contemporâneos, em que há uma precariedade não só do corpo, mas também das relações com o outro, o enfraquecimento de laços com o outro, que não servem como garantia de reciprocidade. Para Costa (1988), "certos padrões de comportamento social hoje são suficientemente estáveis e recorrentes para que possamos afirmar a existência de uma forma particular de medo e reação ao pânico, que é a cultura narcísica da violência.

> Essa cultura nutre-se e é nutrida pela decadência social e pelo descrédito da justiça e da lei. (...) Na cultura da violência, o futuro é negado ou representado como ameaça de aniquilamento ou destruição. De tal forma que a saída apresentada é a fruição imediata do presente; a submissão ao 'satus quo' e a oposição sistemática e metódica a qualquer projeto de mudança que implique em cooperação social e negociação não violenta de interesses particulares.[13]

As conseqüências são a propulsão do medo, gerador de insegurança, que se exacerba na medida em que nossa cultura não valoriza o outro, em que a precariedade nas relações sociais é intensa e em que há um esvaziamento de figuras ideais que funcionem como ideal identificatório dos indivíduos.

---

[13] COSTA, Jurandir Freire. Narcisismo em tempos Sombrios. In: *Percursos na História da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus, 1988, p. 167.

Medos antigos x Medos atuais

Quando chegamos à contemporaneidade, temos uma tipologia que não foi explorada, mas que é muito mais segura. Não apenas temos a convivência de várias concepções de medo, mas um esquema bastante complexo. O medo cuja causalidade é interna persiste atualmente: a descrição do medo como uma emoção básica causada internamente por pulsões, inseguranças. Porém, este medo parece estar progressivamente sendo deslocado para um outro tipo de medo. Continuamos percebendo como tendo uma causalidade interna, mas só que essa causalidade interior não é mais da alma, é do corpo. Isso revela um estatuto curioso na medida em que o medo é entendido como interno, mas definido de uma certa maneira, é extra alma, é extra espírito. Não é mais social, é biológico. Tem-se, de novo, uma espécie de exterioridade da fonte do medo — que é o corpo visto à distância. Isto é interessante na medida em que podemos mostrar como há esse movimento de medo como universal do lado de fora, o externo, depois o universal e o interior. Depois o universal e essa espécie de exterioridade corpórea, que não é social, mas que é externa ao psiquismo.

Considerações finais

Na atualidade, portanto, o medo pode ser descrito a partir de algumas configurações características: o medo patologizado, como na chamada síndrome do pânico e as precauções em torno da segurança pessoal. Constatamos, assim, diferenças nas formas de pensar e experienciar o medo, sinalizando sentidos diversos que a palavra pode ter. Propomos pensar o medo a partir de um par em que se opõem *medo x coragem*, predominante em um contexto da Antigüidade, principalmente, em contraste com um par que reflete a atualidade, pensada em torno do binômio *medo x segurança*. Tais modalidades de medo são associadas ao chamado mal-estar contemporâneo, relacionados aos traços da cultura em que vivemos.

Estes dois pares de oposição identificam o medo por contraste com um sentimento ou emoção de qualidade contrária. No primeiro, o medo se apresenta como oposto à covardia, argumento exposto por Chauí. Dos gregos à Renascença, o medo é supremo vício, castigo e abominação. Neste contexto, em que prevalecia a moral da valentia, a virtude oposta ao medo era a coragem, a bravura diante dos perigos de guerra, valorizava-se "o guerreiro moço, belo e bom a quem se ensina a desejar *Kalós thánatos*, a bela morte, *euklèes thanatós*, a morte gloriosa nos campos de batalha no esplendor da juventude".[14]

Como nos mostra a autora, "para os pagãos, o medo é divindade que se abate sobre os fortes, para sua vergonha, e sobre os fracos, para confirmá-los na desonra. Poderes divinos, Temor e Medo são cultuados

[14] Chauí, op. cit., p. 40.

para que, à maneira de Exus, não baixem sobre os corpos e espíritos na hora decisiva dos combates onde honra, fama e glória se decidem para sempre."[15]

Essa descrição não parece caber em qualquer análise das formas de medo mais típicas da atualidade. Para autores como Bauman e Costa, o medo se opõe não tanto à coragem, mas ao sentimento e à expectativa de segurança. O argumento de Bauman (1998, 1999) é que as sociedades atuais se assentam em um modelo fundado no que ele denomina "insegurança existencial", que assume uma forma de insegurança pessoal. O medo não é mais da ordem do trágico, que estaria em oposição à virtude, dentro de uma esfera ética. Passa a se localizar no plano das estratégias de sobrevivência psíquica mais básicas, num mundo em que certezas e referências "se desmancham no ar".

Como efeito dos tempos sombrios que vivemos, de violência, globalização, e constante mudanças, o medo se torna a conseqüência mais banal, no cotidiano, dos sentimentos exacerbados de desamparo dos indivíduos.

Ao enfatizarmos — na análise conceitual do medo — a sua descrição como uma "emoção", propusemos salientar não só o quanto de histórico e contextual existe em sua constituição, mas também o quanto de julgamento está inscrito no interior de uma experiência que tendemos a viver como espontânea, natural e idiossincrática.

A lição a tirar desta visão do medo como "emoção" é clara: se toda emoção envolve crença, é possível afirmar que as formas de lidar com o medo implicam o embate com as crenças que sustentam e dão substância às experiências de medo que nos assaltam. E esta é uma das maneiras de pôr em questão não só nossas crenças, mas também nosso mundo tal como ele está organizado hoje. Esta conclusão, que julgo acertada, é merecedora de uma maior e melhor exploração e crítica. Ao final, é ela a razão de ser deste estudo. Com todas as limitações, omissões e desvios que nele podem ser encontrados, creio que é possível reconhecer seu intento original: começar uma investigação acerca de termos-chave do vocabulário sentimental que nos define como sujeitos, com vistas a encontrar novas formas de lidar com nossa experiência no mundo, novos instrumentos para agir no universo de nossas ações cotidianas que nos leve a caminhos mais úteis no enfrentamento daquilo que nos assombra, os nossos medos.

Estamos convencidos de que nenhuma solução "objetiva", biotecnológica, nenhuma formação político-administrativa pode efetivamente lidar com as experiências do medo atuais sem levar em conta alguns dos aspectos que pretendemos trazer à tona neste estudo introdutório: o caráter histórico de nossa condição, a variabilidade contextual de nossas reações mais básicas, a natureza pragmática de nossas formas de conhecer o mundo e conceber nossa experiência.

[15] Idem, p. 40.

BIBLIOGRAFIA

BAUMAN, Zygmunt *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____ *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BEZERRA, Benilton Subjetividade Moderna e o Campo da Psicanálise. In: BIRMAN, Joel (Org.) *Freud - 50 anos depois.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1989.

CHAUÍ, Marilena Sobre o Medo. In: CARDOSO, S. (Org.) *Os sentidos da Paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Jurandir Freire Narcisismo em tempos Sombrios. In: *Percursos na História da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus, 1988.

_____ *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____ A questão do sentido em Psicanálise. In: BEZERRA, B. e PLASTINO, C. (Org.) Corpo, Afeto e Linguagem: a questão do sentido hoje. Rio de Janeiro: Contracapa, 2001.

DELUMEAU, Jean *História do Medo no Ocidente*: *1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DUBY, Georges *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos*. São Paulo: UNESP / Imprensa Oficial do Estado, 1999.

ELIAS, Norbert *O Processo Civilizador — volume II : formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

MORA, José Ferrater *Diccionario de Filosofia*, Barcelona: Alianza Editorial, 1988.

PEREIRA, Mario Eduardo Costa *Contribuição à psicopatologia dos ataques de Pânico*.

São Paulo: Lemos, 1997.

ROLNIK, Suely Toxicômanos de Identidade, In: LINS, D. (Org.) *Cultura e Subjetividade.* Campinas: Papirus, 1997.

SOLOMON, Robert C. The cross-cultural comparison of emotion. In: *Emotions in Asian Thought*. Albany: State University of New York Press, 1995.

VERNANT, Jean-Pierre *As Origens do Pensamento Grego*. Rio de Janeiro: Difel, 1986.

_____ *A morte nos Olhos: Figurações do Outro na Grécia Antiga, Artémis, Gorgó*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

A HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS, A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA E O CAMPO EPISTÊMICO

Arthur Arruda Leal Ferreira[16]

RESUMO

A meta deste trabalho é discutir a possibilidade de uma História da Psicologia epistemologicamente fundada. Para tal, é discutida a relação entre Epistemologia e História das Ciências, em que se destacam os mecanismos de progressão constante do saber científico. Em seguida, são apresentadas algumas das principais abordagens epistemológicas, como a Positivista, a Racionalista Aplicada, a Paradigmatista e a Política das Ciências. Tais abordagens, além de uma discussão sobre o mecanismo essencial de progressão da ciência, também trazem uma demarcação entre os saberes científicos e não-científicos. Constituindo-se então como fóruns de julgamento científico, tais epistemologias em geral se referem à Psicologia em um tom condenatório. Neste aspecto, a História das Ciências epistemologicamente orientada, ou condena a Psicologia pela sua a-cientificidade, ou aguarda a sua reformulação ideal. Entendendo tal atitude como um impasse a uma História positiva deste saber, os modelos das Novas Histórias (Escola dos Annales, arqueologia e genealogias foucaultianas) são invocados como possíveis alternativas.

ABSTRACT

EPISTEMOLOGY, HISTORY OF SCIENCE AND HISTORY OF PSICHOLOGY

Contents on Epistemology along the history of psychology within the history of science in general revealling different influences such as the Positivism, the Rationalism, the «Paradigmatism», besides the Policy of Sciences. The essence of knowledge and science's progress. Under the classical science's epistemology — in special under the tendencies as described — Psychology is denied as a science for its want of rigorous scientifical unity that nowadays criticals expect to some day become Psychology's new essence. Suggestions are that «Annales» School, Archeology, and Foucault's Genealogy may serve as the starting point thereto.

Introdução: A História das Ciências e a Epsitemologia

Tomar a História da Psicologia como tarefa é, antes de tudo, indagar sobre o seu modo de operação. Fazer História é mais que colecionar feitos, fatos, curiosidades e dados, mas implica um projeto que indague sobre os seus conceitos

[16] Professor Adjunto do Instituto de Psicologia da UFRJ e pesquisador financiado pela FAPERJ e pela FUJB. Doutor pelo Programa de Psicologia Clínica da PUC/SP. Residente na Rua do Riachuelo 169/405. Centro – Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20.230-014. E-mail: arleal@antares.com.br.

fundamentais, problemas, formas de produção e legitimação de conhecimentos e modelos. Proclamando-se a Psicologia como científica, um dos modos de historiar de forma crítica este saber é recorrer à História das Ciências. Ganharíamos um modelo uniforme e seguro? Ou ainda: teríamos um modelo pertinente à natureza do saber psicológico? Antes de tudo um problema: a História das Ciências não garante um modelo uniforme para a análise de cada ciência ou das ciências em geral. Qual a razão desta pluralidade? Se como lembra Canguilhem (1977) a História das Ciências é epistemologicamente fundada, então existem tantas Histórias das Ciências quantas Epistemologias. Muitos discursos podem ser lançados com relação a uma ciência: pode-se buscar fundamentá-la, descrevê-la, historiá-la, positivá-la, legitimá-la, criticá-la. Todas estas atitudes no trato com os saberes são reunidas sob a marca genérica de Epistemologia. Contudo, dentre as posturas que atravessam o vocábulo epistemologia, o que ele assume perante qualquer saber é basicamente o de julgamento. A epistemologia tem aqui, pois, um "sentido legalizante", conforme aventado por Stengers (1989, p. 80). Se a epistemologia possui esta postura legislante, impõe-se catalogar os foros epistêmicos em que a História das Ciências é fundável e a psicologia julgável. Neste aspecto, como destaca Foucault (1975, p. 76) a História está francamente ligada ao direito e à atitude de legitimização, no caso, ao pleito de ser ciência.

De início é necessário que se diferencie a epistemologia de outros discursos como o gnosiológico e o da filosofia das ciências. À teoria do conhecimento, cabe a reflexão sobre as condições do conhecimento em geral, parta esta reflexão de uma ciência particular como sugere Piaget (1970, p. 26), ou não. Contudo, todas teorias do conhecimento se aproximam de uma ontologia do sujeito, seja enquanto substância pensante, alma imortal, mônada ou complexo de impressões. Neste aspecto, a epistemologia se confundiria com uma *reflexão racionalista sobre as ciências*, tal como denunciado por Lebrun (1977, p. 11). Representa o esforço inaugurado por Descartes e prolongado até início deste século por Pierre Duhem. Por filosofia da ciência, entende-se a tomada do conhecimento científico como modelo para o conhecimento em geral. Não há mais uma reflexão sobre o conhecimento em geral, amparado pelos poderes de uma razão universal. Representa a transição para uma reflexão inerente ao campo científico, como é próprio da epistemologia contemporânea. Neste caso a linhagem mais fecunda é a kantiana, que considera as próprias *categorias* e *formas a priori* do entendimento nos moldes da matemática e da física mecânica da época (final do século XVIII). A ciência não possuiria pois história, seria um mero desdobramento do entendimento humano delimitado no *sujeito transcendental* em contato com a diversidade sensível.

Se a gnosiologia inaugura-se no século XVII, a filosofia da ciência no final do XVIII, a epistemologia é contemporânea, própria do século XX[17]. A epistemologia científica irá tomar como tema a própria feitura da ciência, em sua concretude, sem nada dizer quanto ao conhecimento em geral. E nada irá marcar mais este fazer do que o seu constante refazer, ou a ultrapassagem incessante que a ciência impõe a si própria, inclusive das matemáticas e da mecânica, que Kant tomava como formas do conhecimento. É neste sentido que Fernando Gil (1979, p. 159) afirma que: "Assim a epistemologia contemporânea transforma-se a pouco e pouco numa epistemologia da história das ciências, ao

[17] Segundo Robert Blanché, citado por Márcio Marighela (1997, p.31), o termo epistemologia surge em 1906, significando teoria da ciência. Somente mais tarde, notadamente com Gaston Bachelard, é que este termo será correlacionado à história da ciência.

mesmo tempo que a história das ciências aparece animada de uma intenção declaradamente epistemológica, não se trata já de contabilizar a acumulação dos conhecimentos, mas de conhecer as condições de possibilidade de sua transmissão".

É deste modo que as epistemologias tratam da constante renovação das ciências através da história, impondo um viés temporal ausente nas demais reflexões sobre o conhecimento. Ao se fazer história das ciências, a epistemologia científica não se torna um mero museu das idéias, dos métodos e seus instrumentos obsoletos. Seu sentido não está no passado, ou no "ultra-passado", mas no futuro, no ultrapassar, ou seja, no progresso constante que mede esta superação. Se o sentido da ciência está no progresso, a questão derradeira da epistemologia científica é o motor deste progresso. Refinamento experimental por parte dos positivistas; inteligência crítica, pelos racionalistas aplicados; consenso (ou dissenso) da comunidade, segundo Thomas Kuhn; regime de poderes para Isabelle Stengers[18], são estes os principais motores sugeridos. Estes quatro modelos serão tomados como quatro *fóruns*, onde serão avaliados a pertinência de uma *História Científica da Psicologia*, além da sua pleito como saber legítimo.

A Psicologia sob o crivo da História das Ciências

a) Os positivismos

Curiosamente, os primeiros julgadamentos epistemológicos foram realizados antes do saber psicológico se pleitear científico, tratando-se mesmo de um setor da filosofia do sujeito. Pode-se dizer inclusive que a constituição deste fórum epistêmico foi fundamental para o surgimento da psicologia científica. No caso, o primeiro fórum histórico foi constituído pelo positivismo, tendo como julgado a psicologia filosófica, tanto a dos Ideólogos, quanto a da Escola Escocesa e a dos Ecléticos. Antes de tudo, cabe destacar as instruções de julgamento: as condições de possibilidade do conhecimento científico são aqui reconhecidas como exclusivas do método experimental. Só há conhecimento na medida em que este for público, observável e controlável. Deste modo, a história de qualquer ciência é uma evolução sem rupturas de um olhar em direção a um objeto dado, evolução esta referenciada pelo uso de modalidades cada vez mais positivas de observação. O sentido desta história é o do acúmulo de descobertas proporcionadas pelo método experimental.

Como veredito, Augusto Comte, na condição de "magistrado da ciência", exclui a psicologia do seu círculo das ciências, passando direto da Biologia à Sociologia. Seria um réu sem direito à cidadania, banido da comunidade científica. Lucien Lèvy-Bruhl (citado por Penna, 1990, p.19) esclarece o veto: ele não se estende a toda e qualquer psicologia; apenas à introspeccionista, à qual o termo era fortemente associado. Comte, em seu *Curso de Filosofia Positiva* (1837, p. 20) assim explicitava o seu veto ao método introspectivo: "O indivíduo pensante não poderia se dividir em dois, um raciocinando, enquanto o outro o visse raciocinar. O orgão observado e o orgão observador, sendo, neste

[18] Deve-se destacar a singularidade da posição de Stengers nesta corrente, posto que ela distancia-se do poder demarcatório que os epistemólogos se concedem, ao delimitarem o científico do não-científico, conforme se cumpra a "marcha progressiva das ciências" ou não. Por reconhecer este poder demarcatório dos epistemólogos, é que Stengers destaca-se destes. Contudo, esta autora não torna o poder como estranho à ciência, estando presente nos riscos dos operadores em produzir fatos e não artefatos.

caso, idênticos, como poderia haver a observação?". A introspecção não seria apenas acientífica, mas impossível, havendo no máximo retrospecção, mas jamais a cohabitação de dois estados mentais, um observador e outro observado.

Contudo, como lembra Penna (1990), restaria à psicologia a possibilidade expressa na *Política Positiva* (1851) de uma teoria positiva da alma "de inspiração sociológica e controle zoológico". E esta psicologia possível toma forma na frenologia de Franz Gall, conforme expresso no *Curso de Filosofia Positiva* (1837). Aqui, através da experimentação e da observação do outro, cumpre-se o método científico, inviabilizado na introspecção pela mistura entre observador e observado. Mesmo que o encantamento pela frenologia tenha cedido à busca de uma fundamentação sociológica, tal como se expressa na *Política Positiva*, permanece a possível autorização a qualquer psicologia que, partindo dos caprichos do método, mantenha seu objeto à distância de um outro (fisicamente objetivado) e à profundidade da superfície da pele. Apesar de quase todas psicologias se embalarem na cientificização pela adoção do método experimental, tal como legislado por Comte, somente a behaviorista percebeu que o rigor do método, enquanto ponto de partida, impunha uma *alterização*, uma descrição *fisicalista* do objeto, não justapondo, como as demais, a prática experimental a um *objeto subjetivado*, e, pois, incontinente ao método. É por tal razão que todo behaviorismo consequente será em última instância *radical* e não apenas *metodológico*, conforme distinção de Frederic Skinner.

Uma vez que a orientação positivista aborda a evolução da ciência enquanto aprimoramento da observação experimental, como poderia ser pensada a História da Psicologia? A princípio como a passagem natural de uma psicologia introspeccionista ou mentalista para uma psicologia estritamente comportamental, notadamente o behaviorismo radical, para o qual, qualquer defesa de uma substância mental teria um sabor metafísico. Definindo todos os fenômenos psicológicos em linguagem fisicalista como comportamentos, não haveria qualquer espaço mais para a introspecção de fenômenos mentais, em que o sujeito e o objeto viessem a se confundir. É assim que o pensamento é tratado como um comportamento verbal subvocal e as emoções, comportamentos reflexos viscerais.

Contudo, a História da Psicologia não é a marcha inequívoca das psicologias mentalistas na direção das behavioristas. Esta é a história que gostaria de nos contar o behaviorismo radical em conluio com uma epistemologia positivista. Contudo, vemos nos dias de hoje o declínio da abordagem comportamental em prol da mentalista, presente na ciência cognitiva. E o pior, não apenas a direção evolutiva sugerida pelo positivismo se veria problematizada no devir da ciência psicológica, mas a própria idéia de evolução nesta ciência, uma vez que cohabitam a contemporaneidade da psicologia diversos projetos além da ciência cognitiva ou do behaviorismo; teríamos a epistemologia genética, a psicanálise e a psicologia humanista-existencial, sem que nenhuma supere as demais, ou tenha sido falseada. As diversas psicologias são, pois, incompatíveis entre si, mas sem conseguir, por outro lado, a rejeição das restantes. E por tal, prosseguem acumulando-se, sucedendo-se sem se superar, e se mantendo mais por uma questão de moda intelectual do que de resistência científica, coexistindo numa unidade muito mais consensual do que lógica. Esta acumulação sem superação na história das psicologias é o maior obstáculo para qualquer concepção evolutiva da história das ciências, como a positivista. Restaria apontar a preferência por uma escola (a behaviorista), ou recusar a cientificidade da psicologia em geral.

b) O Racionalismo-aplicado

O segundo modelo em questão é o racionalista aplicado, e seus instrutores são Gaston Bachelard e Georges Canguilhem. Como instrução geral, destacam-se dos positivistas ao promoverem a distinção entre objeto natural e científico: este, não se encontra dado, mas construído, sendo parte integrante de um projeto margeado por um método e um problema que lhe são próprios. Diz respeito a uma "teoria controlada pela intenção de captá-la em erro" (Canguilhem, 1972, p. 15). Como o objeto científico não está dado, mas construído, logo a história de um saber seria a superação dos projetos equivocados. Não seria mais uma história da experimentação, mas da inteligência na superação dos erros primeiros. Não é a história das descobertas, mas das invenções e das reinvenções. E como este objeto é constantemente reconstruído em função dos erros primeiros, este história demarca-se através de cortes e rupturas. Se um projeto atual se vê desligado dos anteriores por cortes e superações, então a história de um saber terá que tomar como referência a sua atualidade e não as suas origens. É na atualidade que se demarca a sua racionalidade, que se constitui o valor sob o qual se orienta a história. Não é uma história com uma regressão infinita, uma vez que delimitada na superação dos erros primeiros. Também não é uma história linear, uma vez que sempre reescrita por sua atualidade. É, no entanto, uma história progressista, uma vez que regulada por seus valores atuais e racionais.

O processo quanto à psicologia terá como relator Canguilhem, o qual nos oferece uma análise caústica em seu demolidor *O que é psicologia?* (1973). O início da palestra, proferida em 1956, já anuncia o tom de seu parecer:"De fato, de muitos trabalhos de psicologia, se tem a impressão de que misturam uma filosofia sem rigor, uma ética sem exigência e uma medicina sem controle" (op. cit., p. 105). A pergunta-título do artigo visa a enunciação de um projeto que confira à psicologia unidade, racionalidade e valor, tal como procede esta epistemologia, recusando-se qualquer definição deste saber em termos de eficácia. A única resposta possível é a listagem dos diversos projetos metodológicos, que guardam entre si uma unidade que "se parece mais a um pacto de coexistência pacífica, concluído entre profissionais do que uma essência lógica, obtida pela revelação de uma constância numa variedade de casos" (op. cit., p. 106). Não havendo unidade de projeto, não há racionalidade e, pois, positividade. Não se pode demarcar a história da psicologia enquanto uma história científica, ungida pela noção de progresso, e realizada na noção de ruptura, na superação dos erros primeiros. Talvez esta história seja possível no interior de cada orientação psicológica, mas não na psicologia como um todo. Na psicologia, ou não cabe nenhuma história da ciência, ou cabem várias.

Na possibilidade ainda de uma possível unidade insuspeita, Canguilhem buscará, no exame dos diversos projetos, recuar ao sentido original de cada um deles, procedendo à história da psicologia, pesquisa de resto frustrada quanto a seu objetivo. Contudo, antes de proceder ao exame, o epistemólogo francês deixa margem para que se compreenda a diversidade de projetos a partir das diversas imagens de homem presentes nestes sentidos originais. Esta é sem dúvida uma contribuição positiva de Canguilhem para que se compreenda a dispersão do espaço psicológico :

> A partir disso pode-se rigorosamente falar de uma teoria geral da conduta, enquanto não se tiver resolvido a questão de saber se há continuidade entre linguagem humana e linguagem animal, sociedade humana e sociedade animal? É possível que, neste ponto, caiba não à filosofia decidir, mas à ciência de fato, a várias ciências, inclusive a psicologia. Mas então a psicologia não pode, para se definir, prejulgar aquilo a que ela é chamada a julgar. Sem o que, é inevitável, que se propondo ela própria como teoria geral da conduta, a psicologia faça alguma idéia de homem (grifo meu) É preciso então permitir à filosofia perguntar à psicologia de onde ela tira esta idéia e se não seria no fundo, de alguma filosofia (op. cit. p. 106).

c) O Paradigmatismo

Tanto no positivismo quanto no racionalismo aplicado, o progresso da ciência é visto dentro de uma "clausura operacional", na atividade heróica do cientista isolado, seja no refinamento experimental (positivismo), seja na crítica racional dos dados empíricos (racionalismo aplicado). Uma outra corrente da epistemologia científica, a paradigmática, estabelecida por Thomas Kuhn, introduz uma novidade ao estabelecer a comunidade dos cientistas como personagem principal desta epopéia de progressos, que é a história da ciência. O novo personagem central não possui mais o charme heróico do cientista individual em seu isolamento na busca da verdade. Tratando-se do produto de uma coletividade, o saber caminha dentro de um jogo de forças, interesses e crenças. Kuhn sustenta que todo progresso científico se processa na alternância consenso/dissenso em torno de *paradigmas*. Na primeira fase, dita *ciência normal*, todos os cientistas se alinham em torno de um molde geral de ciência, uma espécie de *puzzle* (quebra-cabeças), prática com regras e soluções bem definidas, cujo objetivo não é buscar o desconhecido, mas organizar todo o universo sob a forma do que é conhecido. Isto seria no seu entender um *paradigma*. Por outro lado, o momento revolucionário se inaugura no dissenso, no atravessamento do conhecido pelo desconhecido, e em todo desarranjo das regras do jogo. A este período anômico, segue-se a busca de novos fundamentos epistemológicos, assim como novas interpretações para o paradigma em crise. Mediante a iminente superação, novos modelos são lançados, até que a comunidade se realinhe em torno de um deles.

Uma ciência madura e legítima se define por esta possibilidade de alinhamento numa ciência normal, que, sucedida em fases de desalinho e realinhamento, tenha garantida uma linhagem progressiva. Saberes como a psicologia se encontram numa "revolução permanente", buscando seus fundamentos, gerando constantemente novas interpretações para os seus múltiplos paradigmas, produzindo-os sem possibilidade de qualquer síntese, ainda que momentânea. Como lembra Stengers (1993, p.61), a incomunicabilidade entre paradigmas rivais não se deve a diferenças teóricas, mas a diferentes modos de se produzirem fatos e a diferentes padrões de observabilidade. Na verdade, o modelo revolucionário não seria o mais adequado para compreender a psicologia, uma vez que embutido da noção de progresso, e de possível solução para sua dispersão. Para caracterizar a psicologia em sua dispersão horizontal, melhor seria o modelo "guerrilheiro", em que a disputa não introduz nenhuma revolução ou superação na tomada de poder. Esta é a principal lição do paradigmatismo de Kuhn: a psicologia não é uma ciência normal, pois está condenada a uma disputa sem fim

entre suas partes. Mesmo inviabilizada por sua "imaturidade", a noção de paradigmas em psicologia é atualizada por uma série de epistemólogos regionais, por autores como Robert Watson, Irving Kirsch, Arthur Staats, David Krantz, Dorwin Cartwright e outros. Watson (1967), inclusive por prudência, substitui, na análise da psicologia, o termo *paradigma* por *prescrições,* evitando a suposição de consenso. Em Kuhn, condena-se a dispersão, mas não se oferece, como em Canguilhem, uma explicação para a diversidade psicológica.

d) A analítica dos poderes

Ainda que questionável sua perfilação junto aos epistemólogos científicos, o trabalho de Stengers processa uma relevante reflexão sobre a ciência, e em especial, a psicologia na sua pretensão de ser ciência. De uma certa maneira, tal autora segue a análise institucional inaugurada por Kuhn, sem se descuidar do esforço heróico dos cientistas em estabelecer operadores experimentais decisivos na produção de testemunhos decisivos. Seu trabalho pode ser descrito como a busca de uma política das ciências: trata-se da correlação entre ciência e política, conforme os princípios leibnizianos de não ferir os sentimentos estabelecidos ou gerar pânico (Stengers, 1993, p.26). De modo mais específico, tal autora tenta compreender os tipos de acontecimento que precedem a constituição das ciências, sem retificar ou denunciar (op. cit., pp.82-83). Neste aspecto, buscará a *fundação*, e não o *fundamento* das ciências, como tentativa de conferir um solo filosófico ou teórico a estas. Tal atitude de cunho positivista, presente também na sociologia das ciências, apenas exibiria o poder de julgar a partir de um único critério, para além das diferenças suscitáveis. Sua política das ciências, pelo contrário, deseja apenas seguir as diversas ciências em seu processo de fundação e demarcação, sem supor assimetria, desnível ou ruptura com o que se torna "ultra-passado" por elas, tal como operam as epistemologias em seu poder de julgamento.

Seu esquema pode ser entendido como a concatenação entre acontecimentos, interesses e capturas conceituais. De início, deve ser estabelecido que o que demarca a ciência não é a observância de um método, mas um acontecimento imprevisível, o operador, atrelado a uma captura de interesses pela comunidade científica. A parapsicologia, por exemplo, mesmo lançando mão de todos recursos experimentais existentes, não possui o mesmo reconhecimento que a *teoria das cordas* e *supercordas* na física, produzida ao largo de qualquer cânone experimental. Os acontecimentos demarcadores são em seu início produzidos a par de qualquer necessidade, significado, contexto ou previsão (Stengers, 1993, capítulo quarto). Trata-se de eventos inesperados, capazes de produzir o testemunho fiável de objetos, no risco de sua singularidade. Esta operação de risco produzida na sua novidade constitui o que Stengers denomina *operador*. A atribuição de um significado e de uma necessidade a estes eventos despidos de sentido inicial será produzida *a posteriori*, graças aos interesses mobilizados entre os cientistas. O interesse representaria o *a priori* da ciência (Stengers, 1993, p.104), onde se faz a diferença através da produção de aliados (op. cit., p.113). Neste aspecto a ciência tem suas fronteiras com a política diminuídas; o bom cientista não é aquele marcado apenas pela ousadia e genialidade, mas também o que conhece os interesses de sua comunidade. Tais acontecimentos passíveis de capturar interesses, por outro lado, são alvos de capturas conceituais, de uma significação que passa a organizar a sua interpretação e sua história,

fornecendo ao acontecimento um sentido do qual se encontrava inicialmente despido. Nesta luta de interpretações, cessa-se o tempo do acontecimento e se inicia o da história. Quando uma comunidade científica se fecha através de seus conceitos e interesses em torno de alguns testemunhos "definitivos", teríamos uma *caixa-preta*. O prestígio de uma ciência se mede pelo número de *caixas-pretas* que ela possui (Stengers, 1992, p.27).

Esta abordagem política das ciências pode ser configurada através de uma *analítica dos poderes* nela contida. Ao contrário do que se possa supor, isto não se trata de uma "denúncia da ciência em nome de sua essência oculta, o projeto de uma relação de dominação do mundo" (Stengers, 1989, p. 13). O poder é visto aqui sem referência a qualquer estado de apropriação substantiva por parte de um grupo dominante em detrimento dos demais, valendo-se para tal de estratégias negativas como violência ou engodo. Trata-se de poderes múltiplos, fragmentados, que se exercem de formas diversas, operando positivamente na produção de saberes. Poder, em primeiro lugar, de se lançar no risco do operador, invocando o testemunho de seres insensíveis ao nosso drama da verdade científica; quando não ocorre este risco na gestação de fatos, produzem-se artefatos. Poder, em segundo lugar, de absorção de toda realidade cognoscível em um único conceito a partir de um testemunho bem sucedido (captura conceitual). Poder, em último lugar, de se organizar o campo institucional da ciência, tanto no conjunto dos interesses internos, que se definem no julgamento das prioridades, quanto no dos externos, que buscam atrair o público interessado e os órgãos de financiamento. Como a psicologia se encaixaria nesta política das ciências a meio passo entre o casual e o necessário, entre o singular e o coletivo, e entre o heróico e o institucional?

Em seu livro, *Quem tem medo da ciência?* (1989), produzido a partir de conferências brasileiras, Stengers toma para reflexão alguns saberes psicológicos, notadamente o behaviorismo, a epistemologia genética e a psicanálise. Quanto ao behaviorismo (op. cit., p. 14 e 82), notadamente o skinneriano, é destacada sua fuga de qualquer risco, submetendo-se a uma "burocracia da medida", coroada por uma epistemologia normatizadora, de resto, um mau sinal de poder, um poder não-produtivo, sem risco, um poder enfim que somente emana de cima a baixo. Como se pudesse se fazer uma ciência dura por decreto, ou por mérito, mutilando o seu objeto (Stengers, 1992, p.29). A produção de um operador em risco não se confunde com o uso burocrático de um método empírico, como propagam certos positivismos. Em prol de uma "epistemologia heróica", que valoriza o risco do acontecimento, o behaviorismo é condenado na subserviência a uma "epistemologia reguladora". Por tal, ele não se submete ao risco do operador. É um saber fraco; não produz poder: sofre-o de cima.

Com relação a Piaget (op. cit., p. 107), a denúncia não é de falta, mas de excesso, pela unilateralidade do poder exercido: seus protocolos clínicos não produzem fatos, mas artefatos, ou seja, extorquem suas testemunhas, as crianças. "A purificação que o protocolo realiza produz portanto comportamentos-artefatos, ela não purifica, e sim produz comportamentos que só têm sentido em relação ao protocolo" (op. cit. p. 108). Tal poder em excesso se espraia, graças aos pedagogos, em direção à escola, ordenando, ao modo de uma *captura conceitual*, parcela significativa da prática educacional atual. Não haveria outro modo de ensinar que não pelas *estruturas em gênese*, extorquidas dos protocolos piagetianos.

Tal crítica– ao artefato – se estende em direção à psicanálise (op. cit., p. 113), feita a ressalva de que esta, dentre os "saberes psi", ela possui a iniciativa única de produzir um operador (o clínico), no risco de captar testemunhos, não mais de objetos, mas de sujeitos. Ela é de início contrastada às disciplinas racionais, fundadas a partir do conceito, como a antropologia e a lingüística estruturais. Na psicanálise, o risco da operação foi primeiro, precedendo a captura conceitual, empreendida especialmente pelo lacanismo estruturalista. Mas esta captura já estaria insinuada desde *Análise terminável, análise interminável* (1937), um dos últimos textos de Sigmund Freud, em que se confessa a extrema dificuldade da cura. As razões desta dificuldade são atribuídas à existência do inconsciente, outrora codificador conceitual da operação psicanalítica bem sucedida, tornado agora em *a priori* do fracasso terapêutico. A partir deste momento, a psicanálise torna-se um saber racional, "teoria psicanalítica", promovendo uma captura conceitual sobre si própria, cujo eterno fundamento estará no retorno aos textos sagrados e na busca das releituras consagradas, antigos, novos e novíssimos testamentos de verdadeiros messias e falsos profetas.

É aqui que entra Jacques Lacan e, de certa maneira, toda *epistême* francesa: o triunfo de poder do conceito. A prática analítica não é mais substrato da pesquisa, mas testemunho de uma verdade transcendental, no caso, a do inconsciente, de onde se invoca então a cura como a certeza de sua própria impossibilidade: "Cura é saber que não há mais cura". A única alternativa para a psicanálise é passar de um registro *científico-técnico* para outro *antropológico-ético*, tomando o sujeito numa atitude de conversão, afastando-o das aparências. E de modo simetricamente oposto ao da metafísica clássica: é contra as ilusões do absoluto, e em prol da falta, da cisão, que os sujeitos devem agora se dirigir, se conformar. Neste mundo governado pelo *gênio maligno*, a ilusão não é denunciada como o que oculta o essencial, mas como a própria realidade, na qual perdemos o Real; o inconsciente representa esta máquina transcendental de ilusões.

A psicanálise, pois, além do fracasso do operador e de sua busca de solução por uma *autocaptura conceitual*, padece de um terceiro pecado, em que se irmana aos demais "saberes psi": a fatalidade do artefato. Mesmo tendo a psicanálise em todos seus momentos se posto em guarda contra os perigos da sugestão, é desta que ela de fato se alimenta, como de resto, todas ciências humanas:

> Os descendentes de Freud lidam com seres que estão interessados na produção de saber operado a seu sujeito, por isso a diferença entre fato e artefato deve ser, nesse caso, ultrapassada. Contribuímos, de maneira incontrolável, para produzir aquilo com que lidamos. Lacan conseguiu até mesmo produzir conversões sobre um modo novo, bem inédito na história da humanidade: criação de um dispositivo, tal, que a produção de conversão se torna relativamente reprodutível! Cabe menos criticá-lo do que avaliar com humor o que ele nos ensinou (op. cit. p. 140).

Em outro texto, *La volonté de faire des sciences* (1992), Stengers sustenta que uma psicanálise para se tornar verdadeiramente heróica ou científica deveria reestabelecer contato com o que pôde excluir na sua demarcação como saber, no caso, a sugestão e a hipnose, uma vez que sua exclusão teria se dado por razões mais éticas do que técnicas. Tal

ética diria respeito à imagem de homem singular tal como é destacada pela psicanálise, recusando em sua prática o recurso ao entorpecimento, como seria próprio da sugestão. Contudo, a recuperação da hipnose e da sugestão diria respeito a uma ética do risco mais aprofundada, ética de resto associada à própria definição de ciência. Somente desta forma seria retomado o desafio da *ferida narcísica*, propagado pela psicanálise desde seu início, evitando a sua cicatrização em torno dos dispositivos técnicos vencedores durante a sua demarcação. Evitaria assim qualquer oposição entre verdade e sugestão, como formulado na sua tentativa de fundamentação.

Sobre as psicologias, o que Stengers nos mostra portanto, é que são saberes que não só não produzem, mas também não podem produzir operadores. E quando não buscam se fundar a partir da subserviência ao método, ou de uma *captura conceitual*, operada a partir de outras ciências (fisiologia e o conceito de sensação, biologia e o conceito de adaptação, física e o conceito de campo, inteligência artificial e o conceito de processamento de informação etc.), as psicologias se fundam a partir de uma autocaptura, como a psicanálise opera através de seu conceito de inconsciente. Que alternativas restariam para os "saberes psi", na impossibilidade de se fecharem as suas caixas pretas? A alternativa para a psicologia nesta epistemologia heróica (em que este saber jamais pôde se provar como tal) do operador poderia ser buscada na postura de Darwin e dos biólogos que, na ausência de testemunhos definitivos, trabalhariam com tramas hipotéticas condicionais, com índices no lugar de provas, e com o humor dos testemunhos múltiplos, dispensando qualquer blefe reducionista (Stengers, 1992, pp.36-38). Ou ainda haveria o recurso da produção de romances coerentes, como já fazem os antropólogos: "Eles querem, assim, testemunhar não de maneira verdadeira no sentido judiciário, e sim de maneira discutível, não apenas daquilo que aprenderam, mas também da maneira pela qual aquilo que aprenderam os transformou, o caráter patético de sua experiência que o ideal judiciário de objetividade os obriga a ocultar" (op. cit. p. 150). Aqui uma alternativa palpável para psicologia.

Conclusão

As Histórias das Ciências epistemologicamente orientadas, regidas ou não por uma abordagem legisladora, tendem a excluir a possibilidade de uma história científica da psicologia, condenando-a por sua falta de cientificidade. Como alternativa à Histórias das Ciências, existem outras formas de historiar a psicologia que podem ser classificadas como *histórias plurais da psicologia*, produzidas à margem das grandes epistemologias. De modo contrário às Histórias das Ciências, que tomam o progresso nesta ultrapassagem infinita de unidades bem estabelecidas (paradigmas, projetos ou sistemas), nestas histórias da psicologia não há nem busca de unidade, nem de progresso a ser descortinado ou esperado num futuro longínquo. Progresso, se há, ele ocorreria no interior de cada projeto, mas jamais no interior da psicologia, dada a impossibilidade de superação, ou mesmo de refutação de seus projetos, devido ao caráter artefactual deste saber, conforme enunciado por Stengers. Como exemplos destes trabalhos, teríamos os de Roger Smith (1988) e de Luis Alfredo Garcia-Roza (1977), cujo alvo será o de denunciar os mitos da unidade, da continuidade e da evolução, de resto descartados pelo grupo dos *Annales*, da chamada *Nova História*. Em consonância com esta escola historiográfica, toda história é referida a partir de um certo presente, marcado por seus referenciais, instrumentos, instituições, conceitos

atuais (de tempo, período, sentido, evolução), e questões versando sobre uma certo modo de subjetivação (ou mentalidade, usando um termo destes historiadores). Reconhecer este ponto de partida é crucial para se dar conta da singularidade do passado a ser historicamente examinado. Sem demarcar o ponto de partida do historiador (o presente, sua identidade), arrisca-se a sua projeção no objeto visado (o outro revelado pelo passado histórico). Delimitar um eu, ou um nós, é condição não apenas para estranhamento do outro, mas para a "outrização de nós mesmos". Como diria Paul Veyne (1989, p. 154): "Quando falamos do próximo, ou é para fazer mexerico, e nesse caso o estamos julgando, ou é para descrevê-lo como um estranho, sabendo que nós também o somos" Neste *presentismo* aberto, o mesmo e o outro são estranhos, evitando o risco do "mexerico", de tomar toda a diferença como juízo de inferioridade.

Este é o equívoco em que a história epistemológica da psicologia recai, estabelecendo uma evolução que cala o passado em nome da superioridade do presente. Neste mau presentismo, que reifica o presente, chega-se em alguns casos (como nos positivismos) a vê-lo em germe desde o fundar dos tempos, no olhar míope e impreciso dos precursores, mas que desde então teriam balbuciado algo sobre psicologia, a tomar forma somente na sua conjugação científica. De lá até hoje, a voz e o olho tomariam prumo e o objeto assim teria sido descortinado. É o que historiadores como Geoge Brett, Edwin Boring e Fernand-Lucien Mueller fazem; ao negar a estranheza do presente, eternizam-no, entronizam-no. Nem ao menos se questionam a partir de que condições a psicologia teria partido; ela simplesmente teria sido a mesma desde os tempos imemoriais. Tudo é monolítico: tempo, objeto, progresso, ciência. O mesmo objeto que se supõe atravessando os tempos é igualmente enganoso:

> Na ânsia de encontrar continuidades, os historiadores vislumbraram uma longínqua analogia entre a "anima" aristotélica, o "cogito" cartesiano e a consciência, tal como é vista pelos psicólogos do século XIX. Esqueceram-se, porém, que a "anima" aristotélica é um princípio material, físico, nada tendo em comum com o "espirito" dos cristãos e ainda menos com o "cogito" cartesiano [...] Da mesma maneira, o "cogito ergo sum" pertence a um discurso filosófico no interior do qual adquire pleno sentido. Descartes não pretendia fazer e nem faz psicologia (Garcia-Roza, 1977, p. 24).

Se, como Foucault (1969) considera, a noção de ruptura não opera mais como obstáculo, e sim enquanto *a priori* com que se erguem as novas histórias, pensar as condições de possibilidade da psicologia é dar conta dos eventos singulares e únicos, raridades que favoreceram a sua estranha constituição. Por que se desejou estabelecer uma ciência sobre aquilo no qual residia o obstáculo a toda e qualquer ciência enquanto fonte de ilusões, a experiência imediata? Por que buscou se tomar o controle do que se determinou como ponto de toda liberdade, o indivíduo? São questões que retiram o presente do conforto de sua identidade, lançando-nos para além do ponto de ruptura, na possibilidade de sermos outros, tomando o passado na sua potência de estranhamento e não na inferioridade do que seria o mero germe do que se desvela soberanamente no futuro. Eis uma possibilidade não apenas para a história da psicologia, mas para a própria psicologia no trato com os nossos modos de subjetivação.

Bibliografia

CANGUILHEM, G. O objeto da história das ciências. In: Tempo Brasileiro nº 28. Rio de Janeiro, 1972.

_____. O que é psicologia? In: Tempo Brasileiro nº 30/31. Rio de Janeiro, 1973.

_____. O papel da historiografia científica contemporânea. In: Ideologia e racionalidade nas Ciências da Vida. Edições 70, Lisboa, (coletânea originalmente publicada em 1977).

COMTE, A.. Filosofia Política. In: Os Pensadores. Abril, São Paulo, 1973 (texto de 1851).

_____. Curso de filosofia positiva. In: Os Pensadores. Abril, São Paulo, 1973 (texto de 1837).

FOUCAULT, M. Arqueologia do Saber. Vozes, Petrópolis, 1977 (livro publicado em 1969).

_____. Em defesa da sociedade. Martins Fontes, São Paulo, 2000 (Curso no Collège de France no período de 1975-1976).

GARCÍA-ROZA, L. A.. Psicologia: um espaço de dispersão do saber. In: Radice, ano 1, nº 4. Rio de Janeiro, 1977.

GIL, F. História das Ciências e Epistemologia. In: CARRILHO, M.M. (org.). História e Prática das Ciências. A Regra do Jogo, Lisboa, 1979.

LEBRUN, G. L'idee d'epistemologie. In: Manuscrito, Vol. I, Outubro de 1977, Unicamp, Campinas.

MARIGHELA, M. Epistemologia da Psicologia. Unimep, Piracicaba, 1997.

PENNA, A.G. Sobre a natureza da psicologia. In: Filosofia da Mente. Imago, Rio de Janeiro, 1990.

PIAGET, J. La epistemologia y sus variedades. In: Lógica y Conocimiento cientifico. Proteo, Buenos Aires, 1970.

SMITH, R. Does the history of psychology have a subject? In: History of the Human Sciences. Vol. 1, nº 2, 1988.

STENGERS, I. Quem tem medo da ciência? Siciliano, São Paulo, 1989.

_____. La volonté de faire science. Synthélabo, Paris, 1992.

_____.L'invention des sciences modernes. La Découverte, Paris, 1993.

VEYNE, P. Entrevistas do Le Monde. In: Idéias Contemporâneas. Ática, São Paulo, 1989.

WATSON, R.I. Psychology: a prescritive science. In: American Psychologist, vol. 22, 1967.

Entre uma sociedade sem manicômios e a medicalização da vida: as tensões entre *reformistas* e *biologistas* no contexto da reforma psiquiátrica brasileira

Andréa da Luz Carvalho

RESUMO

Este artigo avalia as discussões sobre o processo de Reforma Psiquiátrico Brasileiro até 1999. Ele discute a existência de dois modelos divergentes de descrição do adoecimento psíquico. Para isso, utilizam-se as categorias *biologistas* e *reformistas* como expressão dos diversos níveis de impasse dos modelos entre si e dos conflitos na prática dos profissionais que os representam. Ao final, discute-se que a análise da reforma psiquiátrica brasileira, quando feita através de pressupostos da causalidade da doença é insuficiente para dar conta da complexidade do campo. Sugere-se que a análise seja feita a partir dos pressupostos éticos contidos nas duas categorias como melhor ferramenta para descrever suas tensões.

ABSTRACT

Either a society free of psychiatric hospitals or life under medicine:
the dispute between the Reformists and biologists
in the brazilian psychiatry Reform

This article evaluates the discussions about the process of Brazilian Psychiatry Reform up to 1999. It discusses the existence of two different models of description of the psychic illness. For that, the categories biologists and reformists are used as expression of the several levels of strangeness of the models to each other and of the conflicts in the professionals' practice that represent them. It is suggested, at the end, that the analysis of the Brazilian Psychiatric Reform should be made by the ethical presuppositions contained in the two categories by considering this procedure a more useful tool to describe its tensions.

São 8:00 horas da manhã e a psiquiatra Antônia acaba de chegar no CAPS Raul Seixas, onde coordena com uma terapeuta ocupacional, uma psicóloga e um assistente social três atividades. Um grupo chamado "**vivendo e aprendendo**", onde os pacientes relatam suas dificuldades da vida diária e o objetivo é que o grupo consiga agenciar soluções para os problemas levantados. A segunda atividade é o grupo "**aprendendo**

e trabalhando", onde a cada mês são convidadas pessoas da comunidade que se responsabilizam por ensinar algum tipo de ocupação. O convidado inicia uma espécie de "curso" com estágio prático no qual os participantes são avaliados e por vezes conseguem algum trabalho. Foi assim que Sebastiana aprendeu a fazer salgadinhos para festas e conseguiu trabalho de ajudante de cozinha com Maria, dona de uma lanchonete do bairro. Maria nunca tinha entrado em um hospital psiquiátrico e foi chamada pela equipe do CAPS Raul Seixas depois que Antônia fez um levantamento sobre importantes contatos na comunidade. A terceira atividade que Antônia coordena com o assistente social Pedro é um grupo de medicação chamado "**medicando e avaliando**", onde as prescrições são avaliadas e os pacientes esclarecem suas dúvidas. No último grupo, Davi queria se informar sobre um novo medicamento para a depressão – "**nodepress**". Ele tinha ouvido falar que este medicamento era bom e que não causava nenhum efeito colateral. Ele queria saber se o CAPS já tinha este remédio para ele tomar...

Do CAPS Raul Seixas a psiquiatra Antônia segue para o seu consultório particular. Lá, recebe a visita de um propagandista de laboratório que lhe dá informação "científica" e amostras de um novo antidepressivo lançado há dois meses no mercado pelo laboratório Mental Health. "O "**nodepress**" não tem efeitos colaterais, doutora, temos apresentações de 50mg e 100 mg, em comprimidos, não precisa ser tomado várias vezes por dia, no máximo duas vezes, ao acordar e ao deitar, não há doses no meio do dia para facilitar a administração do medicamento. Tem uma boa resposta nos casos de depressão e síndrome do pânico. Aliás, deixa eu aproveitar para convidar a senhora para participar de um workshopping brasileiro sobre as últimas descobertas em síndrome do pânico, que será em Fernando de Noronha. Olha que maravilha, doutora, serão quatro dias em que os laboratórios Brainstorm, Biological Brain, Healthy Minds e o Mental Health vão levar seus estudos comparativos no tratamento desta doença da moda. Se a senhora quiser consigo uma passagem... Ah! Sei que a doutora também trabalha no CAPS Raul Seixas. Leve para seus pacientes algumas amostras. Lá, tem muita gente sem grana para comprar remédio, não? Ah! Tem este material explicando que o "**nodepress**" reconecta o indivíduo a sua comunidade. Não é esta a finalidade do CAPS? Pois é, doutora, o **nodepress** pode ajudar...".

Este artigo é uma síntese de uma dissertação de mestrado[19] inspirada nas duas cenas anteriormente descritas, que são expressões das transformações ocorridas no campo da psiquiatria desde o aparecimento do asilo como local legítimo de tratamento da doença mental, inaugurado por Philippe Pinel à época da Revolução Francesa. Nestes duzentos anos muita coisa mudou. A instituição pineliana sofreu modificações, assim como o saber psiquiátrico que a subsidiou.

A primeira cena diz respeito a um complexo campo que surgiu da crítica ao modelo biomédico de descrição da doença mental, e se caracterizou pela contribuição de uma diversidade de disciplinas no

[19] A dissertação de mestrado com o mesmo título do artigo foi defendida pela autora em setembro de 1999 no Instituto de Medicina Social, sob a orientação de Benilton Bezerra.

entendimento plural do adoecimento psíquico. A segunda cena vai em direção oposta, pois privilegiou o entendimento da doença mental de um ponto de vista biomédico estrito senso. Estas duas cenas foram garimpadas dos diversos momentos que a autora viveu e continua vivendo, levando em consideração o contexto de modificações que o campo psiquiátrico brasileiro vem sofrendo a partir do final da década de 70.

É importante, então, iniciar o relato deste texto ressaltando o contexto que ele pretende percorrer. Este contexto é o que se tem chamado de processo de reforma psiquiátrica, que podemos dizer que vigora desde o final dos anos 70 e que compreende um conjunto de transformações nas mais diversas áreas: jurídica, assistencial, política e clínica que se deram no cenário psiquiátrico brasileiro. A partir da construção de uma **carta de intenções** que reúne usuários, técnicos, formuladores de políticas de saúde mental e familiares, foi traçada uma série de estratégias em torno da desmontagem da cultura manicomial no nosso país.

Este processo se iniciou enfrentando a hegemonia do asilo como local privilegiado para o tratamento do adoecimento psíquico, procurando discutir alternativas mais interessantes para os loucos que não fossem a violência ou o aprisionamento, elementos bastante presentes nestes locais no final da década de 70. A partir das denúncias dos maus tratos que ocorriam nos asilos psiquiátricos públicos e privados, foi disparado o processo de reformulação do cenário psiquiátrico brasileiro. Não podemos nos esquecer de que também vivíamos em um contexto político com um regime militar, onde liberdades eram cerceadas. O movimento de denúncias de maus tratos era mais um entre tantos outros que se indignaram com o descaso e a precariedade em que se encontravam a situação social e política do nosso país (Amarante, 1995).

Se no final da década de 70 o cenário hegemônico no campo psiquiátrico brasileiro era o de violência, hospícios, eletrochoque, medicamentos, hoje podemos dizer que há um discurso que perpassa os vários campos construindo um outro cenário. Temos uma lei de Reforma Psiquiátrica aprovada (inspirada no projeto de lei nº 3657 do deputado Paulo Delgado, 1989) que restringe a construção de outros locais para o tratamento do doente mental na modalidade de hospital psiquiátrico, e regulamenta a internação compulsória, tentando instituir um estatuto de cidadania para o louco no nosso país. Destaca-se que no processo do debate da legislação psiquiátrica foram incentivadas discussões que influenciaram práticas, mobilizaram atores contrários, definiram parceiros, enfim, auxiliaram na criação de condições para a mudança da cultura manicomial.

Em termos assistenciais, o asilo como lugar de abrigo, tratamento, acolhida e moradia teve todos estes significados reformulados, levando em consideração o perfil clínico e social dos pacientes. Para tanto, foi preciso construir outras alternativas de cuidado. Desde o final da década de 80, vemos que o asilo não domina mais o cenário inteiramente. Nesse período, assistimos a uma redução gradual dos leitos e de hospitais psiquiátricos em torno de 25%. Nessa época, havia 313 hospitais psiquiátricos (259 privados/filantrópicos e 54 estatais). Em 1996, foram reduzidos para 256 (211 privados/filantrópicos e 45 estatais). Em 1990, houve um processo de redirecionamento do financiamento em saúde mental, feito pelo

Ministério da Saúde, que incentivou a construção de unidades abertas no tratamento do adoecimento psíquico como CAPS, NAPS, hospitais-dia, hospitais-noite (portaria nº 224 de 1992) e estipulou padrões técnicos para o funcionamento dos hospitais psiquiátricos, considerando que estes precisavam ser locais humanizados (portaria nº189 de 1991). Até 1996, o país já contava com 58 unidades CAPS/NAPS e 48 hospitais-dia (Alves, 1996).

Em termos de tecnologias utilizadas na clínica, a hegemonia do poder médico foi questionada e o campo foi pluralizado com intervenções de outros profissionais como psicólogos, musicoterapeutas, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, artistas plásticos, artífices, nutricionistas etc... Tão importante quanto contar com a participação de várias outras especialidades foi a discussão que se abriu sobre a necessidade de mudança da postura do profissional de saúde mental. Tentando detalhar mais esta discussão, o que se pretendeu ressaltar foi que o profissional que atuasse neste campo se desfizesse do **preconceito tecnológico,** termo cunhado por Jairo Golberg, e que dizia respeito às dificuldades que um profissional tinha de lidar com outras tecnologias, se limitando a exercer burocraticamente a ocupação que aprendeu na sua faculdade (Goldberg, 1996).

Esta longa descrição sobre o contexto da reforma psiquiátrica é necessária para que possamos entender a magnitude destas transformações. Ou seja, em 20 anos foi produzido mais que um processo de desospitalização, um campo complexo de diversas práticas que vem se tornando um discurso oficial e tem reunido esforços em torno da construção de lugares e práticas humanizados para os loucos. No entanto, se o discurso em torno da humanização parece ser consenso, neste processo vemos também discursos antagônicos que originam tensões, mesmo entre aqueles que parecem partilhar da pluralidade de intervenções no campo psiquiátrico, e que possuem nos seus discursos as melhores intenções em direção à ampliação dos horizontes dos loucos no nosso país.

Considerando o fato de que é importante relatarmos não só os momentos bem sucedidos do processo de reforma psiquiátrica, mas também chamarmos a atenção para seus impasses, é se que pretende cartografar um pouco das tensões produzidas neste processo. Para tanto, foi importante em um primeiro momento mapear as práticas, os discursos e propósitos de dois grupos que estão em constante tensão no contexto da reforma psiquiátrica atual. Lembrando as duas cenas descritas anteriormente, chamou-se de **reformistas** aqueles que fundaram teorias e práticas em torno do enfrentamento da cultura manicomial. Encontrou-se neste grupo uma pluralidade de descrições sobre o sofrimento humano, que compreendiam desde explicações fisicalistas a descrições psicológicas e sociais. De **biologistas**, chamou-se o grupo daqueles que se preocuparam em descrever a doença mental privilegiando o ponto de vista fisicalista.

Para que pudéssemos contar a história destes dois grupos citados anteriormente, foi ainda necessário recuarmos no tempo e entendermos em que contexto a psiquiatria se fundou. Para tanto, recortamos a história a partir do ato de Philippe Pinel que “libertou as correntes” daqueles que, misturados aos prisioneiros

políticos à época da Revolução Francesa, foram mandados a instituições asilares que seriam responsáveis pelo seu tratamento (Foucault, 1987). Se o saber psiquiátrico que se fundava neste momento representou a humanização destas personagens que andavam misturadas há tempos junto com mendigos, prostitutas e, no decorrer da Revolução Francesa, com prisioneiros políticos, também foi fato que se abriu um leque de práticas que excluíram por muito tempo esta população do convívio social comum, e foi fonte de inspiração para o desenvolvimento de um aparato teórico e técnico para lidar com a loucura. Portanto, foi preciso revisitar o ato "fundador" pineliano e compreender que concorreram várias histórias para o seu sucesso: a história da elaboração de um corpo científico, uma história social e uma história política da articulação e perseguição de objetivos administrativos realizados na confecção da moderna burocracia de Estado (Goldstein, 1987).

O sistema teórico de Philippe Pinel se baseava principalmente em uma herança da medicina do século XVIII. Inspirado na história natural, em que as espécies eram descritas como um quadro estático, Pinel desenvolveu sua nosografia, que possuía um caráter meramente classificatório, de identificação de sinais e sintomas. Pinel foi também responsável por elaborar a tecnologia complexa do **tratamento moral**, e defendia o asilo como um elemento fundamental na cura das afecções mentais. Pinel contribuiu com o debate médico de sua época, no entanto, suas teorias se distanciaram daquilo que se tornou uma obstinação no meio médico: o encontro entre a doença e a sua localização no corpo. Teóricos alienistas da época pós-pineliana, como Bayle, Georget e Morel, tentaram encontrar um substrato orgânico para a explicação das afecções mentais (Castel, 1991).

O primeiro hospício brasileiro de 1852, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, também foi palco do alienismo, com algumas semelhanças à história francesa e diferenças importantes. O contexto brasileiro era o de organização de uma República, repleta de ex-escravos que logo se tornariam um problema social. De início (como na França), os alienistas dividiram espaço no asilo com as ordens religiosas e também o saber médico estava se estabelecendo por aqui. Desde a construção do primeiro hospício brasileiro, o louco surgiu como um problema social importante, como permanece até hoje.

A personagem **reformista** foi construída em solo brasileiro e alimentada pelos discursos das reformas psiquiátricas do pós-guerra europeu e do movimento de reforma psiquiátrica americano dos anos 60, além dos discursos de teóricos dos anos 60 e 70 como Foucault, Goffman, Bastide, Castel, Szasz, Illich, Basaglia, que, em que pese suas diferenças, realizaram uma síntese crítica do que significavam o aparecimento e o funcionamento de diversas instituições da sociedade capitalista. O conceito de instituição ultrapassava os limites físicos e começava também a representar "modos de funcionamento", "cultura". O **reformista** também foi elemento participante do debate da redemocratização brasileira no final dos anos 70. Suas denúncias em torno da violência asilar se uniram às reivindicações por melhores condições de trabalho e salário e pelo retorno da democracia no nosso país.

Mas no interior deste grupo foi também possível encontrar dois claros subgrupos, chamados **clínicos** ou **técnicos** e **sociais** ou **políticos**. (Bezerra, 1994) Os **clínicos** ou **técnicos** seriam aqueles que, ao participarem do debate sobre a necessidade de inscrevermos a loucura de uma forma diferenciada na nossa sociedade, destacavam as teorias e terapêuticas que faziam parte do universo da clínica como recurso privilegiado para o seu entendimento. Neste grupo, ressaltou-se a importante contribuição que a prática psicanalítica deu ao processo de reforma brasileiro, ao permitir o entendimento do sujeito de uma forma descentrada da razão que o saber psiquiátrico quis valorizar como sendo um elemento divisor de águas entre loucura e sanidade mental.

Já o grupo dos **sociais** ou **políticos**, se constituiu por aqueles que, inspirados nas teorias de Franco Basaglia, importante psiquiatra responsável por deflagrar o processo de reforma psiquiátrica italiano, entendiam que para que fosse possível dar um outro estatuto à loucura em nossa sociedade, seria preciso cuidar primeiro do seu aspecto social, ou seja, seria necessário pensar em criar recursos como moradia, renda etc.

Ao aproximarmos uma lente junto ao grupo dos **reformistas, percebeu-se não ser um grupo homogêneo,** e que nem sempre o discurso plural que tanto defendiam também vinha acompanhado por uma prática plural, já que por vezes estes subgrupos se encastelavam em pontos de vista reducionistas ("a questão da loucura é sobretudo clínica" ou "a questão da loucura é de ordem social") que pareciam não ser úteis para ampliação de espaços para a inclusão da loucura no nosso país.

Um outro tipo de tensão que foi possível localizar diz respeito às situações em que o **reformista** se via, ao criticar o modo reducionista de descrição da doença mental feito pelo **biologista**, mas usando a mesma tecnologia (como os medicamentos) produzida por este, de forma por vezes pouco crítica. O **reformista**, ao fazer a crítica ao modelo biomédico de explicação da doença mental, não o eliminou de seu sistema teórico. Mas por vezes sua crítica se limitou ao fato de defender que a doença mental fosse descrita também por outras disciplinas. Ela deveria ser considerada mais do que uma doença médica. Em seus discursos críticos sobre o modelo biomédico, no entanto, quase não se encontraram outras possibilidades de descrever a loucura de um ponto de vista fisicalista, que não fosse aquele largamente empregado no meio biomédico. Ou seja, o **reformista** fez a crítica ao modelo biomédico, mas em seu próprio sistema teórico acabou por admiti-lo, destacando que ele precisava ser acrescido de outras definições da doença mental.

A história da personagem **biologista** se inspira na parte mais "hard" da medicina. A psiquiatria biológica é um saber formado pelo encontro de outras disciplinas, como neuroquímica, psicofarmacologia, biologia, genética, bioquímica, e se dedica ao desvelamento dos processos do adoecer psíquico, adotando descrições fisicalistas e biológicas. Este saber surgiu no final dos anos 60, alimentado pelos avanços tecnológicos nestas diversas áreas de conhecimento (Serpa, 1997). Sua fundação se relacionou com um

processo de “remedicalização” da psiquiatria, principalmente nos EUA. O termo “remedicalização” (Castel,1987) se contrapôs ao *boom* de experiências que se deram do pós-guerra ao final dos anos 60, em que os movimentos de reforma psiquiátrica na Europa e EUA se afastaram do predomínio do modelo médico na explicação da doença mental. A psiquiatria biológica parece ser a versão da psiquiatria que deseja se fundir à medicina. Seus discursos possuem um forte apelo à necessidade de desenvolvermos tecnologias cada vez mais eficazes, para investigar o cérebro e entender seu funcionamento, em suas mínimas partículas, e exaltam a técnica no sentido mais positivista do termo. No Brasil, ela aparece nos anos 80 de forma mais organizada através da Associação Brasileira de Psiquiatria Biológica, em 1983.

Os relatos históricos sobre as duas personagens trouxeram reflexões importantes que podem ser agrupadas em torno destes pontos:

1) A crítica à psiquiatria biológica por parte dos **reformistas,** que defendem uma visão pluralista, acusando-a de ser reducionista por se voltar a uma descrição fisicalista da loucura, confunde o termo fisicalismo com reducionismo e parece naturalizar e fazer-nos acreditar que a única forma que temos de descrever um fenômeno de maneira fisicalista é a que a psiquiatria biológica defende.

2) Como já visto anteriormente, defender que um fenômeno possa ser descrito de uma forma plural não garante também a aceitação de práticas plurais, lembrando as posturas por vezes radicais de clínicos e sociais, no grupo dos **reformistas**

3) Fazer uma diferenciação entre grupos que participam de um mesmo contexto (considerando as nossas personagens já citadas), utilizando como parâmetro as diferentes formas como eles descrevem o adoecimento psíquico, ou seja, utilizando o ponto de vista da causalidade, parece não ser um bom critério para realmente os diferenciar

Considerando a necessidade de repensar as tensões que ocorrem no campo da Reforma Psiquiátrica Brasileira, não mais a partir da forma como se explica o adoecimento psíquico, é que se propôs que o ponto de vista ético fosse o eixo de divisão destas tensões. Para tanto, foram introduzidas as perguntas: ”para quê?”, “quais são nossos propósitos quando descrevemos a doença mental de tal ou qual forma?”, “quais são nossos propósitos quando defendemos tal técnica?”.

Para auxiliar na rediscussão deste campo sob outros parâmetros, outras ferramentas foram usadas. Em primeiro lugar, as leituras de alguns autores que fazem debates sobre o modo como a ciência se constituiu e organizou o mundo. Dentre estes autores, foram utilizadas as contribuições do filósofo americano Richard Rorty. Nas palavras deste autor,

> *Há dois modos principais pelos quais seres humanos reflexivos tentam, colocando suas vidas em um contexto maior, dar sentido a elas. O primeiro é contando a história de sua contribuição a uma comunidade, (...) O segundo modo é descrever a si mesmos como encontrando-se em relação imediata com uma realidade humana. (...) (As) histórias do primeiro tipo exemplificam o desejo de solidariedade e (as) histórias do último tipo exemplificaram o desejo de objetividade. Enquanto uma pessoa está buscando solidariedade, ela não pergunta sobre a relação entre práticas da comunidade escolhida e algo fora daquela comunidade. Enquanto busca objetividade, ela se distancia das pessoas reais à sua volta não por recusar-se como um membro de algum outro grupo imaginário ou real, mas sim por ligar-se a algo que pode ser descrito como sem referência a quaisquer seres humanos particulares* (Rorty, 1993, 109-110).

Redividir o campo entre aqueles que possuem como propósito o desejo de solidariedade e aqueles que são obstinados pela objetividade, significa dissolver as categorias **reformistas e biologistas** citadas anteriormente e chamar a nossa atenção para uma reflexão importante: se é fato que a tradição das ciências naturais tem sido pautada pela busca maior de objetividade como pressuposto ético, transcendendo muitas vezes os valores deste mundo, os acordos históricos realizados entre os homens, em busca de uma essência, é fato também que as ciências humanas se fundaram como ciência com outros objetos, mas muitas vezes se utilizando dos mesmos propósitos. É também Richard Rorty que nos chama a atenção para que o simples fato de as ciências humanas oporem valor a fato, prazer à verdade, subjetividade à objetividade pode significar apenas o uso de um outro vocabulário para uma mesma prática.

Outra reflexão importante é o exercício de pensarmos outras formas de descrição de um fenômeno do ponto de vista fisicalista, mas que não seja reducionista como podemos encontrar em muitos discursos da psiquiatria biológica. E para sustentar esta argumentação, pode-se recorrer ao próprio terreno da neurobiologia, terreno este que tem subsidiado as construções teóricas mais duras da psiquiatria biológica, e nele também se encontra um pluralismo de concepções sobre a mente humana e seu funcionamento. Podemos então dizer que não há um consenso em torno da perspectiva fisicalista reducionista adotada pela psiquiatria biológica, na qual o conhecimento sobre o cérebro se torna mais importante do que as outras formas de conhecimento da experiência subjetiva. No campo da neurobiologia, foi possível nos surpreender com autores como o neurologista António Damásio, que nos seus estudos sobre a tentativa de explicar quais os efeitos orgânicos causados por lesões no lobo pré-frontal, defende uma teoria em que

a razão humana depende não de um único centro cerebral, mas de vários sistema cerebrais que funcionam de forma concertada ao longo de muitos níveis de organização neuronal. Tanto as regiões cerebrais de "alto nível" como as de "baixo nível", desde os córtices pré-frontais até o hipotálamo e o tronco cerebral, cooperam umas com as outras na feitura da razão. (...) As ordens de nível inferior do nosso organismo fazem parte do mesmo circuito que assegura o nível superior da razão (Damásio, 1996, 13).

Damásio critica as teorias sobre mente/corpo que separam estas duas instâncias e as hierarquizam, destacando a mente (sinônimo de cérebro) como um ente "superior" ao corpo, que só teria a função de responder aos comandos deste cérebro. Na sua teoria, o corpo, através de sinais (que ele denomina de marcadores-somáticos), é capaz de informar ao cérebro situações de risco internas ou externas. A experiência individual não se constitui como variável interveniente nos seus estudos, mas por vezes é um sinal bastante relevante para que o indivíduo se dê conta de seu estado anterior a uma lesão.

Damásio apresenta uma outra descrição da razão que não pode ser sinônimo de "frieza", "cálculo". Descrevendo os processos racionais de forma complexa, ou seja, integrando as ações da mente e do corpo, Damásio defende que as emoções teriam um papel fundamental para o cérebro. Segundo sua teoria, um cérebro que agisse somente da forma racional que comumente pensamos talvez não sobrevivesse, já que seriam estes sinais do corpo (que poderíamos imaginar como sendo os marcadores das emoções) que garantiriam sua sobrevivência. O modelo de cérebro preconizado por Damásio é plástico, não é pronto desde o nosso nascimento e é capaz de se adaptar às realidades internas e externas adversas.

Um outro autor que também utiliza um modelo complexo da mente humana é Oliver Sacks. O importante a destacar deste autor é o modo como ele se posiciona em relação aos seus pacientes, como um antropólogo, um neuroantropólogo (Sacks, 1995). Para este autor, se pôr ao lado dos pacientes para investigar as conseqüências de lesões e deficiências implica mais que explicá-los, implica positivar suas existências como organismos que estão se adaptando a uma condição desfavorável de vida.

Para Sacks e Damásio, as descrições fisicalistas a respeito do funcionamento mente/corpo têm como conseqüência pensar os organismos do ponto de vista da ampliação de sua capacidade normativa em direção à vida. Desta maneira, é possível falar de "falta", "deficiência", "lesão" como expressões de criatividade.

Por fim, ser solidário significa mais do que descrever um fenômeno sobre tal ou qual ponto de vista. Como vimos anteriormente, é possível encontrarmos solidariedade mesmo entre aqueles que adotam descrições fisicalistas de um determinado objeto (Rorty, 1997). Para ser solidário não é necessário que nos neguemos a utilizar as mesmas tecnologias que a psiquiatria biológica utiliza, como os famosos medicamentos. Neste final de século, estamos assistindo a um avanço tecnológico das ciências da vida que tem trazido uma série de melhorias às vidas humanas. Na área da psiquiatria, vimos que isto não tem sido

diferente e o desafio parece ser o de como absorver este arsenal tecnológico em favor da ampliação da qualidade de vida de quem sofre, sem perder de vista a singularidade de cada um.

As tecnologias podem ser úteis se contextualizadas, se funcionarem segundo cada caso, se forem empregadas mais no sentido de ferramentas (sempre com um significado de serem locais, parciais) do que técnicas absolutas.

Portanto, este texto serve então como ferramenta, já que ele pretende fugir das discussões ideológicas sobre a melhor maneira de definir e tratar o louco, como também se apresenta como sendo histórico, para ser usada na reflexão do nosso momento presente. Espera-se que ele nos auxilie a responder a pergunta cotidiana que a psiquiatra Antônia se faz ao entrar no CAPS e no seu consultório: "será que estou utilizando as teorias e técnicas adequadas para que meus pacientes possam circular nos espaços sociais?"; "será que estou conseguindo auxiliá-los a ter uma vida melhor?".

Referências Bibliográficas

ALVES, Domingos Sávio Nascimento. **A Restruturação da Atenção em Saúde Mental no Brasil**. (Texto apresentado no V Congresso da Associação Mundial de Reabilitação Psicossocial). Roterdã, 1996, 10 p, mimeo.

AMARANTE, Paulo (org). **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Panorama ENSP, 1995.

BEZERRA, Benilton. "De médico, de louco e de todo mundo um pouco - O campo psiquiátrico no Brasil dos anos oitenta". Guimarães, Reinaldo & Tavares, Ricardo A. W. (orgs). **Saúde e Sociedade no Brasil: anos 80**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

CASTEL, Robert. **A Gestão dos Riscos: da Antipsiquiatria à pós-psicanálise.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

CASTEL, Robert. **A Ordem Psiquiátrica: A Idade de Ouro do Alienismo**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

DAMÁSIO, António R. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELGADO, Paulo. **Projeto de Lei nº 3.657/89**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.

FOULCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOLDBERG, Jairo. "Reabilitação como processo - Centro de Atenção Psicossocial - CAPS". PITTA, Ana (org). **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996.

GOLDSTEIN, Jan. **Console and Classify - The French Psychiatric Profession in the Nineteenth Century**. Cambridge University Press: Cambridge, 1987.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 189**. Brasília: Ministério da Saúde, 1991.

___. **Portaria nº 224**. Brasília: Ministério da Saúde, 1992.

RESENDE, Heitor**.** Política de Saúde Mental no Brasil: uma visão histórica. *In:* TUNDIS, Silvério de Almeida & COSTA, Nilson do Rosário, (orgs). **Cidadania e Loucura - Políticas de Saúde Mental no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987.

RORTY, Richard. Solidariedade ou objetividade?. **Novos estudos**, CEBRAP, nº 36, p.109-121, julho 1993.

___. Ciência como Solidariedade. *In:* **Objetivismo, Relativismo e Verdade. Escritos Filosóficos** . Vol. I, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997, p. 55-89.

___. Investigação enquanto recontextualização: uma avaliação antidualista da interpretação. *In:* **Objetivismo, Relativismo e Verdade. Escritos Filosóficos** . Vol. I, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997, p. 131-153.

___. Fisicalismo não-redutivo. *In:* **Objetivismo, Relativismo e Verdade. Escritos Filosóficos** . Vol. I, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997, p. 157-172.

SACKS, Oliver. **Um Antropólogo em Marte: sete histórias paradoxais**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

SERPA, Octávio Domont. **Mal Estar na Natureza: Um estudo crítico sobre o reducionismo e o determinismo biológico em psiquiatria.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Psiquiatria/UFRJ, 1997. Mimeo.

IMAGINÁRIO SOCIAL, VERDADE?

Luiz Felipe Baêta Neves

RESUMO

Nesse artigo investiga-se a relação entre imaginário social e verdade, levando-se em conta o modo como o imaginário e o verdadeiro produzem efeitos no real, entre os quais aquele que designamos por história, e que supomos poder controlar ao atribuir-lhe um termo. O esquecimento e a descoberta são duas ordens de fatores constituintes desse “real-histórico”.

ABSTRACT

«The Social Imaginary — True or Mere Cogitation?»

The relation between the social imaginary and true and its effects upon reality is the matter under caption, specially concerning the stablished «History» as an effect thereof leading to the supposition of having it under our control merely by giving it terms. Discovery and missing as two factors of the «reality-history» process.

As formas de casamento e de divórcio entre imaginário social e verdade são inúmeras. Crescem, em número, se aproximarmos nossa visão desta dinâmica dupla e descobrirmos modos mais complexos de convivência e rutura, do que de "casamento" e de "divórcio"; seriam maneiras de contato híbridas, turvas, inconstantes.

"Racional" e "intuitivo" são modos complementares do funcionamento da mente humana", diz Fr. Capra. Sendo assim, racional não está 'solto', isento do intuitivo; o intuitivo não é da ordem da 'espontaneidade absoluta'; tem sua "razão de ser", de se constituir, de ser apreendido também pela razão. Na verdade, socorro-me da citação de Capra para, pela menção que faz de "intuição", dar início a um breve comentário de parte do populoso universo vocabular que permite o título desta palestra.

Por exemplo, o imaginário social, em Bachelard e Durand, não são o prenuncio ou a re(a)presentação do real, mas também não são, necessariamente, sinônimos de ilusão, logro ou mentira. Não confundindo verdade e real, poderemos ter uma 'realidade verdadeira' e um 'imaginário verdadeiro'. Este é verdadeiro porque tem uma "realidade em si" em que símbolos "fazem sistema em si, endogenamente". E é, tal 'imaginário verdadeiro' verdadeiro porque, digamos, atua, age, é agido, é atuado de diferentes maneiras e têm, pois, **efeitos** que podem ser reais e verdadeiros – ... e as duas coisas ao mesmo tempo. O que **imaginamos**, tantas vezes de forma empiricista e reificadora, como a história: a história **é**, **é** tudo, é o que **verificamos** formada, tal história, por um feixe heterogêneo de idéias que pensamos poder 'controlar' ao lhe designar um único termo: história.

Para ficarmos apenas em uma parte deste feixe, lembremos, sem trocadilho, que a história é contraditória. Sempre ouvimos falar da história, sempre estudamos a história, sempre buscamos "exemplos" ou "ilustrações históricas" como algo **positivo**, como algo que, como dissemos há pouco, **efetivamente**

aconteceu. Afinal, personagens, datas, acontecimentos são – ao menos "para início de conversa" – algo que é de indiscutível realidade, qualquer que seja a opinião, ou a teoria que dela façamos.

Ocorre que este "real-histórico", verdadeiro para o bem ou para o mal, é constituído – é **também** constituído – por duas ordens de fatores que se ocultam, cada um a seu modo, e que, opacos e sistêmicos, fazem com que a história possa vigir em sua miríade de objetos, visíveis, faiscantes.

A primeira ordem de fatores que nos escapa é gerada, justificadamente pelo esquecimento, ou seja, esquecemos que o **esquecimento** é fator basilar da história. Tendemos, no senso comum e em tratados científicos, a pensar que já que a história **é tudo**, de nada esquecemos. Cria-se aqui, teia de curiosas incongruências. Afinal, se o esquecimento é uma realidade, dele não poderíamos nos lembrar, inclusive aqui e agora. Incongruente população de elementos que estão **fora**, não existem porque se existissem para a história, esta não perderia a memória ao produzir esquecimentos...

Há coisas que, possivelmente, não existem, há as que existem mas não têm nome consabido; há as que têm nome, mas não se conhece universalmente o nome; há as que são conhecidas como potencialidades, como os neutrons .... A cultura é uma história que nomeia as coisas. A existência das coisas não implica necessariamente na sua visibilidade, mas na sua nominação. Nominação de origem e consumo; múltiplos e desiguais... Nos casos mais graves, a coisa não é visível e chega a não existir a não ser que provocada. Na física, os neutrons...

Há as que "não existem" porque não têm nome, mas quem as nomeia as vê. Podemos, para exemplificar, lembrar dos numerosos matizes de brancos que existem para os esquimós. Se um esquimó entrar nesta sala vai poder enumerar "brancos" que não existem para nós...

Outro lado desta incongruente vida da memória é que ela pode surgir, às vezes, súbita e surpreendentemente, pela faina **silenciosa** de dois grupos peculiares de pessoas: os arqueólogos e os pesquisadores de arquivos. Ambos são, aqui, apenas nomes genéricos, que não constituem grupos homogêneos – muito pelo contrário – e não esgotam todos os outros grupos ou indivíduos que revelam, mais ou menos auxiliados por conceitos, métodos e técnicas, revelam, dizia, que ... o esquecimento existe.

Arqueólogos, e todos os demais, estão constantemente próximos da **descoberta**, item pouco valorizado, por nós outros teóricos, multidisciplinares e avessos às seduções da noção detetivesca que o reinado da erudição histórica sempre soube semear. A arqueologia é uma curiosa disciplina intelectual que tem por prazer e função fustigar o esquecimento, dele querendo provocar o aparecimento da verdade, da realidade, do táctil e do visível. A arqueologia tenta, a seu modo, esgotar o oculto, aquilo de que se desconfia que existe. Ela trabalha com a virtualidade e, quem sabe?, com a lenda de que a história, sempre tendo existido, tudo deixará revelar.

O continente para o qual a idéia de arqueologia aponta é mais que fértil. E, afinal, se liga à segunda ordem de fatores ocultos que mencionamos: o imaginário social que sempre parece (se) ocultar ao real ou pelo real. Afinal, ela, a arqueologia, se ancora nas palavras que dão título a esta alocução: **imaginário social e verdade**. A arqueologia, mesmo quando este fato é negado, trabalha com a imaginação – e de mais de um modo. Por um lado, lida com alguma coisa que poderíamos chamar de imaginação científica, pois procura, a partir de métodos academicamente consagrados, o que não está definido, provado, claro, evidente. A aventura arqueológica tem que **projetar**, arriscar, lançar para o futuro, a **possibilidade** – as vezes pouco informada de **plausibilidade** – da existência. Trata, assim, de virtualidade. Opera nos limites do que é suspeitado, do que é apenas virtual.

É certo que este imaginário populoso da arqueologia tem múltiplas faces. Algumas destas faces precedem o 'trabalho de campo' do arqueólogo: urdem a sua curiosidade operosa e o fazem sair dos livros para os campos, mapas, cavernas onde tentarão, segundo certa ideologia, para usar abominável jargão: "expandir o conhecimento humano" - lema de todas as revistas especializadas e outros meios de comunicação que "divulgam a ciência" de modo, digamos, trivial.

Chegamos agora ao outro ponto do campo arqueológico. É o que toca, fortemente, no imaginário social 'de consumo'. Articulam-se, aqui, os resultados a que se chegou nos 'acampamentos arqueológicos' com o imaginário social anterior, que acolhe tais resultados, devotamente, e deles faz novos rebentos do imaginário. Isto a que apressadamente chamamos de 'resultados da arqueologia' não tem acolhida unívoca na vida cultural: tanto podem sustentar velhas lendas e mitos de facticidade improvável, quanto podem fazer progredir investigações científicas sofisticadas.

As práticas sócio-culturais são mestiças, como acabamos de constatar. Trabalham com imaginários eruditos ou não, que se relacionam de forma mais ou menos explícita ou deliberada com a ciência. Quer tomemos a palavra "ciência", como sinônimo de "verdade" ou "real", para o que poderíamos chamar de "conjunto histórico", esta "ciência-real-verdade" terá origens remotas, mescladas a magias, rituais, lendas e bruxarias que, sendo atuais como práticas, podem ter origens longínquas e impuras. O resultado destas misturas, alianças, esgarçamentos e ruturas é que se poderá chamar de história.

Sempre não esquecendo que a história também se faz do contrário de si: do seu próprio esquecimento em arquivos não conhecidos ou compulsados e, também, de formas mais radicais de esquecimento, isto é, daquilo de que sequer temos registro oral ou escrito, daquilo que se perdeu em guerras, incêndios ou terremotos; daquilo que, em certo sentido, para nós, "nunca existiu", porque nunca soubemos da sua existência...

Imaginário social e verdade sabem também contar boas histórias que, prazerosamente, tratam da profunda sisudez de seu peso epistemológico.

História como aquela, contada ao padre Vieira, então missionário na Amazônia, em pleno século XVII, que narrava a existência de enorme aglomerado humano à esquerda de quem descesse o rio das Almazonas. Tal cidade atingiria, mesmo, o porte de Quito, o que simbolizaria sua inusitada importância.

Vieira acredita na história. Sublinhemos: acredita na **oralidade** da história. Ele sequer menciona objetos, dados ou fatos que fazem **hoje** parte integrante de nossos critérios corriqueiros de verificação. A possível verdade do que lhe é contado vem da atribuição de autoridade feita a alguém que passa a poder informar confiavelmente algo que beira o maravilhoso, ou seja, a existência de uma "outra Quito" nas entranhas das margens do Amazonas.

Quantas versões terá tido o registro de tal narrativa; quais terão sido as diferentes formas de duração que experimentou, quantas vezes foi lida ou lembrada?

O que é verdade, o que é realidade e de que forma o imaginário social informa, orienta a construção desta realidade, enfatizando que pouco importa se esta cidade existiu ou não...?

A situação que acabo de relatar diz bem da complexidade extrema da questão de que tratamos e propicia extensa análise que aqui não cabe aprofundar.

A verdade da história – qualquer que seja a acepção corrente de 'verdade histórica' – sempre será, assim, constituída por positividades – documentos, monumentos – que terão passado por diferentes processos de **redução**.

A história é o que restou de processos de redução, isto é, o que chamamos de história é o resultado da ação de diferentes maneiras de, mais ou menos ordeira e/ou sistematicamente, "preservar" o passado e o presente. Tais normas de preservação são cultural e historicamente determinadas e estaríamos incorrendo em grave erro epistemológico se pensássemos em alguma 'ligação direta', não mediada, entre documentos e monumentos **e** as formas criadas pela história e pela cultura para mantê-los 'vivos'. Sendo bom notar que 'vivos', no caso não quer dizer 'visível', de acesso universal e irrestrito. As normas de preservação da memória social se articulam a sistemas de pensamentos, a formas de consagração do saber, a dispositivos de poder, a hábitos administrativos, e regimes de observação e de leitura múltiplos. Ouso concluir, então, que a preservação de que falamos é um processo seletivo de **construção** e não de mera **manutenção** do passado.

A memória social é um olhar datado que joga sua visão rumo a outros traços de temporalidade com o desejo de apreender-lhe uma verdade que seja distinta daquela que observa ou que confirme o que lhe é coetâneo. Ainda que tal distância e tal alteridade possam cair nos ardis do continuismo e fazer da diferença nada mais que um momento do Mesmo. A ideologia do continuismo histórico sofre de peculiar paradoxo: é curiosa de tudo aquilo que reafirme a semelhança, confirme a identidade e aproxime o diferente. É uma ególatra curiosidade de si, que busca confirmação e tranqüilidade em objetos que procura atrair e recolher.

E que não se imagine esta ‘redução’, tampouco, como uma espécie de ‘média aritmética’ do que “efetivamente” ocorreu em dado momento do passado. Não há ‘médias históricas’, a não ser que tal recurso conceitual ou pedagógico seja claramente definido.

A historiografia, que é forma privilegiada de tal redução, é uma construção teórica que, ao escolher, ao reduzir a massa, o conjunto do acervo diante do qual se depara, organiza-lhe a inteligibilidade e propõe que se lhe dê determinada **configuração** e, mesmo, determinada **intenção.**

A teoria ou, se preferirmos, a historiografia não se confunde com a totalidade do que observa nos registros que compulsa, nem com cada um de seus itens. A arquitetura de seus edifícios é outra; não se confunde nem com suas partes elaboradas nem com os materiais empíricos de que lança mão.

A esta rutura entre objetos empíricos e objetos de conhecimento se pode associar outra discussão teórica. Ainda que de maneira rápida, lembro as posições de Bachelard e Durand sobre imagens e símbolos.

Bachelard apontou, em diversos momentos de seu trabalho o que poderia chamar – e ele o fez – de **obstáculo** ao desenvolvimento da ciência, da razão enquanto ciência, de **obstáculo**, repito, chamou matéria oriunda de linguagens que recobririam a anti-ciência, como o imaginário, e a poesia. Linguagens que, fossem o que fossem, seriam **outras** e **adversas** ao desenvolvimento do **conceito**, elemento chave da ciência.

Em Durand, podemos ressaltar a importância da autonomia e, mais que da autonomia, da independência que os **símbolos** podem ter da ‘coisa’, da matéria primaríssima, daquilo que se suporia a **base** de tudo, do **real** a que o símbolo deveria **secundar** ao re(a)presentá-lo. A primazia do símbolo – e o **paradigma** de entendimento que pode ser o mito – sofrem e sofreram a oposição, muitas vezes oriunda do mero fastio burguês do desconhecimento, da crítica preconceituosa daquilo de que desconfia. Ou seja, se o que não se vê, não representa o real, o que quer que isto seja, o burguês menoscaba.

O mesmo talvez se possa dizer hoje de um certo ostracismo da extensa e espessa obra bachelardiana. Que, justiça se faça, reaparece – como o tempo sabe reaparecer, na herança que dele recebemos pela continuada faina de seu aluno Durand e dos alunos deste que, como Michel Maffesoli, não deixam de vivificar, já com seus múltiplos discípulos, a linhagem tão singular e persistente de que falamos e que poderíamos, globalmente, denominar de “teoria do imaginário social”.

Lembrando, candidamente, de Bachelard e Durand, frisamos a importância da **topologia** do saber. Se firmarmos a atenção, veremos que o que acabamos de dizer é que, para um, o imaginário é **obstáculo** à razão e que, para outro, ele pode ser o **esteio**, o paradigma da razão. Se fizermos de **razão** sinônimo de **verdade**, a confusão se aprofunda ... ou se esclarece. Vejamos. Tudo se trata de um jogo de ... posições (como nas batalhas), de um jogo de posições de palavras. É um jogo determinado por suas regras, pela sintática mas onde ... a semântica ‘determina o determinante’.

A (mesma) palavra-chave, **imaginário**, pode, em resumo, perturbar o progresso conceitual da razão; para os apologistas da "mitanálise"[20], o **imaginário** é o modelo imemorial do saber. Com o que se disse, agora, não se confunde mais; se esclarece: **as palavras não são unívocas e não podem ser entendidas fora de** sua simples **posição** na frase. Esta posição não é mera opção ou mandato gramatical; é posição teórica que está em um campo de alianças e disputas com outros.

A verdadeira luta intelectual e política começa por aí. Não há **absolutos**, em geral; há **polivalências** que só o exercício da democracia do combate intelectual reivindica como fundamental. Há **interpretações** (sintáticas e semânticas) que não devem ser sinônimo de que "vale tudo", "tudo pode", e que a verdade e o imaginário são **versões** resolvidas pelo subjetivismo, o experiencialismo, e o hiperrelativismo empossado, este, como absolutismo. Interpretações e versões, insisto, não são rainhas absolutistas; elas têm que interagir com **códigos** e **regras** culturalmente vigentes.

Este, como dizia, é o começo do jogo. Como qualquer outro, o jogo intelectual também é um jogo político, prático social ... e narcisista.

Como em muitos jogos de cartas, por exemplo, não há nenhuma posição 'decisiva' tomada precipitadamente por quaisquer dos jogadores; nenhum dos jogadores deverá faltar às regras do jogo sob o pretexto de "conhecê-las com exclusividade"; este é um jogo de atores que aceitam sentar-se à mesma mesa, de preferência redonda que é uma das lições **políticas** da geometria; é um jogo sem ódios fóbicos ou totalitarismos totalitários ... nem final previsível. É, alegoricamente, o jogo da democracia. Jogo que, se limpamente jogado, tem um final imprevisível, podendo sempre ser recomeçado.

[20] Cf. Durand, Gilbert – Introduction à la Mythodologie-Mythes et sociétè, Albin Michel, Paris, 1996.

Devir - Criança: pesquisa de fontes para uma genealogia da criança anormal no Brasil (1900 - 1940)*

Lilia Ferreira Lobo e equipe de pesquisa**

RESUMO

O artigo *Devir Criança: pesquisa de fontes para uma genealogia da criança anormal no Brasil(1900-1940), c*ujo teor refere-se à comunicação apresentada no IV Encontro Clio-Psyché realizado em 2001, pretende divulgar um relato parcial da pesquisa enunciada no título. Trata-se da feitura de um banco de dados, em andamento, a ser disponibilizado à comunidade interessada, contendo registros pesquisados em arquivos e bibliotecas da cidade do Rio de Janeiro, de 1900 a 1940, sobre a criança anormal e assuntos afins. Para tal, apresenta a perspectiva genealógica de Michel Foucault que orienta a pesquisa, introduzindo a proveniência da figura do idiota na psiquiatria francesa do século XIX, os respectivos usos pelo incipiente alienismo brasileiro e, no início do século XX, a emergência das anormalidades infantis no Brasil. Menciona a fundação em 1903 do Pavilhão–Escola Bourneville, no Hospício Nacional, como um marco importante e pouco conhecido da história da psiquiatria brasileira e cuja documentação foi localizada e incluída no banco de dados. Aponta as questões que motivam a pesquisa, buscando trazer alguma contribuição para a construção de novas genealogias.

ABSTRACT

BECOMING-CHILD: RESEARCH ON THE GENEALOGY OF ABNORMAL CHILD IN BRASIL (1900-1940).

A summary is here published on the progress of scientific data collection thereon as found in private archives and libraries of Rio de Janeiro ranging from 1900 to 1940. Michel Foucault's genealogy method is approached specially concerning the idiocy in France of the 19th century, besides the inadequate usage of allien methodology by brazilians in early 20th century and showing up of child abnormalities in the country.

* Pesquisa (CNPq - FAPERJ) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

** Equipe de pesquisa: Lilia Ferreira Lobo (coordenadora), Ana Lucia Müller da Cunha Couto (professora), alunos pesquisadores: Ana Sueli F. B. Kühl, Bianca Bayão Barboza, Lia Toyoko Yamada, Lilian de Souza Lima, Nelson Gomes de Sant'Ana e Silva Junior, Renata Tavares da Silva e Thais Oliveira Rodrigues.

Reference is made to the 1903 foundation of the Bourneville school-sector of National Psychiatric Hospital as a very relevant fact of brazilian psychiatry's history having its records been found and included in the subject data. Eventual contribution to new genealogies is aimed.

> "O único sinal de reconhecimento que se pode ter para com um pensamento como o de Nietzsche, é precisamente utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo ranger, gritar." (Foucault, 1981b, p.143)

Michel Foucault: por uma ética da atualidade.

Na oportunidade da apresentação da pesquisa "Devir criança: pesquisa de fontes para uma genealogia da criança anormal no Brasil (1900 - 1940)", no IV Encontro Clio-psyché, queremos assinalar os 40 anos da primeira obra mais importante de Michel Foucault: *História da loucura*. Embora hoje nos pareça lugar comum, não julgamos demais insistir no fato de que ela não foi apenas o trabalho inaugural de um grande autor. O que ela inaugura é, na verdade, uma nova perspectiva da história e, melhor dizendo, aquilo que Georges Canguilhem, autor de *O Normal e o patológico*, já havia anunciado quando relatou em 1961 a tese de Foucault *Folie et Déraison, Histoire de la Folie a l'Âge Classique*: a descoberta de um verdadeiro filósofo.

Não seria exagero dizer que nela já se podem encontrar, mesmo não explicitamente isoladas, uma arqueologia e uma genealogia, cujas regras de dizibilidade e visibilidade históricas viriam a ser enunciadas em seus livros posteriores. É preciso, porém, deixar claro que tais regras jamais se constituíram numa teoria (Foucault, 1982) no sentido clássico do termo, mas em precauções metodológicas (Foucault, 1988) ou recomendações estratégicas na busca dos indícios históricos de desmontagem de objetos prévios, tão indispensáveis à construção teórica. É o que Foucault começa a fazer na *História da Loucura:* a problematização da loucura como doença mental, a devastação da realidade objetiva da loucura como objeto natural e, portanto supra-histórico, para chafurdá-la nas impurezas de uma história sem sujeito, sem causalidade, sem totalidade, sem evolução e, principalmente, descontínua, destituída da nobreza de qualquer finalidade e, ironicamente, plena de positividades.

Sendo assim, o desrespeito pelos recortes históricos consagrados, e o conseqüente uso do tempo liberto das amarras da seqüência de continuidades, o abandono das teses de certos marxismos acadêmicos, só poderia gerar, senão repulsa, pelo menos o desconforto entre historiadores, filósofos e militantes de esquerda. E, apesar da adesão às teses da *História da Loucura* por parte dos defensores da antipsiquiatria, os historiadores não pouparam Foucault: criticaram a seleção tendenciosa e parcial dos registros, a ausência de autores que possivelmente o teriam influenciado, o seu interesse pelas minorias infames e desviantes.

O tempo, entretanto, incumbiu-se de tornar inquestionáveis o rigor de suas pesquisas e a qualidade literária de seus textos, de tornar possível a adesão de historiadores como Paul Veyne (1982) ao anunciar o caráter revolucionário de uma nova filosofia da história. Mas, infelizmente, incumbiu-se também do aparecimento de certas interpretações de seus últimos trabalhos, o chamado *último Foucault*; que parecem amansar a fúria combativa do seu pensamento: a redução que o ocidente recuperou sobre o "conhece-te-a-ti-mesmo" grego, o perfume barato de uma "estética da existência", a serviço do individualismo conformista do nosso tempo.

Com certeza, desde a publicação da *História da Loucura*, não é esta a proposta de atualidade que se pode encontrar, mais ou menos explícita, em toda a obra de Foucault, o filósofo-artesão que tinha por ofício forjar as armas para os combates do presente. Utilizando-nos do comentário de François Ewald (1997), podemos afirmar que Foucault inaugura, sim, uma ética para o que ele chama de atualidade: a partir da identificação dos processos de constituição de nós mesmos, atirarmo-nos ao risco de interromper as repetições do presente, ao risco das experiências-limite, sempre políticas, capazes de nos libertar dos acontecimentos que hoje nos aprisionam.

É esta ética que tem proporcionado inúmeros e valiosos estudos históricos, que também nos abre o campo de possibilidades para a pesquisa que temos desenvolvido sobre a constituição dos sentidos das *anormalidades* infantis no Brasil, para cuja tarefa queremos fazer, tal como fez com Nietzsche, Foucault ranger.

Da monstruosidade do idiota à criança anormal

Em 1838, já se encontra em Esquirol a referência à massa profunda do tempo como dimensão da subjetividade, expressa na correspondência das etapas da vida a certas patologias mentais. Assim, se à adolescência e à idade adulta poderia suceder a mania ou a monomania, à velhice a demência, a infância seria o momento da idiotia. Portanto, durante o século XIX vigorou a certeza de que a criança não enlouquecia. Ninguém ficava louco por sua infância e muito menos durante este período. Não se buscava na infância a origem da loucura, tampouco o momento em que ela poderia aparecer. Logo, não foi a criança louca que deu origem ao processo de constituição da psiquiatria infantil, mas a criança idiota (Foucault, 1973-1974).

Dessa forma, quase todos os desvios da infância foram classificados como idiotia, assim como suas gradações: imbecilidade e debilidade mental. Considerada como parada de desenvolvimento incurável, Esquirol (1838) afirma:

> "A idiotia não é uma doença, é um estado no qual as faculdades intelectuais não se manifestam jamais, ou não puderam se desenvolver o suficiente para que o idiota pudesse adquirir os conhecimentos relativos à educação que recebem os indivíduos de sua idade, e colocados nas mesmas condições que eles. A idiotia começa com a vida ou na idade que precede o desenvolvimento completo das faculdades intelectuais e afetivas; os idiotas são aqueles que o serão durante todo o curso de sua vida, e neles tudo revela uma organização imperfeita ou uma parada no seu desenvolvimento. Não se concebe a possibilidade de mudar tal estado." (p. 284)

No entanto, a parada ou o atraso na velocidade do desenvolvimento (este último proposto por Séguin) não incidia apenas em prejuízo das faculdades intelectuais. Na verdade, a inteligência não foi a principal função definidora da idiotia, mas a noção de instinto, traduzida por Séguin (1846) como vontade e, em sua forma superior humana, como vontade moral: "... as desordens da vontade são muito mais graves na idiotia (...) que todas as outras desordens fisiológicas e psicológicas reunidas" (p.663).

Marcada por estigmas físicos e considerada incurável[21] por ter início antes mesmo do nascimento, a idiotia não povoou os discursos especializados, muito menos as práticas do nosso incipiente alienismo do século XIX, mas fê-la atravessar muitas recomendações quanto à higiene dos casamentos, herança das degenerescências, casamentos consangüíneos, desvios da sexualidade e regime dos colégios internos. É que, mais importante que a monstruosidade física, o idiota serviu de modelo da anti-norma da monstruosidade moral, deslocando a animalidade do louco para um plano secundário.

Será, portanto, esse contexto que permitirá a Franco da Rocha (1905) afirmar: "O idiota é uma monstruosidade completa. Nele as funções do cérebro anterior são inteiramente aniquiladas, predominando os sentimentos inferiores" (p.43).

[21] Apesar de incurável, para Séguin a idiotia era perfectível, passível de tratamento.

No final do século XIX, a Europa assiste ao deslocamento da abrangência da figura do idiota para a criança anormal. Será esta que passará a englobar o universo dos desvios da infância, e na qual a idiotia será incluída como uma de suas classificações.

No início do século XX, os médicos e pedagogos brasileiros, imbuídos pelo ideário estrangeiro da psiquiatria e da higiene, instituem uma medicina de caráter preventivo objetivando a pedagogização da população e, desta forma, têm a criança como objeto privilegiado de estudo e intervenção. Recuperam rapidamente, pelo menos no nível dos discursos, as defasagens do século XIX, quando a medicina muito pouco se preocupou com a infância, principalmente com a criança e seus desvios. Aliando-se muitas vezes ao discurso pedagógico, passam então a produzir obras específicas[22], disseminando diagnósticos, recomendações higiênicas e escolares, propondo novas classificações para a anormalidades infantis.

Parafraseando Foucault em *História da loucura* (1978, p.518), um saber positivo que se torna possível no momento da negatividade: um conhecimento sobre a criança, seu desenvolvimento e sua pedagogia, pela apropriação das resistências do idiota, do débil mental e, mais tarde, no início do século XX, da criança anormal à aprendizagem escolar, para ao mesmo tempo relegá-la à exclusão da rede regular de ensino. Produzir mais e mais sujeitos da norma, das separações instituídas que hoje não precisam dos estabelecimentos fechados como os asilos.

O Pavilhão-Escola Bourneville para *creanças anormaes*

> "...a sociedade, pois tem a obrigação de cuidar da educação conveniente das creanças anormaes, criando escolas apropriadas". (Quaglio, 1913, p.35).

O século XIX demorou muito para separar as crianças dos adultos nos asilos de mendicidade. Nem mesmo a criação de estabelecimentos, como o Asilo dos Meninos Desvalidos e a Casa de São José, alterou esta situação. Crianças continuarão internadas no mesmo espaço dos adultos em verdadeiros depósitos de todas as misérias, até que em 1895 um novo regulamento as separa definitivamente no Rio de Janeiro.

No entanto, parece que a força desse regulamento foi relativa e pontual. A situação de promiscuidade do Hospício Nacional de Alienados (denominação que tomou, após a República, o antigo Hospício de Pedro

2. Algumas obras sobre as anormalidades infantis:
- FERNANDES FIGUEIRA, Educação médico-pedagógica das crianças atrasadas, Arquivos brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, anoVI (3-4), 1910, p.330-331, Rio de Janeiro, Ofic. Tip. Do Hospício Nacional.
- MAGALHÃES, Basílio de, Tratamento e educação das crianças anormais de inteligência..., Rio de Janeiro,Tip. Do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1913.
- QUAGLIO, Clemente, A solução do problema pedagógico-social da educação da infância anormal de inteligência no Brasil, São Paulo, Tip. Espínola & Comp., 1913.

II), agora sob a administração médica, não mudou. Desde 1897, Teixeira Brandão denunciava a necessidade de separar as crianças numa seção especial para menores. Até que em 1902, após reportagens na imprensa carioca sobre a precariedade da situação do Hospício, denunciando dentre outras irregularidades a convivência promíscua de adultos e crianças, instala-se uma comissão de inquérito. Como resultado, várias providências são tomadas, sendo uma delas a transferência das crianças em 1903 para um "grande chalé perto à antiga lavanderia" (Relatório, 1903, p.254), inaugurado pelo então diretor do Hospício, Juliano Moreira. No ano seguinte, passa a se denominar Pavilhão-Escola Bourneville, em homenagem ao médico francês cujo método de educação e tratamento é adotado por Fernandes Figueira, pediatra e diretor desta seção de crianças por mais de quinze anos. Este Pavilhão funcionou de 1903 a 1942, período que marca o recorte de nossa pesquisa.

Apesar da grita de pedagogos e médicos, a detecção das anormalidades infantis não se justificará por razões escolares (elas estorvam as aulas e contaminam com seus maus comportamentos as outras crianças), face à precariedade do sistema de ensino fundamental no início do século passado. Não se justificará apenas por razões profiláticas (evitar que se tornem parasitas ou perigosas no futuro), mas principalmente por motivos econômicos da utilização da mão-de-obra de seus pais que, ocupados com elas, ficavam impedidos de trabalhar. Daí a necessidade de exclusão nos espaços promíscuos dos hospícios. Por isso, permanecerá como única instituição especializada no Brasil durante muito tempo.[23]

***

Quase nada se escreveu sobre esse Pavilhão[24]. O material de seus arquivos, que compõe o acervo do Hospício Nacional de Alienados, hoje sob a guarda da Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, ficou indisponível até 1997. Tratava-se de material até então inédito à pesquisa e, dada a sua importância histórica, em 1998 tornou-se um dos objetos de nossa investigação. Os respectivos documentos foram localizados nas caixas, onde se encontram guardados, sem separação, juntamente com os demais registros do antigo Hospício. Após examinar cada documento, nossa equipe procedeu à classificação e as respectivas indicações foram incluídas num banco de dados (descrito mais adiante), disponibilizado à comunidade interessada.

[23] Em 1923, Gustavo Riedel, fundador da Liga Brasileira de Higiene Mental, observa que o número de estabelecimentos para estas crianças ainda era muito insuficiente, mesmo com a criação de seções para crianças anormais na Colônia do Juqueri em São Paulo e outra no Rio Grande do Sul (1923,p.15).

[24] Em 1997, parte da história do Pavilhão foi tratada na tese de doutorado *Os infames da história: a instituição das deficiências no Brasil* de Lilia F. Lobo, e em 1998 foi objeto da dissertação de mestrado *Creanças anormaes: tratamento e educação na Primeira República* de Tania Müller.

Considerações sobre a pesquisa das anormalidades infantis no Brasil

A pesquisa que estamos desenvolvendo apresenta uma peculiaridade interessante em relação aos levantamentos de fontes habituais. Não se contenta em investigar os documentos de maneira neutra, abrindo um caminho qualquer para o pesquisador. Ao contrário, prioriza uma direção marcada desde o seu título: a criança tomada como devir e a anormalidade como acontecimento.

Trata-se, assim, de enfocar as categorias de infância anormal fora de qualquer absoluto, buscando apreender seu sentido no campo dos acontecimentos históricos, deixando de lado os significados acabados, inequívocos, naturais.

A pesquisa e classificação das fontes brasileiras podem apontar caminhos bem peculiares para a análise de algumas questões que dão partida a este projeto. De uma pergunta geral – *como se deu a construção da criança anormal no Brasil?* –, outras podem ser desdobradas:

- quais critérios orientaram as primeiras classificações e que modificações sofreram no decorrer dos anos?
- que crianças foram consideradas anormais?
- que preocupações moviam tais discursos médico- pedagógicos?
- que práticas recomendavam e quais eram as justificativas?
- seria possível estabelecer alguma correspondência entre essas recomendações e as práticas efetivas de atendimento a tais crianças?
- E, por fim, como e quando surgiu no Brasil a "criança louca", negada pelo alienismo do século XIX, consolidada pelas novas figuras das psicoses infantis e, por conseqüência, o fechamento do círculo da psiquiatrização da infância?

A nossa pesquisa tem como objetivo principal a formação de um banco de dados, a partir da identificação e classificação dos registros existentes nos arquivos e bibliotecas da cidade do Rio de Janeiro sobre a temática da criança anormal e assuntos afins. Além dos arquivos do Pavilhão Bourneville[25], estamos pesquisando nas bibliotecas da Academia Nacional de Medicina e do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, dentre outras.

Portanto, é através de laudos, textos, periódicos, teses, livros do período pesquisado (1900 – 1940) que estamos efetuando um levantamento das fontes para a análise da produção histórica das categorias de anormalidade a fim de viabilizar, de forma sistemática, uma linha de análise que permita desnaturalizar algumas questões da atualidade.

[25] A documentação do Pavilhão Bourneville compõe os arquivos do Hospício Nacional, hoje sob a guarda da Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro. Os respectivos registros foram localizados e incluídos no banco de dados, objeto desta pesquisa, e atualmente (2004), acham-se disponibilizados na página do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

O material pesquisado poderá ser acessado a partir das seguintes entradas: arquivo ou biblioteca, tipo de documento, título da publicação, título do artigo, autor, data de publicação e palavras-chaves. Além dessa classificação sistemática, temos elaborado trabalhos que vêm sendo apresentados em congressos, favorecendo um intercâmbio acadêmico. Trata-se de temas atuais como: agressividade infantil, amigos da escola e o serviço voluntário, educação inclusiva, especialismos técnico-científicos, testes psicológicos, proteção à infância, dentre outros, além de textos específicos sobre a genealogia das anormalidades infantis.

Atualmente, estamos providenciando a criação de uma *home page* com o objetivo de divulgação do projeto. Futuramente pretendemos disponibilizar na rede nosso banco de dados, além de confeccionar um CD-*Room*.

Em síntese, o que pretendemos é reunir muito do que se encontra inexplorado e/ou citado de maneira esparsa nos textos escritos sobre o assunto e que em geral abraçam a perspectiva continuísta e evolutiva da história, e estabelecer, a partir do próprio Foucault, as regras para se proceder a uma genealogia do presente, marcando diferenças fundamentais entre a metodologia histórica dos historiadores e a história genealógica.

Segundo Castel (1997), sabemos que algumas questões que tiveram uma enorme importância no passado podem não mais se constituir em configurações problemáticas, pois é a importância que um objeto tem hoje que faz com que o pesquisador se debruce sobre ele e retorne ao seu passado para procurar os traços do seu começo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRANDÃO, João Carlos Teixeira. *Questões relativas à assistência médico-legal a alienados e aos alienados*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1897.

CASTEL, Robert. Présent et généalogie du présent: une aproche non évolutionniste du changement – In: Franche, D. et all (orgs). *Au risque de Foucault*, Paris, Centre Pompidou, 1997.

ESQUIROL, J. *Des maladies mentales considérés, sous les rapports médical, hygiénique et medico-légal*. Paris: J.B. Baillière. 1838.

EWALD, François - Foucault et l'actualité – In Franche, D, et all (orgs) *Au risque de Foucault*, Paris, Centre Pompidou, 1997.

FOUCAULT, Michel. (Auto) biography – 1926-1984 . *History of present*. University of California, Spring, 1988.

_____. *O poder psiquiátrico- Conferências no Collège de France*, Paris, 1973-1974. Resumo de Roberto C.M. Machado e Jurandir F. Costa, mimeo.

_____.*História da loucura na idade clássica*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: Foucault, Michel. *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1981a

_____. Sobre a prisão – In: *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1981b.

_____. The subject and power, In: Dreyfus, Herbert and Rabinow, Paul. In: *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics – with an afterword by Michel Foucault*. Chicago, The University of Chicago Press, 1982

LOBO, Lilia Ferreira – *Os infames da história: a instituição das deficiências no Brasil*. Tese de doutorado, PUC – Rio, 1997.

MÜLLER, Tania Mara Pedroso - *A primeira escola especial para "creanças anormaes" no Distrito Federal- o Pavilhão Bourneville do Hospício Nacional de alienados (1903 -1920): uma leitura foucaultiana.* Dissertação de mestrado UERJ 1998.

QUAGLIO, Clemente - *A solução do problema pedagógico social da educação da infância anormal de inteligência no Brasil*. São Paulo, Tip Espindola & C. 1913.

Relatório do Ministério da Justiça ao Presidente da República, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1903.

RIEDEL, Gustavo - *L'hygiène mentale au Brèsil*. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Commercio, 1923.

ROCHA, Franco da. *Esboço de psiquiatria forense*. São Paulo, Tip. Laemmert & C. 1905.

SÉGUIN, Édouard. *Traitement moral, hygiéne et éducacion des idiots - et des autres enfants arriérés ou retardés dans leur dévéloppement agités de mouviments involuntaires, débiles, muets non sourds, bégues etc*. Paris, chez J.B. Baillière. 1846.

VEYNE, Paul – Foucault revoluciona a história – In: Veyne, Paul. *Como se escreve a história*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.

HISTÓRIA DA PSICOLOGIA SOCIAL EM CUBA[26]

Juan José Guevara Valdes

RESUMO

Uma certa história da psicologia social em Cuba é situada na história da própria psicologia cubana, cujas raízes são encontradas na obra filosófica de pensadores como Félix Varela y Morales e Don José de la Luz y Caballero, na primeira metade do século XIX; e, na segunda, de Don Enrique José Varona, com o qual ela se torna independente da Filosofia e da Lógica. Cada qual a sua maneira (Féliz Varela y Morales e José de la Luz y Caballero, sensualistas, claramente defensores da linha filosófica de John Locke e de Etienne Bonot de Condillac; Enrique José Varona, empirista e positivista, defensor da experiência científica), contribuiu para a psicologia em Cuba ao mesmo tempo em que desempenhava papéis importantes na formação da nacionalidade cubana. A realidade histórica, filosófica, social, política e geográfica da ilha desde cedo fez da psicologia social um ramo de interesse, iniciando-se com Anibal Rodríguez e Raúl Gutierrez.

ABSTRACT

Cuban Social Psychology History

Cuban Psychology history has been in some degree the berth of country's social Psychology. National philosophers as Félix Varela Y Morales and Don José de la Luz Y Caballero, in early XIX century, and in late decades Don Enrique José Varona have constructed Psychology's independence from Philosophy and Logic. Their methods have influenced country's Psychology — Varela Y Morales and Luz Y Caballero as sensory perception psychologists and supporters of John Locke and Etienne Bonot de Condillac as well as Enrique José Varona, empirically in rigorous scientific experiment — and helped in forming cuban nationality. Social Psychology in Cuba has been determined by country's history, philosophy, politics and geography beginning with Anibal Rodriguez and Raúl Gutierrez.

[26] "História de la Psicología Social en Cuba". Tradução de Antônio Carlos Cerezzo.

As raízes da Psicologia em Cuba são encontradas na obra filosófica dos grandes mestres do pensamento cubano, que são, ao mesmo tempo, os precursores da nacionalidade cubana: na primeira metade do século XIX, Félix Varela y Morales e Don José de la Luz y Caballero; na segunda metade, com uma nacionalidade claramente definida, a obra de Don Enrique José Varona distingue a Psicologia da Filosofia e da Lógica nas conferências que profere na década de oitenta, tornando a Psicologia independente.

O que se destaca na obra dos três autores mencionados é que se referem de forma clara e extensa à atividade psíquica, aos processos de aprendizagem, à linguagem, ao pensamento, à importância da experiência no conhecimento da realidade; negam o inatismo das idéias e se afirmam progressivamente em posições científicas, de acordo com seu tempo, para o estudo da atividade psíquica.

Dos autores mencionados, Féliz Varela y Morales e José de la Luz y Caballero se definem como sensualistas, claramente defensores da linha filosófica de John Locke e de Etienne Bonot de Condillac. A obra de Enrique José Varona, que corresponde a fins do século XIX e princípios do século XX, assinala-se como empirista e positivista, e, por conseguinte, ele é um destacado defensor da experiência científica como base de todo o conhecimento verdadeiro da Psicologia.

Quando Cuba tornou-se independente da Espanha, e durante a primeira ocupação norte-americana (1899-1902), Enrique José Varona teve a responsabilidade de reestruturar a Educação Superior em Cuba, a ele se devendo a criação da primeira cátedra de Psicologia na Universidade de Havana e o início do estudo desta ciência no ensino médio. Publicou “Lecciones de Psicología” em 1910, que foi reeditado anos depois. Sua obra, coerente com a de seus predecessores, marcou a Psicologia em Cuba.

O pensamento de Varona, presente por uma e outra via no desenvolvimento da Psicologia em Cuba durante os primeiros quarenta anos do século XX, mantém firme a posição de que todo conhecimento procede da realidade, da experiência e da prática. A figura eminente do pensamento psicológico cubano que o sucede é Alfonso Bernal del Riego, considerado mestre da Psicologia cubana.

A atitude de Varona e Bernal, de buscar o saber e o conhecimento científico com renúncia explícita a todo dogmatismo, marca a Psicologia. Tendo sempre em conta que Cuba é uma ilha cuja história sócio-política e posição geográfica ligam seu ritmo de desenvolvimento ao da América do Norte e da Europa, encontraremos na prática social e investigativa, nos anos finais da década de quarenta, o surgimento da Psicologia Social na atividade docente, em pesquisas, nas publicações de Anibal Rodríguez e nos trabalhos de pesquisa de opinião pública e de aplicação de questionários de Raúl Gutierrez.

Se aceitarmos de modo convencional que a história contemporânea da Psicologia Social começa com a publicação de “Psicologia Social”, de William McDougall, e sua teoria dos instintos humanos, ou com a

“Psicologia Social”, de Edward Alsworth – que defende a transmissão da conduta social de pessoa a pessoa, o que mais adiante se afirma com a obra do psicólogo norte-americano Floyd H. Allport –, podemos dizer que o interesse por este ramo do saber apareceu desde cedo na Psicologia cubana, o que se explica pela realidade histórica, filosófica, social, política e geográfica de Cuba: sensualista, determinista, positivista, independentista e sob vizinhança dos Estados Unidos.

Raúl Gutierrez estudou primeiro na Universidade de Havana, onde se graduou em Direito. Depois, fez cursos de pós-graduação em universidades dos Estados Unidos e estudou modelos estatístico-matemáticos rigorosos, que permitem realizar investigações entre elementos representativos de uma população com alto índice de certeza. Ao retornar, aplicou quase de imediato, e com todo o rigor, o método de pesquisa de opinião pública nas eleições de 1950. Dado o êxito em sua predição, obteve grande reconhecimento social, o que lhe permitiu uma continuidade na aplicação de questionários sobre níveis de audiência, uso de produtos e outros. O vínculo com os estudos sociais também ocorreu, pois a partir de 1950 ele aplicou seu conhecimento em estudos de opinião, de atitudes e sobre os conceitos e os estereótipos que se formam nas relações sociais, além de outros temas, de acordo com as necessidades e demandas do governo do país.

Anibal Rodríguez estudou e se graduou na Universidade de Havana, alcançou grau de Doutor em Filosofia e Letras, com disciplinas de Psicologia e Sociologia; estudou Hobbes e Locke nos estudos de filosofia; Comte, Durkheim e Weber, nos de sociologia; e Marx, na vida social cubana. Ao interessar-se pela Psicologia Social, sem dúvida conheceu as obras de McDougall, Ross, Allport, Parsons, Merton, J. L. Moreno e outros. Mais adiante, aprofundou-se na obra de Kurt Lewin e na metodologia e técnicas de investigação em Psicologia Social, incluindo modelos matemáticos.

Durante os anos cinqüenta, Rodríguez, na condição de professor dos níveis de ensino médio e superior, utilizou, aplicou e ensinou: o estudo das atitudes, entrevistas e questionários, pesquisa de opinião pública, o valor da investigação representativa, o teste sociométrico, o sociograma e outros.

> Anibal Rodríguez foi professor de Psicologia na Universidade de Oriente, em Santiago de Cuba, nos inícios dos anos cinqüenta, depois foi professor na Escola de Psicologia da Universidade Católica de São Tomás, em Havana. Nos anos seguintes, com o triunfo da Revolução de 1959, em Cuba, participou junto com outros psicólogos da Reforma Universitária, promulgada em 10 de janeiro de 1962, quando se criou a Escola de Psicologia na Faculdade de Ciências da Universidade de Havana, onde foi criado também o Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, sob a direção do próprio Anibal Rodríguez, que também foi diretor da Escola.

A reforma Universitária criou de direito a carreira e a profissão de Psicólogo, também reconhecendo a Escola de Psicologia da Universidade Central de Santa Clara, que havia sido criada um ano antes. O currículo da carreira de Psicologia definiu quatro especialidades, entre elas a de Psicólogo Social.

Em 1964, o Ministério da Indústria de Cuba, em seu Departamento de Pessoal, incluía uma psicóloga argentina, que sugeriu ao então Ministro da Indústria, Comandante Ernesto Che Guevara, um estudo sobre o cumprimento das tarefas pelo pessoal do Ministério. A decisão do Comandante Ernesto Che Guevara foi solicitar ao Departamento de Psicologia Social uma análise do problema, e finalmente aprovou um estudo sobre a moral de trabalho no Ministério da indústria, sem limitação alguma. O estudo foi realizado por A. Rodríguez e um pequeno grupo de estudantes, inicialmente estudando o problema que lhes foi colocado, depois conheceram o Ministério da Indústria, e posteriormente, no meio universitário, construíram seu plano de trabalho de pesquisa com absoluta liberdade, criaram seus instrumentos de trabalho, que foram a observação e a aplicação de entrevistas e questionários, estes últimos sendo previamente validados.

O resultado deste trabalho foi conhecido e aprovado pela direção do Ministério da Indústria, que utilizou suas conclusões e recomendações no aperfeiçoamento, reorganização e continuidade de suas atividades ministeriais. O resultado satisfatório desta investigação significou um impulso no desenvolvimento da Psicologia Social em Cuba, sendo este trabalho conhecido com o nome de “Investigação Sobre Moral de Trabalho no Ministério da Indústria”.

É preciso dizer que, enquanto as escolas de psicologia existentes no país se fortaleciam, e a especialidade de Psicologia Social se desenvolvia, a escola de Sociologia, existente na universidade de Oriente, em Santiago de Cuba, era fechada por falta de professores, e a própria disciplina de Sociologia recebia duras críticas, algumas corretas, outras vindas de posições muito dogmáticas. Por estas e outras razões, a Escola de Sociologia na Universidade de Havana só foi criada em 1968, sob a direção da Psicóloga Gilda Betancourt, proveniente da Psicologia Social.

O Departamento de Psicologia Social, depois do reconhecimento pelo trabalho realizado no Ministério da Indústria, quase de imediato recebeu um pedido para investigar um conjunto de comunidades do norte da então província de Oriente, ao ser determinado que estas comunidades, por sua importância na produção açucareira, constituiriam uma importante zona de desenvolvimento econômico-social.

O grupo de trabalho de Psicologia Social se entregou à tarefa de estudar o problema. Com o conhecimento teórico necessário, acumularam-se todos os dados possíveis sobre a realidade social da região, incluindo visitas prévias. O passo seguinte foi analisar todas as possibilidades de trabalho e construir o desenho da investigação, estabelecer os recursos necessários e os disponíveis. Mostrou-se evidente a necessidade de estudar as atitudes dos grupos sociais das diferentes comunidades, a aceitação ou não, por parte da população, das mudanças que a transformação para o desenvolvimento implica, as expectativas da população; igualmente, estudar as instituições sociais e públicas, a educação, a cultura, as aspirações individuais, especialmente dos jovens, a saúde, os costumes e as tradições locais.

O grupo de trabalho de Psicologia Social definiu a metodologia de investigação e os instrumentos e técnicas a utilizar: definiu-se o uso da entrevista dirigida com objetivos determinados, criaram-se e validaram-se os questionários a utilizar, definiu-se o uso da dinâmica de grupo e treinaram-se os investigadores, inclusive no uso do vocabulário adequado para o meio social rural em que se realizaria a investigação.

Uma vez aprovado o plano de investigação, os psicólogos sociais, dada a magnitude do trabalho a realizar, solicitaram a colaboração de toda a Escola de Psicologia da Universidade de Havana para poder cumprir o mesmo. Os professores de outras especialidades e todos os estudantes de anos adiantados ofereceram sua participação na investigação, com o que a Escola fechou suas portas e mudou-se para a zona norte da antiga província de Oriente durante meses, para fazer a investigação.

A equipe de investigadores, formada, ente professores e estudantes, por mais de setenta pessoas, com o apoio econômico do Ministério do Açúcar, deslocou-se, em um trem especialmente contratado, a uma distância de mais de setecentos quilômetros da cidade de Havana. Em sua chegada à zona norte de Oriente, dividiu-se em cinco grupos, de acordo com as comunidades a estudar, para realizar o trabalho. O interesse despertado pela investigação motivou a visita, durante o trabalho, de profissionais de Psicologia de outros países.

Em Cuba, o interesse por esta investigação também foi grande, levando o então Presidente da República, Dr. Osvaldo Doriticós Torrado, a convidar os professores Aníbal Rodriguez e Juan J. Guevara, então diretor da Escola, a explicar o trabalho que se realizava.

Os investigadores conviveram com a população das comunidades nas quais cada grupo realizou seu trabalho por um tempo aproximado de dois meses. A participação na vida social e cultural das comunidades gerou uma interação entre os investigadores e a população, o que permitiu uma melhor análise e aprofundamento da informação recolhida, assim como determinou uma influência na vida e nas atitudes e ações dos membros das comunidades estudadas, e não menos nos universitários participantes.

O relatório final desta investigação, denominado “Estudo Psico-Social da Zona de Desenvolvimento do Norte da Província de Oriente” foi entregue ao Ministro do Açúcar e ao Reitor da Universidade de Havana. As autoridades do Ministério do Açúcar da época determinaram a distribuição da informação obtida entre os departamentos desse ministério, que deviam utilizá-la em seus trabalhos, e a outros organismos que participavam do plano de desenvolvimento.

Nos arquivos da atual Faculdade de Psicologia da Universidade de Havana se encontram impressos em três volumes os resultados desta investigação, terminados em 1965-1966.

Os professores e estudantes participantes desta investigação, membros ou não do Departamento de Psicologia Social, tiveram uma experiência excepcional com a aplicação prática da Psicologia por diversos ângulos, em meios sociais diversos, com uma alta exigência de profissionalismo, dada a forma crítica e responsável com que foi realizada e supervisionada diariamente. Este trabalho investigativo aumentou o prestígio da Psicologia Social e sua prática no país e influenciou as tendências do desenvolvimento das outras especialidades.

Em 1967, o Departamento de Psicologia Social recebeu um novo pedido de estudo de uma comunidade, neste caso, no norte da província de Camagüey, região de Nuevitas. A região de Nuevitas também foi declarada Zona de Desenvolvimento, e o grupo de trabalho, a partir da experiência anterior, considerou possível aplicar uma metodologia similar a que se aplicou na investigação do norte de Oriente, embora a região seja menor e menos povoada.

A realização deste trabalho precisou de menos pessoas, embora também participassem professores e estudantes de outras especialidades. A investigação, em sua aplicação prática, requereu menos tempo, não apenas porque a população objeto de estudo era menor, mas também pela experiência adquirida nas investigações anteriores. Os resultados da investigação foram entregues ao Ministério do Açúcar e considerados de interesse para o trabalho imediato do mesmo, também podendo ser encontrados nos arquivos da Faculdade de Psicologia da Universidade de Havana.

Os anos sessenta foram de grandes transformações sociais em Cuba. O interesse por conhecer os problemas que afetavam o possível desenvolvimento das comunidades, e a busca da melhor maneira de ajudar na realização dessas grandes transformações, impulsionaram várias investigações sociais. Ao mesmo tempo, a não existência de um centro ou instituição com possibilidades de realizar investigações sociológicas determinou a contínua solicitação de trabalhos na área de Psicologia Social.

A participação de professores e estudantes de todas as especialidades nestes trabalhos teve conseqüências nas diversas áreas, como na Psicologia da Educação. Entre os estudantes que participaram dessas atividades, foi destacada, no exercício de suas profissões, a importância social da Educação e suas conseqüências. De uma maneira continuada e progressiva, criaram-se os serviços de orientação psicológica vinculados às tarefas de educação.

Em Psicologia Clínica, os graduados que se incorporaram à área da saúde promoveram a aproximação com o trabalho comunitário da saúde, e progressivamente abandonaram o conceito de Psicologia Clínica para assumir o de Psicologia da Saúde. Os serviços médicos passaram, com a ajuda de psicólogos, da atenção à população – o que foi prioritário em uma primeira etapa – a uma segunda etapa de prevenção comunitária em saúde, e, em uma terceira, que é a atual, às tarefas de educação para a saúde. Neste trabalho, destacou-se a psicóloga Lourdes García Averasturi.

Na Psicologia do Trabalho, incorporaram-se estudos sobre as relações interpessoais, sobre a importância da comunicação e a compreensão dos objetivos comuns do trabalho em grupo.

Em 1967, o Reitor da Universidade de Havana recebeu um pedido do Conselho de Ministros para realizar um estudo de sete comunidades rurais das províncias de Camagüey e Oriente. Nelas, o Governo da nação havia realizado, em diversos graus, importantes alterações, como construir moradias novas para a população, criar escolas, e enviar professores e médicos, em um plano que foi denominado de "serviço social", executado pelos recém graduados em seus primeiros anos de trabalho. O objetivo pretendido era conhecer realmente qual o resultado desse trabalho, e o que fazer para incorporar estas comunidades ao desenvolvimento econômico, social e cultural que se queria para todo o país. O Reitor entregou a tarefa à Escola de Psicologia, que a realizou com a coordenação dos professores Aníbal Rodríguez e Juan J. Guevara e uma equipe ou grupo de estudantes que em sua maioria já tinham experiência nestes trabalhos. Todos os participantes nesta tarefa se mudaram para as comunidades durante um mês.

No plano da investigação, estabeleceram-se temas ou assuntos de interesse que deveriam ser objeto de busca pelos membros da equipe. A informação requerida deveria ser obtida através de comunicação direta e informal com a população. Foi pedido aos moradores das comunidades rurais que, na medida do possível, hospedassem em suas casas algum membro da equipe, de modo tal que, na convivência diária com a população, pudessem recolher informação sobre opiniões, atitudes e costumes de modo mais direto, devendo escrever diariamente todas suas experiências.

Também foi planejada a utilização da dinâmica de grupo em determinados casos, e de entrevistas com objetivos definidos com membros significativos das comunidades e com pessoal de destaque, como professores de escolas, médicos e outros.

Os membros da equipe de estudo, durante sua permanência nas comunidades, promoveram e participaram de atividades culturais das próprias comunidades, o que se mostrou positivo para o trabalho.

A experiência da Psicologia Social foi enriquecida neste estudo da área rural com a influência que teve sobre os hábitos e costumes dos habitantes destas comunidades a presença física dos estudantes nas casas vizinhas. A convivência se transformou em uma interação que modificou condutas da população, profissionalizou ainda mais o trabalho dos participantes e gerou novos temas para o estudo. Foi uma preocupação permanente neste trabalho a necessária exclusão da palavra "investigação" em todas as relações com os moradores destas comunidades.

Devemos destacar que, ainda durante a presença do grupo ou equipe de trabalho nas comunidades, produziram-se mudanças reais no modo de vida e costumes das populações. Da mesma forma, destacam-se a importância e o valor hierárquico atribuídos pelos membros destas comunidades aos médicos que prestavam

serviços em cada uma delas. A importância do médico e também dos professores da escola foi identificada nas conclusões desta investigação.

Os resultados e as conclusões, produto das análises e discussões de toda a equipe participante, foram expostos à direção universitária e entregues às respectivas autoridades.

Entre os anos 1965 e 1968, ao se estabelecer um acordo entre os governos de Cuba e Estados Unidos que permitia a um número elevado de pessoas a emigração para este último, as autoridades responsáveis solicitaram à Escola de Psicologia da Universidade de Havana a realização de um estudo sobre este processo. Este trabalho foi realizado com direção do professor Juan José Guevara e as professoras Gilda Betancourt Roa, María Elena Solé Arrondo e Beatriz Díaz. Nele participaram, também, de alguma forma, todos os alunos da Escola. A informação sobre esta emigração foi recolhida a partir de um questionário de dados pessoais absolutamente formal e uma entrevista totalmente aberta momentos antes de o emigrante sair do país por via aérea.

Os resultados deste trabalho foram entregues às autoridades que o solicitaram e, segundo se sabe, as autoridades norte-americanas realizaram um similar quando da chegada dos imigrantes cubanos aos Estados Unidos. Houve, depois, através da diplomacia suíça, uma proposta de intercâmbio dos resultados, o que não se realizou. Em 1979-1980, em um processo similar de emigração, repetiu-se esse tipo de investigação por outros autores.

Os trabalhos mencionados não são os únicos que foram feitos, já que durante a década de sessenta as grandes mudanças ocorridas na sociedade cubana, como produto da Revolução, exigiram investigação social. A maioria destes estudos teve a presença da Psicologia Social como ciência teórica e aplicada, e a participação ativa dos professores e estudantes de Psicologia. A Universidade Central de Las Villas, província de Las Villas, que também tinha uma Escola de Psicologia, seguiu esse caminho e desenvolveu investigações sobre a comunidade dentro de sua província.

Nos anos seguintes, aqueles profissionais, provenientes de uma ou outra Universidade, e que como estudantes tiveram uma participação ativa nas investigações, geraram, nos mais diversos órgãos e instituições nos quais exerciam sua profissão, trabalhos de investigação com base teórica na Psicologia Social e na experiência prática adquirida.

Outros trabalhos se realizaram pela Escola de Psicologia da Universidade de Havana, como o estudo psicossocial de pequenos grupos jovens que se tornaram conflituosos na cidade de Havana; estudo psicossocial em comunidades rurais da região de montanha em Baracoa, província de Oriente; estudos psicossociais com trabalho individual, em colaboração com o Ministério da Educação, com utilização de técnicas de grupo e orientação psicológica para adolescentes e jovens no "plano de bolsas de estudo", na

cidade de Havana. É necessário dizer que os estudantes neste plano eram internos e constituiu uma verdadeira revolução para centenas de milhares de jovens provenientes de todas as províncias e níveis sociais, que tiveram a oportunidade de estudar e progressivamente se especializar nas mais diversas áreas do saber.

Nos primeiros anos da década de setenta, uma corrente teórica na Escola de Psicologia, muito crítica com a informação proveniente de países "ocidentais" ou "não socialistas" – esquecendo que Cuba é um país ocidental –, e igualmente crítica com o trabalho prático, provocou certa limitação no desenvolvimento da Psicologia Social Aplicada. Este processo coincidiu com o esforço para impulsionar a investigação social em escolas da Faculdade de Humanidades.

Na Faculdade de Humanidades, além de se criar a Escola de Sociologia, a partir da designação do professor Juan J. Guevara como Decano, considerou-se a importância da participação de todas as escolas em investigações sociais. Assim, durante a década de setenta, produziram-se trabalhos de investigação social com a participação de professores e estudantes das escolas de Ciências Políticas, História, Sociologia, Jornalismo, Letras, Filosofia, Direito e Línguas Modernas Estrangeiras. Estes trabalhos tiveram progressivamente um caráter mais sociológico, mas durante um tempo seguiram os modelos de organização e trabalho provenientes das investigações realizadas pela Psicologia Social.

Realizaram-se investigações sociais em cidades da província de Oriente, a mais importante sendo a que ocorreu na cidade de Guantanamo, devido ao desenvolvimento e importância desta cidade.

Dando continuidade aos trabalhos de Psicologia Social, novos profissionais assumiram responsabilidades, entre eles Angela Casañas, Marta Vazquez, Irene Smith, Mara Fuentes, Mónica Sorin e outros. Destaca-se por sua atividade Julio César Casales, que publicou, em 1989, seu livro "Psicologia Social - contribuição ao estudo".

Na Academia de Ciências de Cuba, na década de oitenta, criou-se o Centro de Estudos Psicológicos e Sociológicos, assumindo a direção a psicóloga social Angela Casañas. O Centro realizou estudos de investigação e criou cursos de pós-graduação em Psicologia Social e Sociologia. Este Centro hoje faz parte do Ministério de Ciência e Tecnologia, que substituiu a antiga Academia de Ciências, e se encontra sob a direção do sociólogo Juan Luis Martin, com as mesmas tarefas.

Na Universidade de Havana, criou-se um Centro de Estudos Sociais, que tem estudado os Estados Unidos e suas históricas e múltiplas influências sobre Cuba e América Latina em geral. A presença de psicólogos sociais neste centro tem facilitado a continuidade de estudos psicossociais sobre a emigração

cubana para os Estados Unidos, e especificamente sobre a emigração dos denominados "balseros[27]". Nestes trabalhos, tem-se destacado a psicóloga Consuelo Martin.

Julio César Casales, no Departamento de Psicologia Social da Faculdade de Psicologia, tem trabalhado na última década intensamente em Psicologia Organizacional, gerando inclusive atividades internacionais e cursos de pós-graduação sobre o tema.

Na mesma Universidade, foram criados outros Centros de Estudos dentro da área social, mas mais vinculados à Sociologia e à Economia.

Destacaram-se nos trabalhos de Psicologia Social mencionados Lourdes Fernández, Ana María Siveiro, Gloria Fariñas, Laura Domínguez, María Emilia Rodríguez, Marisela Hidalgo, Guillermo Arias Beaton, Dionisio Zaldivar Pérez, José Antonio González, Franklyn Martínez, Reineiro Arce Valentín, Patricia Arés Muzio, María Febles, Noemi Pérez Valdés, Liliana Morenza Padilla, Mayra Manzano, Graciela Martínez, Elisa Knapp, Albertina Mitjans, Ada Gloria Rodríguez, Miguel Angelo Roca Perara, José Iglesias, Manuel Calvino, Roberto Corral, Fernando González Rey, Alberto Labarrere, Ismael González, Miguel Rojo, Dina Minster, Carolina de la Torre, Victoria Ojalvo Mitrani, Maritza González, Reynaldo Rojas, Diego González, Nury Cao, Ana María Martínez Martí e muitos outros.

[27] Nome atribuído aos cubanos que saem de Cuba em balsas e vão para os Estados Unidos, onde são aceitos (N. do T.)

SOBRE A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA: A CRIAÇÃO DO SINDICATO DE PSICÓLOGOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMO INSTRUMENTO DE AFIRMAÇÃO PROFISSIONAL

Vera Lúcia Giraldez Canabrava

Psicóloga, Psicanalista, Mestre em Comunicação e Cultura ECO/UFRJ, doutoranda em Psicologia Social da UERJ

RESUMO

Considerando o "desejo de futuro" e as contribuições e marcas deixadas pelo passado na produção da vida coletiva, traça-se o percurso de criação do Sindicato de Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro. Enfatizando as modalidades de resistência e ação frente ao cenário de finais da década de 70, exemplificadas em particular pela luta contra o Projeto Julianelli, são apresentadas as participações de algumas organizações, relacionadas ou não à psicologia – CRP/05; ABP - Associação Brasileira de Psicologia; ISOP - Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas; Sindicato dos Médicos; Associação Brasileira de Medicina Psicossomática; DINSAM - Divisão Nacional de Saúde Mental; e a APPMRJ - Associação de Profissionais Psicólogos do Município do Rio de Janeiro. É com esta última, retomada a partir da desativada APPEG- Associação Profissional de Psicólogos da Guanabara, em 1977, que se dá início à criação do Sindicato, em 1980.

ABSTRACT

RIO DE JANEIRO PSYCHOLOGIST'S SYNDICATE
IN PROFESSIONAL ESTABLISHMENT

The Rio de Janeiro Psychologist's Union was conceived as a result of the solid contribution to society's institutions by entities that either acted directly on Psychology or indirectly such as: CRP-05; ABP — Brazilian Psychology Association; ISOP — Professional Manpower Institute, sponsored by Getúlio Vargas Foundation; Medic's Labour Union; Psychosomatic Medicine Brazilian Association; DINSAM — Mental

Health National Division; and APPMRJ — Professional Psychologists Association — with special focus on the scenery prevailing in late 70's when intense resistence and action were up within national's political unrest of those years as a whole. The memorable campaing against Julianelli Project deserves indeed a special reference. The Psychologists Union arises in 1980 resuming the former APPEG — Guanabara State Professionals Psychologists Association — that had deceased in 1977.

Este artigo tem como motivo relatar o processo de criação do Sindicato de Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro criado, em 1980. Precisamente, no dia 3 de dezembro deste mesmo ano, obtivemos nossa Carta Sindical, três anos após a primeira assembléia da antiga APPEG, em outubro de 1977.

O sindicato desempenhou papel decisivo na conquista de espaços profissionais. Muitos foram os que trabalharam na construção desta instituição, como a psicóloga Terezinha Lins, à época na presidência do CRP/05, o professor Franco Lo Presti Seminério, presidente da Associação Brasileira de Psicologia e diretor do Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas, outros atuando diretamente enquanto membros da diretoria da Associação de Profissionais Psicólogos do Município do Rio de Janeiro e muitos outros, que durante três anos se reuniram em torno das lutas travadas por nossa categoria, tanto acerca de suas causas específicas, quanto das lutas nacionais.

O motivo deste relato encontra inspiração não só no desejo de preencher uma lacuna na história da Psicologia do Estado do Rio de Janeiro, mas também no de explicitar nossa inserção na sociedade, tanto como psicólogos, quanto como cidadãos implicados nas lutas de democratização do país. Este processo, iniciado em 1977, aconteceu em momentos conturbados, ocorridos ainda sob a ditadura militar, o que implicava que fossem muitas as dificuldades para o encaminhamento do processo de criação do sindicato.

O Jornal do Brasil(25/08/1978) publicava:

> **Psicólogo quer sindicato para defender sua saúde mental**:
> Os doze mil psicólogos registrados em Conselhos Regionais que existem no Brasil resolveram analisar os problemas da classe e partir para uma ação que nada tem a ver com o divã de Freud: querem organizar-se em sindicatos. Na verdade, a ação varia conforme o espaço geográfico que ocupam: em São Paulo e Curitiba os sindicatos de psicólogos já estão funcionando. Em outros Estados até mesmo o curso universitário de Psicologia não foi reconhecido

> oficialmente. No Rio, onde existem 3 mil 300 psicólogos e oito faculdades com curso de graduação em Psicologia, depois de quase 10 anos de lutas, a classe espera que ainda este mês o processo para constituição do sindicato dê entrada no Ministério do Trabalho. (Jornal do Brasil, 25/agosto/1978, 1 caderno,p.3)

Hoje, **nosso tempo**, vivemos uma contemporaneidade bastante diversa, que exige de nossa categoria outras **modalidades de resistência e ação**. Mas ainda que nosso entendimento dos processos de produção da vida coletiva venham apontando **o porvir, o desejo de futuro** como decisivos para a construção social, o passado, inevitavelmente, traz suas contribuições, suas marcas.

Os acontecimentos são entendidos aqui como multi-determinados. Deste modo, em agosto de 1977, quando se iniciou a revitalização da antiga associação profissional, aconteciam as eleições para o Conselho Regional de Psicologia num cenário político nacional extraordinariamente denso.

Estávamos no governo do **general Geisel**, que se propunha a uma "abertura" democrática. O fato mesmo de ainda estar em vigor um regime político duro e de a profissão de psicólogo ser ainda recente, buscando seu enraizamento na sociedade brasileira, trazia muitas dúvidas quanto às estratégias a serem adotadas no processo de construção do sindicato: **que lutas abraçar?** A Associação Profissional deveria envolver-se apenas com as questões da própria categoria ou juntar seus esforços aos demais segmentos da sociedade, visando a transformação da cena nacional? As movimentações políticas significavam riscos. Os partidos da época eram, apenas, a Arena e o MDB. Não se tratava abertamente de política, estávamos sob a égide do AI-5 e viviam-se os primeiros "balbucios democratizantes".

Mas, como veremos adiante, a opção da diretoria da associação e do conjunto da categoria dos psicólogos foi por uma lógica inclusiva que, naquele momento, significava lutar tanto no molecular, quanto no molar, isto é, lutar tanto pelas questões específicas da categoria profissional, quanto pela democratização da nação. Os longos anos que nos distanciavam de 31 de março de 1964, os efervescentes acontecimentos de 1968, o recrudescimento da ditadura com a decretação do AI-5, em dezembro de 1969, e as lutas pela anistia ampla, geral e irrestrita traziam com eles a compreensão da necessidade de fortalecimento da sociedade civil.

Por todo o país, profissionais liberais reuniam-se à volta de seus sindicatos. Nosso movimento, pois, não era isolado. Trabalhadores intelectuais, de todas as áreas, passaram a buscar seus espaços associativos trazendo renovação nas direções sindicais e criando suas associações de classe. As primeiras greves, lideradas pelos sindicatos dos metalúrgicos, aconteceram nesta mesma época.

A profissão de psicólogos, no entanto, era ainda muito jovem. Em 1962, a Lei n. 4.119 havia reconhecido a profissão de psicólogo. Anos depois, a Lei n. 5.766 criou o Conselho Federal e os

Conselhos Regionais. Em 1973, instalou-se o Conselho Federal e, em 1974, os Conselhos Regionais de Psicologia.

Portanto, à diferença de outros profissionais liberais, tratava-se, no caso dos psicólogos, da criação e não tão somente da revitalização de um sindicato. Apenas em São Paulo havia sindicato de psicólogos e, em Belo Horizonte, uma associação profissional.

As eleições para o Conselho Regional de Psicologia, em 1977, movimentaram os psicólogos do Rio de Janeiro. Em seu rastro, alguns psicólogos uniram-se em torno da idéia da criação de um sindicato. Iniciaram-se algumas reuniões com o objetivo de compreender as tramitações político-burocráticas para a obtenção da carta sindical e as necessidades desta categoria profissional. O Conselho Regional cedeu uma pequena sala, em sua sede da rua Paulo Barreto, em Botafogo, no Rio de Janeiro. Abriam-se espaços de reivindicação e consolidação profissional, e compreendia-se que um sindicato se fazia necessário.

Caminhava-se em meio a várias questões que iam desde uma proposta de reformulação do currículo mínimo para a Psicologia (que apontava, por exemplo, questões da sexualidade como desvios de conduta) até as exigências do Ministério do Trabalho para obtenção da carta sindical: um terço dos profissionais inscritos no Conselho deveria pertencer, também, ao sindicato, mas aqueles que tivessem apenas vínculo empregatício em instituições do governo não seriam aceitos, forçando, com isto, diferenciações restritivas à qualificação como profissional psicólogo: estava na cena o público e o privado. Mas apesar dos bloqueios, dos entraves criados pelo poder burocrático, era intenso o desejo de criar o nosso sindicato e com isto estreitar os laços que uniam nossa profissão à comunidade, afirmando-a.

Em outubro de 1977, foi convocada uma Assembléia Geral, presidida pelo psicólogo Marcos Vinícius, último remanescente da desativada Associação Profissional de Psicólogos da Guanabara (APPEG), para eleger uma diretoria, aprovar seus estatutos e transformá-la de “da Guanabara” para “do Rio de Janeiro”. A Assembléia Geral, na Fundação Getúlio Vargas, evidenciou o posicionamento dos psicólogos, que tiveram uma participação extraordinária: duzentos e três psicólogos compareceram, o que significava a presença de 10% de toda a categoria. Consolidava-se a luta pelo Sindicato de Psicólogos no Rio de Janeiro.

Durante os anos de 1978 e 1979 associaram-se mais de oitocentos e cinqüenta psicólogos, superando um terço do número de profissionais exigido pelo Ministério do Trabalho. Não foi difícil. Com as contribuições em dinheiro, trazidas pelo pagamento dos associados, tornou-se possível alugar um andar de sobrado, na rua do Catete, no Rio de Janeiro**.** A intenção era ficar próximo do centro da cidade, para facilitar a presença dos colegas. A Associação instalou-se neste sobrado, que foi cenário e berço de muitas lutas que ainda reverberam. Criaram-se comissões de trabalho que atendessem às lutas de filiação ao sindicato, de criação e enquadramento dos psicólogos do Estado e do Município, lutas para o estabelecimento do cargo de psicólogo na esfera federal e de uma comissão de imprensa que publicou o jornal da Associação, veículo indispensável na construção da rede entre estes profissionais. Enquanto isso, a grande mídia publicava:

Plano de Classificação gera protestos de mais 13 categorias profissionais" (Jornal do Brasil, 31/março/1979.)

Psicólogos discutem plano de cargos em assembléia. (Jornal do Brasil, 1 Caderno, 1/04/1979)

Protesto dos estudantes de Psicologia é primeiro caso do novo Delegado do MEC

(Jornal do Brasil, 1 Caderno, 4/4/79)

Psicólogos querem ampliar seu mercado de trabalho **(O GLOBO, Domingo,7/12/80)**

Em meio a tantas questões, tanto específicas, quanto gerais, a diretoria da Associação reunia-se semanalmente, aconteciam reuniões ampliadas e grupos de trabalho iam-se formando para encaminhar problemas específicos. As reuniões eram sempre concorridas e ninguém se dava ao luxo de faltar, nem desperdiçar sua fala e seu voto. Eram freqüentes as assembléias da categoria para que se decidissem as lutas a encaminhar e como. Mas havia chegado um tempo de soltar a voz, deixar de sussurrar, tempo de envolvimento com os companheiros psicólogos e com tantos outros profissionais que atuavam nas áreas da saúde e da educação. Não demorou muito e diversas categorias lutavam juntas: médicos, enfermeiros, assistentes sociais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos.

Mais adiante, os psicólogos uniram-se a profissionais de outras áreas: engenheiros, arquitetos, bancários, construtores civis, metalúrgicos, gráficos e agricultores. Em 1979, ainda como Associação Profissional, participamos do primeiro encontro de lideranças sindicais nacionais, em Gragoatá, e, em 1980, da organização do primeiro CONCLAT - Congresso das Classes Trabalhadoras, que algum tempo depois iria dar lugar às atuais centrais de trabalhadores.

Os psicólogos aderiram às lutas pela anistia, indo a inúmeros encontros e a manifestações nas ruas da cidade, recebendo "companheiros" psicólogos que chegavam do exílio. Mantínhamo-nos eticamente vinculados por compromissos de cidadãos e profissionais da saúde, da educação e do trabalho. E as lutas específicas continuavam.

Junto à **Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM)**, com médicos, enfermeiros e assistentes sociais, lutávamos pelo respeito e pela dignidade dos pacientes; contra os choque elétricos – "os miudinhos"; pelas melhorias nas condições de trabalho. Nascia aí o movimento de saúde mental. Eram Assembléias conjuntas freqüentes, em que o foco principal se fixava no tratamento dos pacientes. Fomos a Brasília Miguel Melzack, do Sindicato dos Médicos; Júlio de Melo, da Associação Brasileira de Medicina Psicossomática; Pedro Gabriel Delgado, médico da **DINSAM** e Vera Canabrava, da APPRJ. Era setembro de 1978. Mas nunca mais esta luta terminou, a luta dos profissionais de saúde mental. O modelo da anti-psiquiatria, do italiano Franco Basaglia, nos inspirava.

Lutamos contra o Projeto Julianelli**, que pretendia restringir as atribuições de todos os profissionais de saúde ao poder médico. O jornal** O Globo **do dia 13 de julho de 1980, na primeira página do caderno** DOMINGO**, publicava uma matéria de página inteira:** *Os psicólogos contra o projeto de lei Julianelli*: *'um recuo de meio século'***. Com esta matéria a imprensa abria espaço para os psicólogos. Franco Lo Presti Seminério, da ABP, Luis Fernando de Mello Campos, do IBRAPSI, Mara Regina Chuairi, pesquisadora do ISOP e secretária geral da APPRJ, e Vera Canabrava, presidente da APPRJ, esclarecíamos a comunidade e convocávamos a categoria para a Assembléia Geral que seria promovida, pela** APPRJ**, para lutar contra o Projeto de lei 2.726/80, de autoria do então deputado por São Paulo, que tratava dos profissionais de saúde. Conosco, lutando lado a lado, estava o Sindicato dos Médicos. Todos nós da Saúde já éramos aliados nas lutas da DINSAM. Frases destacadas da matéria citada acima:**

"A elitização da Psicologia é uma posição anacrônica e ilógica."
"Uma profissão se delimita pelas necessidades que tem a comunidade."
"O projeto só interessa aos donos de Hospital e à indústria farmacêutica."

Pensávamos, à época, que a delimitação das profissões, antes de ser uma tarefa técnica, científica, compõe-se no tecido social e socializado e, por isso, ligado à comunidade. Quando se consegue formalizar uma profissão é porque um conjunto de tarefas e funções vem sendo desenvolvido para uma determinada comunidade, assim o entendíamos.Tínhamos, apesar de sermos àquela época uma profissão jovem, a preocupação de discutir a inserção do psicólogo, através da instituição de cargos no Município, no Estado, na esfera federal a fim de poder atuar na Divisão Nacional de Saúde e no antigo Instituto de Previdência Social. Muitos psicólogos clínicos tinham amplas preocupações com a privatização do atendimento à comunidade, e com isso as portas da Associação abriam-se para receber Hélio Pellegrino e sua proposta de clínica social.

Tantos anos depois, mais de 20, a história dos psicólogos nos ajuda a recuperar o fio da meada, dele puxando outros fios complicados e imbricados, tecendo novas séries de lutas. Se tivemos fôlego para conseguir nossa carta sindical foi porque tivemos "garra" para lutar em muitas frentes; porque éramos muitos, muito divergentes e diferentes, mas juntos. A multiplicidade de pensares e fazeres, ao modo foucaultiano. Fomos muitos como Heraldo Lírio, presidente da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, que nos ensinou a arte de amassar o pão da resistência, ou como Luiz Alberto Sanz, presidente do Sindicato dos Artistas, uma luz forte, na arte de sonhar beleza e liberdade.

A Associação Profissional transformou-se em Sindicato dos Psicólogos do Município do Rio de Janeiro, em dezembro de 1980. Nosso jornal, **PSIndicato**, em seu Ano 1 de Dezembro de 1980, publicava:

“O Diário Oficial: MTb – 114.082/79. Nos termos da proposta da Secretaria de Relações de Trabalho e atendendo ao que requereu a Associação dos Psicólogos do Município do Rio de Janeiro, RESOLVE reconhecê-la sob a denominação de “SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO”, código n. 012.000.012874, como entidade sindical de primeiro grau representativa da correspondente categoria profissional liberal integrante do 25 grupo PSICOLOGOS do plano de Confederação Nacional das profissões Liberais na base territorial do Município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, homologados os estatutos sociais com as correções sugeridas.”

O **PSIndicato** publicava, ainda, em seu Editorial:

“Mais uma vitória do sindicato dos Psicólogos. Saiu o nosso sindicato! Esta conquista se deu em meio às lutas que empreendemos no sentido de garantir as mínimas condições e direitos trabalhistas e profissionais. Cada luta foi um passo à frente na construção do sindicato que não nos foi dado de presente, nem resultou de conchavos de gabinete. Garantimos a força de nossa entidade na participação de cada um de nós. Nas reuniões na sede, na compreensão do problema financeiro, na organização pelos locais de trabalho, na filiação de novos associados e na unidade que mantivemos com outras categorias nas questões encaminhadas. Lutamos pelo currículo DAU-MEC, contra o projeto Julianelli, pelo cargo no Estado e no Município, e agora, junto com as demais categorias de funcionários públicos, pela reposição salarial, por reajustes semestrais, pelo 13º e pelo direito à sindicalização. A prática tem demonstrado que além da combatividade é preciso que nos organizemos. Ainda há muito pela frente. Entendemos que o Sindicato tem um importante papel a desempenhar na atual conjuntura do país, caracterizada por uma séria crise econômica, política e social que atinge a imensa maioria da população brasileira. Cada vez fica mais claro que são muito poucos os que se beneficiam com ela. Aumenta o desemprego e os reajustes salariais não chegam a acompanhar a inflação, já além dos 100%. A qualidade de vida vai de mal a pior. Insatisfeito, o povo vem se organizando para a defesa de seus interesses, e nós, psicólogos, não temos ficado à margem desse processo. Como em outras categorias de profissionais liberais, vivemos progressivamente o assalariamento, dentro de um mercado de trabalho cada vez mais restrito. É alarmante o número de desempregados e subempregados. Assistimos à crescente privatização do setor Saúde, que traz como conseqüência o péssimo atendimento à população num contexto de super-exploração do nosso trabalho. Este quadro tem que ser modificado. E cabe aos sindicatos a luta por empregos, por salários mais justos e por melhores condições de trabalho e atendimento à comunidade.” (PSIndicato, dezembro,1980).

A história pode nos ensinar a urgência e premência das lutas, os efeitos de nossa desatenção ao político e seus reflexos no social, nos ajudando a recuperar o fôlego para seguir com resistências e com micro-resistências.

Os especialistas vão à luta... e vencem?

A PRODUÇÃO DA TERCEIRA IDADE: O DISCURSO DO ESPECIALISMO

Adriana Miranda de Castro.[**]

[**] Psicóloga (UERJ), Ex-residente em Psicologia Clínica Institucional (HUPE/UERJ), Mestre em Psicologia (UFF), Área de Concentração: Estudos da Subjetividade, Linha de Pesquisa: Clínica e Subjetividade. Orientadora: Regina Duarte Benevides de Barros.

RESUMO

Em uma perspectiva desnaturalizadora, nesse texto é investigada a visibilidade conferida ao envelhecimento, à população idosa, aos especialistas na área e a seus saberes através de uma rede que conjuga pesquisadores, divulgadores e a população. A premissa é a valorização pela sociedade, como base para adoção ou recusa de certas atitudes, comportamentos e valores, do discurso científico, cuja difusão instaura duas perspectivas que se articulam: a obtenção de conquistas e a identificação de problemas sociais daí decorrentes. Para chegar a tais observações, traça-se um histórico dos saberes acerca da velhice.

ABSTRACT

OLD AGE AND THE DISCOURSE OF THE SPECIALISM

Focus on elderly people by specielists in old age research besides that by people in general. Society's valuing the academic ruling thereon and its reactions concerning acceptance or refusal of the so adopted principles leading to a twofold integrated program aiming the conquests of the elderly as well as the intended social welfare. Extensive background on old age condition is presented.

"O entendimento de toda engrenagem envolvida na problemática da velhice, acreditamos, deve se dar a partir de uma história que analise como a velhice se tornou alvo de tantas práticas institucionais ou, melhor dizendo, como foi moldada por essas práticas."

Daniel Groisman (1999:46)

Pode-se perceber em nossa sociedade a grande valorização do discurso científico enquanto pilar da adoção ou não de determinadas atitudes, comportamentos e valores. Este fato se evidencia no espaço crescente que cada novo estudo acadêmico ganha nos campos midiáticos, especialmente se dispuserem sobre condutas para um viver melhor ou, dizendo de outra forma, para adiar o envelhecimento e a morte, cercados de preconceitos e medos.

É através da mídia que se difundem estatísticas, avanços tecnológicos, práticas e interpretações acerca dos fenômenos humanos, que são alvo de pesquisas cada vez mais minuciosas. Sua ação de divulgação maciça destes discursos, produzidos pelo saber e produtores do mesmo, popularizando-os e tornando-os algo "naturais", funciona como um dos dispositivos[28] de ratificação e legitimação das disciplinas. Segundo Foucault (1979), a disciplina é uma forma de poder-saber que tem como alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade, exercendo controle sobre o desenvolvimento das ações e não sobre seu resultado. A ação disciplinar ganha influência e validação social na medida em que não age somente pela via do controle repressor, mas se centra em proporcionar prazer.

É claro que, como o próprio Foucault ressalta, este poder-saber não está cristalizado aqui ou ali, nas mãos de um ou de outro; ele:

> *"funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão."* (FOUCAULT, 1979:183)

É dentro desta perspectiva desnaturalizadora do saber acerca do envelhecimento como resultado linear do aumento do número de velhos, e considerando a circulação do saber-poder no corpo social (Foucault, 1979), que se seguirá. Acredita-se, em concordância com autores como Debert (1999), Lima (1999) e Guedes (2000), entre outros, que foi e é numa conjugação em rede pesquisadores/divulgadores/população que o envelhecimento, a população idosa, os *experts* que dela cuidam e seus saberes ganharam visibilidade.

Inicialmente, se nota a difusão das conquistas: controle das doenças infecto-contagiosas e parasitárias, redução da mortalidade, medicamentos mais eficazes, prolongamento da vida.

> *"**O crescimento impressionante e rápido na proporção de pessoas mais velhas na população é um triunfo**! O desenvolvimento socioeconômico-cultural e a tecnologia[29] conseguiram aumentar a sobrevida da espécie humana."* (PASCHOAL, 1996:26)

Para, logo depois, ver configurar-se um problema social[30]:

---

[28] Com o termo dispositivo Foucault tenta delimitar um conjunto bastante heterogêneo que inclui discursos, instituições, leis, medidas administrativas, organizações arquitetônicas, enunciados científicos e proposições morais e/ou filosóficas, as quais se articulam num tipo de jogo ou rede, mudando de posição e/ou função conforme a urgência que se lhes apresente em dado momento histórico, lhes exigindo resposta. *"O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante."* (FOUCAULT, 1979:244)

[29] *"A palavra tecnologia em primeiro lugar. É uma palavra insidiosa. Parece indicar, à primeira vista , o conjunto do aparato técnico produzido pela civilização científica que é a nossa. E isto, que ela mostra, é tão impressionante, e tão eficaz, e tão útil, que acaba por esconder esse outro fato, o de que, nessa mesma palavra, vigora uma visão de mundo: a da eficácia e da utilidade. [...] Tecno-logia, a resposta que o Ocidente moderno encontrou para os seus impasses, é, pois, algo que precisa ser pensado nesta dupla dimensão."* (D'AMARAL, 1991:97)

[3] Sobre a forma de constituição dos problemas sociais, ver Debert, 1998:62-64.

> *"**O aumento, tanto na quantidade quanto na proporção de anciãos, tem criado inúmeros problemas** sociais, políticos e econômicos. Mais velhos significa aumento nos custos e gastos médico-sociais, necessidade maior de suporte familiar e comunitário...."* (PASCHOAL, 1996:26)

Freqüentemente, é na articulação das duas perspectivas acima que autores de diferentes áreas justificam o interesse, necessidade e importância dos estudos acerca da população idosa.

Neste sentido, a teoria da transição epidemiológica, descrita por Omran, a fim de explicar o aumento da expectativa de vida, tem servido como um argumento de grande força para a realização de pesquisas, debates, seminários e programas de televisão sobre o envelhecimento. Segundo esta teoria, a razão pela qual houve aumento na expectativa de vida no século XX foi a substituição das causas de morte – das doenças infecto-parasitárias para as doenças cardíacas e o câncer –, decorrente da modernização e da melhoria das condições sócio-econômicas e de saúde que ela propiciou. Desta forma, esta teoria pretende articular as alterações no padrão saúde/doença com seus condicionantes e conseqüências no campo da demografia, sociologia e economia. (Veras, 1994).

A teoria da transição epidemiológica, a escassez de recursos disponíveis no setor da saúde pública (que, por isso mesmo, precisam ser aplicados com grande resolutibilidade), o alto custo dos procedimentos médico-hospitalares para os mais velhos, a exclusão social dos mesmos frente à crescente modernização, as mudanças na estrutura familiar e o impacto econômico do aumento no número da população de inativos constituem-se nos principais argumentos da associação envelhecimento/problema social. (Veras, 1994; Papaléo Netto, 1996; Debert & Neri, 1999; Gordilho, 2000).

Entretanto, três importantes considerações ainda permanecem em posições de menor destaque: o discurso sobre o envelhecer não é historicamente inédito, não se inicia na modernidade (Leme, 1996); o envelhecimento pode ser definido a partir do biológico somente em parte, pois será sempre marcado pelo contexto sócio-histórico em que se insira, o qual lhe dará sentido (Peixoto, 1993; Mercadante, 1996; Debert; 1998); e a velhice não se transforma em questão social em conseqüência direta do aumento do número de velhos, mas pela atuação do discurso científico sobre o envelhecimento na legitimação desta "verdade", uma vez que um problema social é sempre produzido (Debert, 1998; Lima, 1999).

A partir da concordância com aquilo que afirma Groisman (1999) no início deste texto, e na tentativa de explorar as considerações acima, percorrer-se-á a trajetória dos saberes acerca da velhice.

Nesse sentido, embora com olhares diferentes, Leme (1996) e Secco (1999) fazem uma verdadeira viagem por culturas e períodos históricos, evidenciando a existência de outros parâmetros na abordagem do velho e de continuidades e rupturas no pensamento ocidental sobre este tema.

Leme (1996) enfatiza a busca do que se pode denominar de pré-medicina e da medicina em definir a imagem daquilo que seria a velhice, o papel dos mais jovens no cuidar dos velhos, as mazelas do envelhecimento e os cuidados (em especial de higiene e regramento no estilo de vida) para que este processo fosse "saudável".

A análise de Secco (1999) visa explicitar como os componentes sócio-culturais e os valores religiosos constróem uma rede de significados bastante diferenciados e próprios a cada grupo humano.

Na Grécia, durante o período em que sua cosmogonia era marcada por uma visão mítica do existir, não havia dialetização de contrários – juventude e velhice não se opunham –, já que reinava a crença numa *"intemporalidade cósmica"* (SECCO, 1999:14). Contudo, nos séculos IX e VIII a.C. as transformações sócio-políticas gregas rompem com a visão cíclica do viver, concebe-se uma nova estrutura em função do poder e da hierarquia. *"Tudo se polariza"* (SECCO, 1999:14). Esta cosmogonia da cisão, do viver dicotomizado, faz da velhice o prenúncio da morte.

Segundo Leme (1996), a cultura helênica valorizava a juventude, o vigor e a beleza, porém mantinha demonstrações de respeito pelos velhos: guerreiros vencedores, estadistas e filósofos.

Deve-se ter em mente que neste período a idade dos velhos não ia muito além dos quarenta anos, chegar aos sessenta ou mais anos de idade constituía exceção. Bem como não se pode correr o risco, conforme salienta Groisman (1999), de imaginar uma época de ouro – período aonde a velhice era "naturalmente" respeitada e valorizada pela sociedade. Observa-se tanto em Secco (1999) quanto em Leme (1996) que o prestígio do velho relacionava-se não à sua característica de velho mas, ao contrário, ao lugar de poder que ocupava na hierarquia social.

> *"Na Grécia e na Roma antigas, por exemplo, a senectude (gera> gerôn em grego) se configurava por intermédio da figura dos senhores respeitáveis que formavam o Conselho dos Anciãos, as Gerúsias, o Senado, cuja participação nos destinos do povo era relevante."* (SECCO, 1999:15-16)

Quando a Grécia abandona o sistema gerontocrático, os velhos têm seu valor diminuído (Secco, 1999). As teorias mais valorizadas sobre o envelhecer surgem tomando como base a existência do chamado calor intrínseco – princípio essencial à vida, cuja tendência era a lenta extinção. Assim, a juventude possuiria *"as mais lindas cores"* (SECCO, 1999:16), enquanto a velhice seria seu oposto.

Em Roma, dar-se-á o mesmo quando houver alteração na configuração do poder político:

> *"Quando Roma passa a ser governada pelos militares, homens jovens, que valorizavam as conquistas, diminui gradativamente a força do Senado, cuja decadência se faz sentir. A velhice começa a perder prestígio..."* (SECCO, 1999:17)

Cabe destacar que dois dos mais importantes autores no campo médico romano, Aulus Cornélius Celsus (10-37d.C.) e Galeno (129-200 d.C.), foram de grande influência no pensamento acerca dos cuidados com a saúde, prescrevendo uma série de ações dietéticas, farmacêuticas e ambientais, que serão retomadas e marcarão os estudos desenvolvidos nos séculos XV e XVI. Salientam-se as suas prescrições no sentido de pontuar que a característica de auto-cuidado e auto-responsabilidade pela saúde e pelo velho que se é ou se tornará, tema recorrente nos textos atuais sobre o envelhecimento – sejam eles na defesa ou no questionamento deste modelo privatizado de gestão, calcado no indivíduo disciplinado (Foucault, 1979) –, de certa maneira já se esboçava na produção de conhecimentos.

Na Idade Média, segundo Leme (1996), o saber médico tinha a difícil tarefa de conciliar diferentes tradições: greco-romanas, dos invasores bárbaros e da influência cristã. Contudo, manteve-se basilar a perspectiva galênica.

> *"O interesse acadêmico centrou-se, quase exclusivamente, em medidas higiênicas para a manutenção de boa saúde até uma idade avançada, sem se definir, não obstante, medidas concretas de saúde pública."* (LEME, 1996:18)

A sociedade medieval voltada para as guerras religiosas segue na valorização da juventude e estabelece uma idéia paradoxal de velhice, que, comparada à primeira, é fraca e decrépita e que dentro dos padrões morais cristãos da época, aonde a morte constitui-se no melhor caminho para a remissão dos pecados, é a proximidade do eterno e por isso *"momento ideal para garantir a própria salvação"* (SECCO, 1999:19).

O Renascimento irrompe exaltando os ideais clássicos da estética greco-romana e, voltando-se para as conquistas marítimas, mais uma vez o velho está fora dos padrões valorizados. Todavia, assiste-se a um aumento no interesse sobre o tema da velhice: Gabriele Zerbi (1468-1505) lança um manual de higiene para os velhos chamado "Gerontocomia", avaliando uma ampla gama de aspectos; Andre Laurens lança o primeiro livro de geriatria em língua francesa; e Sir John Floyer (1649-1734), o primeiro originalmente em inglês (Leme,1999)

Até então, os trabalhos baseavam-se na observação clínica detalhada, na apreciação do "modus vivendi" (regrados ou não), na hipótese de uma energia ou essência vital e em alguma fisiologia e anatomia; mas com os avanços da Química, Patologia, Fisiologia e Anatomia nos séculos XVII e XVIII, as discussões acerca do envelhecimento se ampliam e ganham outros contornos.

No campo médico, Johann Bernard von Fischer (1685-1772) publica na Alemanha, em 1754, o livro "De Senio Eiusque Gradibus et Morbis" (A velhice, seus estágios e suas doenças.), em que vai contra a visão negativa do envelhecer, buscando separar velhice normal de doença (Leme, 1999).

Foucault (1979) afirma que nos séculos XVII e XVIII assiste-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos disciplinares, que existiam anteriormente de maneira fragmentada, enquanto uma forma de gestão dos homens capaz de manejar suas multiplicidades, usando-as no sentido de aumentar a eficiência no trabalho.

> *"Os traços biológicos de uma população se tornam elementos pertinentes para uma gestão econômica e é necessário organizar em volta deles um dispositivo que assegure não apenas sua sujeição mas o aumento constante de sua utilidade."* (FOUCAULT, 1979:198)

Inicia-se a visão de que o velho não é necessariamente doente, todavia ele passará a ser aquele que não é capaz de produzir. A Revolução Industrial se define pelo eixo capital-trabalho e enfatiza a produtividade econômica.

> *"A infância e a velhice, excluídas dos círculos de produção, pairam, idealizadas, acima da condição humana.* [...] *A velhice passa a ser encarada como uma segunda infância, cabendo ao velho o ócio como recompensa pelos anos de trabalho.* [...] *Esta concepção romântica da velhice é ambígua e paradoxal, uma vez que o velho, por não ser uma força produtiva, perde totalmente sua função social."* (SECCO, 1999:19-20)

Nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX, os anciãos figuram como alvo da luta de classes, perdendo qualquer aura de nobreza ou sabedoria. Nessa época, a população de velhos cresce e pode-se pensar que começa, de forma mais evidente, o esboço de um "problema social", pois sucedem na cena sócio-histórica fatores como: a improdutividade do velho; a visão linear ascendente e descendente do ciclo vital (nascer, crescer, ter o ápice na maturidade e declinar até a velhice e a morte); a institucionalização do próprio curso de vida, dimensão fundamental do crescente processo de individualização; a ênfase na dimensão biológica do envelhecimento e a conseqüente universalização deste processo; o advento das aposentadorias; o surgimento dos asilos de velhos, que, baseados na caridade, reconhecem esta população como alvo diferenciado de práticas institucionais; e a tomada da idade cronológica como aparato cultural e legal definidor de espaços sociais (Debert, 1998; Groisman, 1999; Lima, 1999; Secco, 1999).

É neste "caldo", marcado pelo cientificismo, positivismo e por transformações na estrutura social que *"o discurso sobre a velhice entra no que se pode chamar sua fase científica disciplinar"* (LIMA, 1999:31).

A Geriatria e a Gerontologia nascem como especialidades médicas no início do século XX, calcadas numa série de modificações na forma de a medicina olhar a doença e o corpo que envelhece, as quais

constituíram o que Katz (1996) denominou de discurso da senescência, cujo objetivo era diferenciar corpo jovem/corpo idoso e envelhecimento normal/envelhecimento patológico.

A moderna Geriatria é inaugurada pelo médico Ignatz Leo Nascher, considerando-se como marco inicial a publicação de seu livro "Geriatrics: the Diseases of Old age and their treatments", em 1914. Segundo Nascher, o envelhecimento era um processo de degeneração celular, e consagra seu trabalho à descrição pormenorizada da forma de diferenciação dos velhos a partir de seus corpos. Entretanto, não se restringe a isso, propondo a existência de uma combinação entre declínio celular interno e declínio físico externo, que agiriam nas características mentais e comportamentais do velho (Groisman, 1999; Leme, 1996).

Observa-se o debruçar do olhar médico sobre o corpo a fim de esquadrinhá-lo, enquadrá-lo e torná-lo alvo de práticas de assujeitamento. O corpo é objeto da ciência que o define como velho, decrépito e, logo, irá “solucionar” esse problema com suas prescrições.

Surge, então, a Gerontologia introduzida por Élice Metchnikoff, em 1903, no seu texto "The Nature of Man". Metchnikoff definiu a Gerontologia como o estudo do potencial alargamento da vida por meio das intervenções médicas (Groisman, 1999).

Segundo Debert (1999), os discursos iniciais da Gerontologia:

> *"...pertenciam ao campo médico e tratavam do envelhecimento orgânico, visto com desgaste fisiológico. Esse discurso é abordado em* ***obras especializadas****, encarregadas de difundir o saber e* ***propor medidas de higiene corporal****, relacionadas com o retardamento do envelhecimento."* (p.31)

Groisman (1999) situa em meados do século XX a emergência da Gerontologia multidisciplinar, que extrapola o corpo envelhecido para disciplinar a velhice fora dos consultórios médicos. Este momento ganha relevo porque, segundo Katz,:

> *"os textos gerontológicos desempenharam um papel muito maior do que simplesmente apresentar soluções para os problemas do envelhecimento: 'eles também construíram problemas e soluções de maneira a fortalecer a autoridade e legitimidade do campo gerontológico"* (*apud* GROISMAN, 1999:52)

Benoit-Lapierre (1983) também afirma que é a partir dos anos 30 do século XX que a velhice emerge como problema social, ocupando espaço nos campos sociológico e psicológico, e que, para ser ratificado, passa a sustentar a perspectiva de uma Gerontologia interdisciplinar (Debert, 1999).

Segundo Debert (1998), o discurso gerontológico altera-se a partir do momento em que, com a aposentadoria institucionalizada, surgem os problemas econômicos que vão ganhar lugar cativo de importância no discurso político-administrativo. O que se tornará campo fértil para demógrafos, sociólogos e psicólogos que, sob a chancela da Gerontologia, vão demarcar as necessidades dos aposentados e como solucioná-las, apresentar modos de "bem-estar" e como este deve acompanhar o aumento da idade cronológica, e calcular e recalcular as cobranças de tributos para fazer face às "despesas" com as aposentadorias.

No período de 1959 a 1967, conforme Guillemard (1986), novamente se altera a sensibilidade em relação à velhice, ganhando predominância sobre a pobreza a idéia de solidão e marginalidade. Esta alteração faria do estilo de vida o campo privilegiado de intervenção da Gerontologia, exigindo a criação de novas formas de classificação – surge a "terceira idade" (Peixoto, 1993; Debert,1999).

> *"Sinônimo de envelhecimento ativo, a terceira idade converte-se em um nova etapa de vida, em que a ociosidade simboliza a prática de novas atividades sob o signo do dinamismo.* [...] ***a invenção da terceira idade*** *– nova fase do ciclo de vida, entre a aposentadoria e a velhice –* ***é simplesmente produto da universalização dos sistemas de aposentadoria e do conseqüente surgimento de instituições e agentes especializados no tratamento da velhice****, e que prescrevem a esse grupo etário maior vigilância alimentar e exercícios físicos, mas também necessidades culturais, sociais e psicológicas"* (PEIXOTO, 1993:76).

A reboque do advento da terceira idade, a categoria da qualidade de vida transforma-se no principal ponto de argumentação dos trabalhos em Gerontologia, estabelecendo-se como objetivo a ser alcançado tanto por equipes de saúde quanto por velhos (Guedes, 2000).

Se até o final dos anos 60 as duas grandes teorias que dominavam o cenário gerontológico – teoria da atividade e teoria do desengajamento[31] – enfatizavam a velhice como momento de perda dos papéis sociais, e se interessavam em entender como se dava o ajustamento pessoal frente a ela, com o advento das variáveis acima o contexto muda.

Terceira idade, qualidade de vida e envelhecimento bem sucedido[32] modificam a perspectiva dos estudos e pesquisas, pois passam a veicular a idéia do velho como fonte de recursos – autônomo, capaz de

---

[31] Resumidamente: para a "Teoria da Atividade" (Cavan, 1965), o idoso seria mais feliz se investisse em atividades compensatórias, mantendo-se ativo; para a "Teoria do Desengajamento" (Cumming e Henry, 1961), o comportamento mais adequado seria o desengajar-se voluntário das atividades.

[32] *"O conceito de velhice bem-sucedida tem três conotações. A primeira associa-se à idéia de realização do potencial individual para o alcance do grau de bem-estar físico, social e psicológico avaliado como adequado pelo indivíduo e pelo seu grupo de idade. [...] O segundo significado associado à velhice bem-sucedida é de funcionamento parecido com o da média da população*

respostas criativas frente às mudanças sociais, disponível para re-significar identidades anteriores, relações familiares e de amizade. Assim, sociabilidade, lazer e educação (como estratégia de socioterapia e de manutenção da "mente ativa") fazem-se dispositivos privilegiados de intervenção junto a esta população e ganham espaço significativo na mídia para a criação e divulgação de uma "nova velhice" (Debert, 1999; Lima, 1999; Guedes, 2000).

Apesar de agir a fim de quebrar os estereótipos de incapacidade, improdutividade, rigidez, abandono e solidão, não se pode esquecer que as forças impulsionadoras do movimento de criação da "terceira idade" são forças políticas atreladas à ordem hegemônica capitalística. Estão em jogo nesta produção os interesses econômicos e políticos envolvidos em conquistar uma população de velhos potencialmente consumidora de bens e serviços, e de crescente poder na cena social. Estabelece-se um novo modelo, outra forma classificatória promotora de discriminação: avaliar como problemáticos e desmotivados, minimamente, aqueles velhos que não invistam nesta "prescrição".

Debert (1999) afirma que o discurso gerontológico tem agido num duplo movimento: um, no sentido de uma crescente socialização das formas de gestão do processo do envelhecimento, e o outro, na direção de *"reprivatização da velhice"* – na medida em que se enfatiza a responsabilidade individual no modo como cada um envelhece ou se deixa envelhecer (dicotomia cuidado/desleixo), principalmente através do uso intensivo dos dispositivos midiáticos e da produção de espaços sociais em torno do envelhecer e do envelhecido (grande cerco!).

Entretanto, se é perceptível o aumento da vigilância social quanto ao cumprimento ou não dos instrumentos de alcance da "qualidade de vida", e se também é perceptível a tentativa de introjetar sensações de culpa e inadequação naqueles que não estejam envolvidos nas novas normas, há outro tópico importante a levar em conta.

Caso se considere, dentro do caminho traçado por Foucault (1979), que o poder é uma rede de mecanismos a qual ninguém ou nada permanece isento; que o poder não é exclusivamente sustentado por dispositivos repressores, tendo força exatamente porque propicia efeitos positivos no que se refere ao desejo; que não existe relação de poder sem se configurar um campo do saber; que saber e objeto constróem-se mutuamente; e que todos os indivíduos são ativos ou agentes na produção de saber-poder, têm-se que a Gerontologia apresenta aos velhos um lugar social de valorização, aonde eles transfazem-se em sujeitos participativos, proporciona-lhes um espaço de prazer, assegurando sua própria influência e abrangência enquanto discurso. Entretanto, abre lugar para que estes "novos velhos" – donos de visibilidade social, voz e capazes de produzir discursos e práticas –, reinventem e reinterpretem as configurações de suas idéias e valores de maneiras distintas (Guedes, 2000).

---

mais jovem. Esse conceito refere-se a práticas [...] destinadas a preservar a juventude, retardar os efeitos do envelhecimento [...] A terceira conotação é de manutenção da competência em domínios selecionados do funcionamento, através de mecanismos de compensação e otimização..." (In: Debert & Neri, 1999:116)

Coloca-se em questão o fato de que a Gerontologia – apesar da tendência em buscar teorias universais e transnacionais – se delimita enquanto campo específico do saber produtor de subjetividades e instituições que primam pela variabilidade e capacidade de interferir na "verdade" por ela difundida. Poder-se-ia pensar, então, que a proposta multidisciplinar surgida inicialmente, com a intenção de englobar o envelhecimento de modo total e divulgar práticas ou soluções o máximo abrangentes, extrapola o campo técnico, colocando em cheque a disponibilidade dos gerontólogos para lidar com uma população de velhos crescentemente empoderada[33] pela apropriação do próprio discurso científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. BUSS; P.M. *et alli.* (2000) Promoción de la salud y la salud pública - Una contribuición para el debate entre las escuelas de salud pública de América Latina y el Caribe. Br., RJ: ENSP/FioCruz, jul. 2000 (mimeo)
2. D'AMARAL; M.T. (1991) *"Esboço Inicial de uma " Genealogia da Transdisciplinaridade.""* In: Rev. Tempo Brasileiro, RJ, v.108, p.95-106, jan-mar 1992.
3. DEBERT; G.G. (1999) A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. SP: EdUSP/FAPESP, 1999.
4. _____. (1998) *"A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade."* In: BARROS; M.M.L. (org.) Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. RJ: Fundação Getúlio Vargas, p.49-67, 1998.
5. DEBERT; G.G. & NERI; A.L. (org.) (1999) Velhice e Sociedade. Campinas: Papirus, 1999.
6. FERREIRA; A.B.H. (1986) Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. RJ: Nova Fronteira, 1993.
7. FOUCAULT; M. (1979) Microfísica do Poder. RJ: Graal, 11ªed., 1993.
8. GORDILHO; A. *et alli*. (2000) Desafios a serem enfrentados no terceiro milênio pelo setor saúde na atenção ao idoso. RJ: UnATI / UERJ, 2000.
9. GROISMAN; D. (1999) *"Velhice e história: perspectivas teóricas."* In: *Envelhecimento e Saúde Mental - Uma Aproximação Multidisciplinar.* Cadernos IPUB / Instituto de Psiquiatria da UFRJ, RJ: n.10, p.43-56, 1999.
10. GUEDES; S.L. (2000) *"A concepção sobre a família na Geriatria e na Gerontologia Brasileiras: ecos dos dilemas da multidisciplinaridade."* In: Rev. Bras. de Ciências Sociais, SP: vol.15, n.43, p.1-20, 2000.

[33] Uso o termo aportuguesado "empoderamento" no sentido do conceito da área de promoção de saúde – *"empowerment"*, a saber: *"El incremento del poder de las comunidades en el establecimiento de prioridades, en la toma de decisiones y en la definición y aplicación de estrategias para alcanzar un mejor nivel de salud es esencial en las iniciativas de promoción de la salud. La carta de Ottawa destaca que las acciones comunitarias serán efectivas si se garantiza la participación popular en la dirección de los asuntos de salud, así como el acceso total y contínuo a la información y a las oportunidades de aprendizaje sobre los asuntos de salud. [...] o sea, la aquisición de poder técnico y político para actuar en beneficio de la propia salud"* (BUSS et alli, 2000:14).

11. LEME; L.E.G. (1996) *"A Gerontologia e o Problema do Envelhecimento. Visão Histórica."* In: PAPALÉO NETTO; M. Gerontologia - A Velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizada. SP: Atheneu, p.13-25, 1999.
12. LIMA; M.A. (1999) *"A Gestão da experiência de envelhecer em um programa para a terceira idade: a UnATI / UERJ."* In: *Textos sobre Envelhecimento* - UnATI / UERJ, RJ: ano 2, n.2: p.23-63, 2°sem. 1999.
13. MERCADANTE; E. (1996) *"Aspectos Antropológicos do Envelhecimento."* In: PAPALÉO NETTO; M. Gerontologia - A Velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizada. SP: Atheneu, p.73-76, 1999.
14. PAPALÉO NETTO; M. & PONTE; J.R. (1996) *"Envelhecimento: Desafio na transição do Século."* In: PAPALÉO NETTO; M. Gerontologia - A Velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizada. SP: Atheneu, p.3-12, 1999.
15. PASCHOAL; S.M.P. *"Epidemiologia do Envelhecimento."* In: PAPALÉO NETTO; M. Gerontologia - A Velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizada. SP: Atheneu, p.26-43, 1999.
16. PEIXOTO; C. (1993) *"Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade...."* In: BARROS; M.M.L. (org.) Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. RJ: Fundação Getúlio Vargas, p.69-84, 1998.
17. SECCO; C.L.T.R. (1999) *"As rugas do tempo na ficção."* In: *Envelhecimento e Saúde Mental - Uma Aproximação Multidisciplinar.* Cadernos IPUB / Instituto de Psiquiatria da UFRJ, RJ: n.10, p.9-33, 1999.
18. VERAS; R. (1994) País jovem com cabelos brancos: A Saúde do Idoso no Brasil. RJ: Relume Dumará / UERJ, 3ªed, 1994.

ENTRELAÇANDO HISTÓRIAS – PSICOLOGIA E DIREITO DE FAMÍLIA

Maria Luisa Carvalho[34]
Andréa Fabíola de Miranda Nery[35]
Juliane Dominoni Gomes[36]
Raphael Peçanha[4]
Leila Maria Torraca de Brito[5]

RESUMO

O artigo destaca alterações nas leis nacionais que regulamentam o casamento e a separação conjugal, relacionando-as aos costumes e expectativas sociais referentes às relações familiares nos diferentes momentos históricos. Analisa-se, de forma breve, o percurso da Psicologia Jurídica no Brasil, com destaque para a criação do cargo de psicólogo junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A colaboração da Psicologia ao Direito de Família é detalhada no texto, quando são apresentados resultados de pesquisa realizada com pais e mães separados, operadores de direito e psicólogos com atuação nas Varas de Família de distintos municípios do estado. Conclui-se pela necessidade de, após a separação conjugal, serem asseguradas as responsabilidades dos pais. Foram identificadas, também, dúvidas referentes à atuação dos psicólogos, que recentemente chegaram às Varas de Família locais.

ABSTRACT

Reports on psychology and family relationship legislation

[34] Aluna do Curso de Especialização em Psicologia Jurídica da UERJ.
[35] Aluna do Curso de Especialização em Psicologia Jurídica da UERJ.

[36] Bolsista de Iniciação Científica Pibic/CNPq.
[4] Bolsista de Iniciação Científica Pibic/UERJ.

[5] Profa. Adja. do Instituto de Psicologia da UERJ.

References are made on changes in the national legislation for marriage and divorce arising from customs throughout history. Psychology as now available in the State Court of Rio de Janeiro in the area of family matter process, as performed by the «Psy» professionals that from now on work as members of the Court's qualified staff. Psychology's influence thereon is disclosed, showing the results of specific cases of divorced parents. Prevailing conclusion is that parents should be helped in their duties towards their children. Also a discussion on the very need of psycologist's assistance is held.

Introdução

Busca-se, no presente artigo, destacar algumas mudanças ocorridas nas normas jurídicas nacionais que regulam o casamento e a separação conjugal, apresentando-se, também, alguns passos da história da atuação dos psicólogos junto ao Poder Judiciário no estado do Rio de Janeiro.

Em decorrência do crescente número de rompimentos conjugais e das diversas situações que envolvem a determinação de guarda e visitação de filhos de pais separados, vem sendo efetivada a colaboração dos psicólogos no cenário das Varas de Família. Por este motivo, neste trabalho, são apontados resultados parciais da pesquisa *Separação, Divórcio e Guarda de filhos – questões psicossociais implicadas no Direito de Família*, particularmente no que diz respeito à atuação, demandas e dificuldades de psicólogos que desenvolvem atividades nas Varas de Família no estado do Rio de Janeiro.

Conjugando legislação e costumes

Percorrendo a história referente à regulamentação das questões matrimoniais no País, torna-se necessário destacar, inicialmente, a influência advinda da Igreja Católica. A implantação do Direito Português – fortemente influenciado pelo Direito Canônico – no Brasil, então colônia, foi inevitável. A Igreja regia as normas sobre o casamento, definindo a família como "entidade de direito divino", fundada unicamente no sacramento do matrimônio, considerado indissolúvel, tendo como finalidade a reprodução. Somente após a Proclamação da República (1889) podemos observar o surgimento de uma manifestação legislativa a ser aplicada ao Direito de Família, abolindo a jurisdição eclesiástica (Brito,1993, p.55) quando, em 1890, o Decreto 181 considerou válido apenas o casamento realizado perante as autoridades civis.

No contexto doméstico, cabe recordar que, na Europa, no final do séc. XVIII, médicos higienistas elaboraram uma série de orientações que visavam, entre outros objetivos, conter a alta mortalidade infantil e ordenar os espaços urbanos, resultando em uma nova política social e moral. Para obter êxito em tal empreitada, esses profissionais aliaram-se às mães das famílias burguesas, colocando-as no papel de executoras das prescrições médicas, visando ao adequado desenvolvimento da prole (Donzelot, 1986). Tal prática repercutiu profundamente na vida familiar, alçando a figura materna à condição daquela que amamenta e educa os filhos, impondo, ainda, uma nova forma de relação familiar, marcada pela intimidade e

por uma nova moral. Assim, a mulher ganhava não só "um novo poder na esfera doméstica" (Donzelot, 1986, p.25), como também ali começava a se cristalizar a idéia da mãe como a pessoa ideal para cuidar dos filhos – visão respaldada pela noção de instinto materno. O movimento higienista recomendava também que o casamento deveria ser baseado no amor, repudiando a idéia do enlace por alianças entre famílias, ditado por razões econômicas e sociais.

No Brasil, durante o período colonial, a presença de médicos no território nacional era uma das reivindicações da população. Naquela época, havia proibição quanto ao ensino superior nas colônias e, conseqüentemente, um escasso número de profissionais. Dessa forma, a medicina assegura a sua colaboração no País visando à saúde pública, principalmente, após o surgimento de uma Sociedade de Medicina, em 1830. Como destaca Jurandir Freire Costa (1989):

Enquanto que, na Colônia, a visão caritativo-assistencial da religião reduzia a 'assistência-médica' a uma atividade social marginal e supérflua, no Império, a ética leiga dos higienistas fez ver que saúde da população e do Estado coincidiam. A saúde da população inscrevia-se, assim, na política do Estado. (p.30)

O Código Civil Brasileiro de 1916 define a família a partir da união constituída pelo casamento civil, regulando as relações familiares e os papéis de cada cônjuge. Nesse Código, a família foi retratada segundo o modelo patriarcal, cabendo ao homem o sustento e a representação do núcleo familiar, restando à mulher cuidar dos filhos e da casa, permanecendo sob a dependência da tutela conjugal. Somente em 1962 essa situação foi revista e alterada por meio da Lei 4121, denominada Estatuto da Mulher Casada, que atribuiu a capacidade jurídica plena às esposas. Em casos de separação, a via legal era o desquite, não existindo a possibilidade de contração de uma nova união conjugal. Os casais que ousavam a separação eram estigmatizados pela sociedade, por representarem ameaça à instituição familiar e à ordem social.

Em 26 de dezembro de 1977, após intensos debates ideológicos, religiosos e sociais, foi aprovada a Lei 6515, que regulamentou a dissolução da sociedade conjugal e substituiu o termo desquite por separação judicial, permitindo o divórcio e novo casamento civil com amplo amparo legal.

A Constituição de 1988, acompanhando "o longo processo histórico de transformação da estrutura familiar" (Tepedino, 1999, p.203), alterou alguns critérios de normatização do Direito de Família, ampliando este conceito. Nesse sentido, outras composições, como a família constituída por qualquer dos pais e seus descendentes e a família formada a partir da união estável entre o homem e a mulher, passaram a ser reconhecidas, legitimadas e protegidas pelo Estado. A Constituição eliminou também a supremacia do homem no casamento, proclamando a igualdade de direitos e deveres dos cônjuges. Ainda segundo o texto constitucional, o cuidado com as crianças deve ser assegurado pela família, pela sociedade e pelo Estado,

comprometidos em garantir os direitos de crianças e adolescentes – dentre eles, o direito de convivência familiar.

Em 20 de novembro de 1989, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança reafirmou o direito de convivência familiar dos menores de idade. No Brasil, esse texto foi referendado em 1990, ano da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação que reconhece os menores de idade como cidadãos de direitos. Em 2002, um novo Código Civil foi promulgado no País, incorporando as regras dispostas na Constituição, como a igualdade de direitos entre homens e mulheres e a igualdade entre os filhos, independentemente da origem de filiação.

No início do séc. XXI, novas formas familiares (monoparentais, recompostas, uniões estáveis) são cada vez mais comuns – fato que, junto com a crescente participação da mulher no mercado de trabalho, implica o desempenho, para homens e mulheres, de novos papéis e atribuições nos espaços público e privado. Hoje, compreende-se que a relação conjugal não é mais indissolúvel, mas a ligação dos pais separados com seus filhos não deve ser rompida, impondo-se que o Direito de Família privilegie a atenção para a continuidade do vínculo parental e para a garantia da convivência familiar. Para lograr tal objetivo, o trabalho desenvolvido por psicólogos nas Varas de Família seria forma possível de auxiliar a família que se separa a encontrar maneiras de viabilizar a continuidade dos laços afetivos, para que crianças e adolescentes possam construir sua história familiar sem lacunas provocadas pela ausência de um dos genitores.

A participação dos psicólogos junto ao Poder Judiciário

Rever historicamente o lugar da Psicologia Jurídica é fundamental para serem pensadas as possibilidades de inserção desta disciplina junto ao Direito, assegurando a "liberdade e os direitos fundamentais dos indivíduos", conforme alerta o Desembargador Sérgio Verani (1994, p.14).

A Psicologia Jurídica no Brasil seguiu o modelo europeu de produção de pareceres com ênfase no campo da psicopatologia, para orientar o melhor exercício do Direito. Fortemente influenciada pelo ideário positivista, que almejava a comprovação empírica e científica, sua prática foi marcada pela produção de laudos psicológicos e pela elaboração de prognósticos sobre o comportamento dos sujeitos. A tarefa do psicólogo seria identificar as causas subjetivas ligadas ao desvio de normas sociais, objetivando a modificação do comportamento classificado como anormal (Brito,1993, p.25).

Cabe destacar que a introdução do procedimento pericial na ordem jurídica na Europa deu-se, inicialmente, pela medicina, que tinha por objetivo humanizar a justiça ao avaliar a responsabilidade moral dos criminosos para encaminhá-los a prisões ou a asilos. Esta perspectiva foi duramente contestada por Foucault (1996) ao demonstrar que, na realidade, a partir do séc. XIX algumas disciplinas passaram a ser

usadas para ajudar a sociedade a controlar os indivíduos, desenvolvendo técnicas de exame para classificá-los, visando à elucidação da verdade jurídica.

No Brasil, na década de 30, a Psiquiatria foi adotada como ciência auxiliar do Direito, no campo restrito da perícia para a avaliação da responsabilidade em criminosos. Com isso, tornava-se possível a separação dos que eram tidos como loucos dos mentalmente sãos, marcando o primeiro encontro do Direito com as áreas *psi* pelo viés da medicina (Delgado,1992).

Em 1964, a possibilidade de trabalho do psicólogo no âmbito do judiciário foi reconhecida pelo Decreto Lei 536/64, que regulamentou a Lei 4119/62, dispondo a este profissional a realização de perícias e a emissão de pareceres sobre matéria de Psicologia (Brito, 1993, p.42). Gradativamente, os psicólogos passaram a ser solicitados pelos juízes das Varas Cíveis, Criminais e de Menores para emitir psicodiagnósticos. No final da década de 1970, já existia no Juizado de Menores da Comarca da Capital do Rio de Janeiro o denominado Serviço de Liberdade Assistida, composto por psicólogos voluntários e outros em desvio de função, que apresentavam diagnósticos dos denominados menores infratores e realizavam breves atendimentos dos jovens que se encontravam em liberdade assistida.

A partir de 1977, com a legalização do divórcio no País e sua crescente disseminação, os juízes das Varas de Família, esporadicamente, solicitavam o auxílio da psicologia por meio do recurso da perícia, geralmente quando eram alegados impedimentos emocionais de uma das partes nos processos de posse e guarda dos filhos.

A história da luta pela criação do cargo de psicólogo junto ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, segundo Teixeira (1994, p.55-56), foi incrementada em 1990, a partir da homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação que prevê a existência de equipes interdisciplinares junto aos Juizados da Infância e da Juventude. Também nesta época, foi realizado concurso para cargos de comissários de menores, sendo que a exigência de formação acadêmica estendeu-se a diversas áreas além do Direito, como Psicologia, Serviço Social e Pedagogia, e o número de psicólogos que assumiu o citado cargo foi significativo. Alguns desses profissionais tentaram sedimentar a prática *psi* em seu espaço de trabalho. Em 1992, por meio do provimento 002/92, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 05/05/92, o Núcleo de Psicologia da 2ª Vara de Menores da Comarca da Capital foi criado. Como descrevem Teixeira e Belém (1999, p.59-60), "a criação do Núcleo de Psicologia surge da iniciativa individual de um Juiz, não refletindo, portanto, uma política de implementação do Estatuto pelo Poder Judiciário-RJ". Os profissionais do Núcleo trabalhavam como comissários de menores e técnicos judiciários em desvio de função, pois ainda não existia o cargo específico de psicólogo junto ao Poder Judiciário no estado.

Em outubro de 1992, como resultado do intercâmbio iniciado entre o Curso de Especialização em Psicologia Jurídica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o Núcleo de Psicologia da 2ª Vara, foi realizado o Seminário *Psicologia e Instituições de Direito: a prática em questão*. No decorrer do evento,

discorrendo sobre as dificuldades enfrentadas pelos psicólogos que atuavam na Justiça àquela época, Mures (1994, p.59) sustentou que os mesmos estavam na "clandestinidade", havendo preocupação dos órgãos de classe com o efetivo reconhecimento do cargo junto ao Poder Judiciário.

No início da década de 1990, quando Brito realizou pesquisa em Varas de Família no município do Rio de Janeiro, verificou que o trabalho pericial era praticado por diferentes categorias profissionais, tais como assistentes sociais – que na época faziam parte do quadro judiciário – e profissionais autônomos, como pediatras, psiquiatras, psicanalistas e psicólogos. A autora avaliou que os magistrados já apresentavam demanda por um trabalho contínuo dos psicólogos, pois reconheciam que, dada a complexidade emocional de algumas situações familiares, muitas sentenças judiciais não eram cumpridas, persistindo o conflito familiar (Brito, 1993). Notavam que, quando o amor se rompe, pode se transformar em raiva, em desilusão, conduzindo os ex-parceiros às portas do Judiciário, demandando ao juiz que resolva/cale aquela dor. Alguns magistrados percebiam, já naquela década, que as matérias tratadas em Varas de Família estão impregnadas de conteúdos psíquicos, justificando o trabalho no rumo da mediação do conflito conjugal.

Em 1996, o Núcleo de Psicologia da 2ª Vara da Infância e da Juventude passou a ser um serviço de assessoria tanto da 1ª como da 2ª Vara, sendo que, em 1998, quando esta última passou a ocupar outro prédio, houve divisão do serviço, constituindo-se assim um Núcleo de Psicologia em cada um dos respectivos juízos (Teixeira e Belém, 1999).

Também em 1996, após longa luta da categoria, o governo do estado do Rio de Janeiro sancionou a Lei 2602, criando o cargo de psicólogo no quadro permanente de pessoal da 1ª Instância do Poder Judiciário. No ano de 1998, foi realizado concurso público para preenchimento de 87 vagas de psicólogos, sendo que os profissionais aprovados começaram a ser convocados em 1999. Neste mesmo ano, o Provimento 39/99 da Corregedoria Geral da Justiça estabeleceu as atribuições dos psicólogos e dos assistentes sociais no âmbito do Poder Judiciário. Em 28 de agosto de 2000, foi realizado o 1º Encontro de Psicólogos Jurídicos do Estado do Rio de Janeiro, organizado por profissionais da 1ª Vara da Infância e da Juventude, que previram periodicidade anual para a realização do evento. Em 11 de junho de 2001, após intensas negociações, a Lei 3613 criou mais 26 vagas de psicólogos, preenchidas por profissionais aprovados no concurso. Os psicólogos foram designados para trabalhar em Comarcas nos diversos municípios do Rio de Janeiro. Na capital foram alocados, no total, 33 profissionais, sendo que, inicialmente, não houve lotação nas Varas de Família que descontam custas judiciais no Fórum do Centro do Rio de Janeiro.

O divórcio/separação: a dor do sonho desfeito

Para se entender a necessidade da colaboração da Psicologia junto ao Direito de Família, faz-se mister demarcar o cenário emocional que envolve as separações.

A separação/divórcio implica uma sucessão de eventos emocionais, legais, sociais e financeiros que, muitas vezes, geram instabilidade – quadro retratado principalmente no primeiro ano da separação, visto como um período de turbulências e sofrimento para todos os membros da família. Para muitos, o fim de um casamento é das situações mais estressantes que o ser humano pode enfrentar, pois envolve a interrupção abrupta dos planos de vida, nos quais investiram afeto, sonhos de felicidade e mesmo bens materiais.

Wallerstein et Kelly (1998) verificaram que na separação são comuns as brigas intensas entre os ex-cônjuges e as dificuldades quanto às atribuições dos papéis a serem exercidos na nova organização familiar. Assim, muitas vezes, algumas pessoas chegam aos tribunais disputando a guarda dos filhos ou tentando impedir o outro genitor de visitá-los. Deslocam a mágoa do fracasso conjugal para o litígio, transformando o judiciário em um espaço para reclamar o sonho de *felicidade eterna*, perdido no cotidiano. Nesta guerra interminável, quem paga o maior ônus são os filhos do casal, que sofrem com o clima beligerante entre seus pais. Muitas crianças chegam a apresentar sintomas somáticos em decorrência da desagradável vivência das disputas entre os responsáveis.

Em função destas questões, foi idealizado o projeto de pesquisa *Separação, Divórcio e Guarda dos filhos – questões psicossociais implicadas no Direito de Família*, há dois anos em desenvolvimento, coordenado pela Profa. Leila Maria Torraca de Brito. No trabalho de campo da referida pesquisa foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e individuais com os operadores do Direito (juízes, representantes do Ministério Público e advogados) que atuam nas Varas de Família de diversos municípios do estado (Campos, Friburgo, Macaé, Rio, Niterói, Petrópolis), a fim de averiguar como estes profissionais percebem questões referentes ao exercício do dever parental de pais separados e como costumam aplicar a lei nestes casos. Também foram feitas entrevistas com pais e mães separados, residentes nos municípios pesquisados, para verificar como vivenciaram o processo de separação judicial e como tem sido a convivência entre pais e filhos após este feito. O terceiro grupo entrevistado foi o dos psicólogos, com ingresso recente nas Varas de Família dos mesmos municípios, procurando-se compreender como vem ocorrendo a atuação destes profissionais, quais as demandas e as dificuldades encontradas para realização do trabalho.

Guarda e guardiões

Quando o casal se separa e não resolve amigavelmente sobre divisão de bens, regulamentação de visitas, guarda dos filhos e pensão alimentícia, atribui à Justiça a solução para o impasse. Nesta situação, o magistrado, ao se deparar com as versões conflitantes oriundas dos pais, pode requerer a presença do psicólogo na função de perito, para que este avalie e aponte qual dos genitores possui melhores condições para atender às necessidades dos menores de idade, restando ao outro genitor o direito de visita e de fiscalização, conforme estabelece o artigo 1584 do Código Civil de 2002.

Um dado que se mostrou relevante na pesquisa empreendida foi a compreensão dos operadores do Direito de que muitos pais e mães usam seus filhos como arma para atacar, ferir e prejudicar o ex-cônjuge, seja de forma consciente ou não, fato que impõe reflexão sobre os limites do litígio pela guarda e sobre a necessidade de colaboração da Psicologia neste contexto.

Cabe destacar que, tradicionalmente, a perícia psicológica é o recurso que vem sendo utilizado nas Varas de Família. Nos procedimentos periciais, normalmente se usa como instrumento a aplicação de testes projetivos e a realização de entrevistas, buscando avaliar a situação familiar e identificar aquele genitor que possui melhores condições para o cuidado das crianças. No entanto, segundo diversos autores (Rivas, 1995; Gonzalez, 1993), o procedimento pericial pode acarretar sofrimento emocional em todos os envolvidos, sobretudo nos menores de idade periciados, que ficam angustiados em saber que estão sendo testados e que são alvo da disputa travada entre os pais.

A avaliação diagnóstica de cada membro da família para a determinação do genitor que apresenta melhores condições foi contestada, inclusive, pela Comissão de Ética do CRP-05, conforme constatou Brito (1993). No entender da citada Comissão, ao fazer tal escolha, o profissional está realizando um julgamento, provavelmente contaminado de idéias pré-concebidas sobre o que significa ser bom pai e boa mãe.

Ramos e Shaine (1994) afirmam que a avaliação do *melhor* genitor para obter a guarda dos filhos tem contribuído para alimentar e acirrar o litígio, pois as partes são levadas a proceder à produção de provas contra o ex-cônjuge. Buscando o ganho da causa, cada genitor tenta denegrir e aniquilar o outro, em acusações nas quais se confundem papéis parentais e papéis conjugais, aumentando a tensão e o conflito familiar.

Acredita-se ainda que a busca do genitor com melhores condições pode acarretar sérios prejuízos quanto ao exercício da parentalidade, pois algumas vezes a parte preterida adota o não cumprimento das visitas, distanciando-se dos filhos, ou termina por recorrer da decisão, cristalizando o litígio, deixando as crianças em permanente clima de insegurança e angústia por não saberem com quem vão residir. Além do mais, como será explicado aos menores de idade o resultado do concurso judicial? Que o perdedor não é um bom pai? Qual o benefício desta distinção?

Para tentar resolver as conseqüências nefastas provocadas pela escolha do *melhor* genitor, e considerando a perspectiva do interesse da criança, a convivência familiar – expressa em nosso texto Constitucional e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança – torna-se um direito dos menores de idade. Para seguir tal indicação, muitos países têm adotado o modelo de guarda conjunta, ou autoridade parental conjunta. Esse dispositivo privilegia a continuidade da relação da criança com os dois genitores, que, simultaneamente, devem manter a responsabilidade pelos cuidados relativos à criação e à educação de seus filhos. Evita-se, com a guarda conjunta, a exclusão de um dos pais do processo educativo de sua prole e a sobrecarga do outro, reafirmando-se os sentimentos de responsabilidade de ambos. Infelizmente, na pesquisa

realizada verificou-se que este modelo de guarda ainda encontra resistências por parte de alguns operadores do Direito no estado do Rio de Janeiro, sendo necessários esclarecimentos a respeito das vantagens da guarda conjunta para o desenvolvimento infanto-juvenil.

No transcorrer da pesquisa foi observado também que, devido ao reconhecimento do direito de expressão e informação de que dispõem os menores de idade, expresso na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos processos de separação alguns magistrados têm ouvido crianças a partir de sete anos, porque acreditam que a oitiva é relevante para esclarecer com quem desejam permanecer. Declararam os magistrados que procuram atender os desejos dos mesmos, respeitando o interesse dos pequenos e avaliando as circunstâncias do caso por meio da perícia social e, quando possível, da perícia psicológica. Reconheceram, ainda, que nestes depoimentos as crianças podem ser influenciadas, mas acreditam que conseguem discernir tais manobras. Foi constatado que geralmente os menores de idade são ouvidos pelo Juiz e pelo representante do Ministério Público na sala de audiências, espaço quase sempre inadequado para tal fim. Relatam alguns autores (Thery, 1992; Gonzalez, 1993) que muitas crianças vivem esta experiência com extremo desconforto, pois sabem que terão de falar sobre o conflito de seus pais e decidir sobre uma situação que não foi criada por elas. Outras, de forma saudável – conforme classifica Gonzalez (1993) –, podem não querer se manifestar, recusando-se a apontar preferências.

Algumas mães que responderam à pesquisa afirmaram seu desejo de maior participação dos pais nos deveres e preocupações em relação à prole. Em contrapartida, outras reconheceram que, mesmo sobrecarregadas, preferem a distância do ex-marido, para que elas possam conduzir, sozinhas, a educação dos filhos. Como demonstram as estatísticas do IBGE, a justiça brasileira segue privilegiando a guarda dos filhos às mães, refletindo, talvez, o paradigma higienista de que a genitora é a guardiã natural e desconsiderando a igualdade de direitos prevista na Constituição de 1988.

Ao mesmo tempo, alguns pais pareciam acreditar que a criação dos filhos é de responsabilidade feminina e *sumiam*; enquanto outros homens mantinham-se distantes da prole para evitar contato, por vezes desgastante, com a ex-mulher. Por outro lado, encontraram-se pais que lamentaram efusivamente a limitada convivência com seus filhos demarcada pelas visitas quinzenais, queixando-se também das ex-esposas que resolvem tudo sozinhas, sem sequer comunicá-los sobre eventuais mudanças ocorridas na vida dos meninos, como a troca de escola, por exemplo.

Embora a grande maioria dos entrevistados tenha feito acordos amigáveis, homologados nas audiências, alguns revelaram que, depois de certo tempo, as decisões judiciais passaram a não ser cumpridas, provocando reincidências processuais. Admitiram que a separação envolve sentimentos de rejeição, humilhação, raiva, desapontamento e frustração, e que lidar com tais emoções é tarefa das mais difíceis. Os pais ressaltaram que se tivessem encontrado no judiciário um psicólogo para conversar e esclarecer as

dificuldades da separação e a importância e possibilidade de manutenção da convivência com seus rebentos, teriam tentado encaminhamentos diferenciados em relação aos cuidados com os filhos.

Definindo papéis

Alguns autores (Brito, 1993; Ramos e Shaine, 1994) defendem que a atuação dos psicólogos no contexto das Varas de Família deve ocorrer por meio da estruturação de uma equipe interdisciplinar, responsável pelo atendimento dos membros da família. Nesses encontros, devem ser esclarecidos os deveres e direitos parentais, assim como a importância do convívio da criança com as duas linhagens, visando ao estabelecimento de um consenso quanto ao cuidado da prole, ou ainda uma oportunidade para que os ex-cônjuges se libertem do litígio. Por meio da escuta e da mediação, investe-se na competência e autonomia dos componentes deste núcleo familiar, para que encontrem a solução própria, em um exercício de cidadania (Ribeiro, 1999).

Verificou-se, na pesquisa realizada, que no Fórum do Centro do Rio de Janeiro ainda não foi possível a estruturação de uma equipe interdisciplinar, pois só recentemente os psicólogos foram alocados na Varas de Família públicas, apesar de os juízes reconhecerem que este trabalho reduziria o retorno dos processos dos *eternos litigantes* e descongestionaria o judiciário.

No entanto, constatou-se que, em decorrência do concurso realizado, outros municípios pesquisados contam com o trabalho de psicólogos junto às Varas de Família locais, apesar de este ainda ser, na maioria das vezes, um ofício solitário. Como a coordenação de Psicologia foi extinta no ano de 2001, por meio do provimento 08/2001 da Corregedoria Geral da Justiça, os psicólogos queixaram-se por não possuir referências para as atividades a serem realizadas, permanecendo isolados em suas Comarcas.

Os profissionais de alguns municípios pesquisados demonstraram preocupação em esclarecer que não devem ser requisitados apenas como peritos, conforme ocorria antes da existência do cargo. De acordo com o relato de uma entrevistada, “A Psicologia ainda está se constituindo, está se formando o perfil do psicólogo. Tentamos fazer um trabalho de intervenção.” Alguns profissionais revelaram que havia pouca solicitação das Varas de Família para a realização de tarefas, apontado dificuldades no diálogo com certos operadores do Direito. Lamentaram, por vezes, a falta de espaço físico adequado, indispensável à privacidade no atendimento às famílias litigantes. Como a maioria dos processos ainda era encaminhada apenas para o serviço social, foi constatada uma dificuldade da instituição em diferenciar a área de atuação das duas categorias profissionais. Por sua vez, alguns psicólogos transmitiram um certo desconhecimento sobre as funções que poderiam, ou deveriam, desenvolver nas Varas de Família, quando pareciam aguardar por determinações superiores, apesar do elenco de atribuições dispostas no Provimento 39/99.

Conclusão

No apagar das luzes do séc. XX, as estruturas familiares mudaram. Papéis e atribuições maternos e paternos não são delimitados pelos padrões de outrora, revelando alterações nos costumes que, aos poucos, vêm sendo reconhecidas pela legislação. É neste cenário que tem início a construção da história do psicólogo jurídico nas Varas de Família do estado do Rio de Janeiro.

A separação deve ser uma alternativa para resolver a falência amorosa e não uma batalha judicial alimentada pelo ódio eterno. Quando o casal tem filhos, estes já sofrem com a separação e não precisam ser usados como instrumento de *vendetas* nas desavenças conjugais. Neste clima passional, a intervenção do psicólogo pode colaborar com os genitores para a compreensão de que o rompimento matrimonial não deve se estender à ruptura parental. Visa-se, principalmente, ao desenvolvimento de um trabalho que propicie um menor desgaste emocional às partes envolvidas, preservando as relações afetivas entre pais separados e seus filhos e reduzindo as seqüelas da separação.

Nos municípios pesquisados no estado do Rio de Janeiro, os psicólogos concursados têm trabalhado, quase sempre, sem compor equipe – o que pode minimizar a força necessária à consolidação do cargo junto à Corregedoria de Justiça. Persiste, porém, o empenho com a responsabilidade e o dever de criar, no espaço judicial, prática adequada aos ideais éticos da Psicologia para assegurar, aos que buscam a Justiça, o pleno exercício da cidadania.

Considera-se que o psicólogo jurídico pode ser de grande valia para viabilizar a guarda conjunta, forma possível de assegurar às crianças e aos adolescentes uma convivência familiar ativa e permanente com seus genitores, pois estes decidiriam, juntos, as grandes escolhas da vida relativa à prole, num ambiente de respeito e cooperação. Com esta modalidade de guarda, reintegra-se a palavra do pai, que não pode continuar sendo designado como simples genitor visitante, com a complacência dos profissionais da Psicologia.

No breve relato dessas histórias, que enfocam facetas do Direito de Família e da Psicologia, conclui-se pela necessidade de uma clara definição de papéis, tanto de pais e mães separados quanto de psicólogos que aportam as Varas de Família.

Referências bibliográficas

BRITO, Leila. *Se-pa-ran-do: Um estudo sobre a atuação do psicólogo nas Varas de Família.* Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará/UERJ, 1993.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar.* Rio de Janeiro: Graal, 1989.

DELGADO, Pedro Gabriel. *As Razões da Tutela- psiquiatria, justiça e cidadania do louco no Brasil.* Rio de Janeiro: Te Corá,1992

DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias.* Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1986.

FOUCAULT, Michel. *A Verdades e as Formas Jurídicas.* Rio de Janeiro: Nau, 1996.

GONZALEZ, Marta Ramirez. Los hijos como objeto de evaluación em los processos de custodia disputada. In: *Revista da Asociacion de Psicólogos Forenses de la Republica Argentina,* ano 5, (8), junio de 1993, p.64-74.

MURES, Neli. Ética e desempenho profissional. In: Brito (org.*) Psicologia e Instituições de Direito: a prática em questão.* Rio de Janeiro, Comunicarte/UERJ/CRP-05, 1994, p.59-62.

RAMOS, Magdalena e SHAINE, Sidney. A Família em Litígio. In: Ramos, M (Org.). *Casal e Família, como paciente.* São Paulo: Ed. Escuta,1994, p. 95-122.

RIBEIRO, Marília. A Psicologia Judiciária nos Juízos que tratam do Direito de Família no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. In: Brito, L. (Org.) *Temas de Psicologia Jurídica.* Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará,1999, p.161-170.

RIVAS, Maria Fernanda. El visitante, una nueva mirada al padre em los casos de família. In: *Encuentros,* Argentina, vol.4, (11), nov. 1995, p.28-29.

TEPEDINO, Gustavo. O Papel da Culpa na Separação/ divórcio. In: Pereira (org.) *Anais do I° Congresso Brasileiro de Direito de Família*. Belo-Horizonte:Ed. Del Rey,1999, p191-206.

TEIXEIRA, Maria de Fátima. Criação do Cargo de Psicólogo no Poder judiciário do Rio de Janeiro: uma luta necessária. In: Brito (org.*) Psicologia e Instituições de Direito: a prática em questão.* Rio de Janeiro, Comunicarte/UERJ.CRP-05, 1994, p.55-58.

TEIXEIRA, Maria de Fátima e BELÉM, Ruth. Breve relato sobre a implantação de um

serviço de Psicologia jurídica. In: Brito, L. (Org.) *Temas de Psicologia Jurídic*a. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 1999, p.59-72.

THERY, Irene. Nouveaux droits de l'enfant, la potion magique? *Esprit.* Paris, mars-avril 1992, p.7-30.

VERANI, Sérgio. Alianças para a Liberdade. In: Brito (org.*) Psicologia e Instituições de Direito: a prática em questão* .Rio de Janeiro, Comunicarte/UERJ/CRP-05, 1994, p.14-20.

WALLERSTEIN, J. ET KELLY. *Sobrevivendo à Separação: como os pais e filhos lidam com o divórcio.* Porto Alegre: Ed. Artmed, 1998.

O "MAL" DE R. : CONSTRUÇÕES DE UMA HISTÓRIA

Maria Cristina Fernandes Lima [1] & Lygia Santa Maria Ayres[2]

RESUMO

Nesse artigo, tomando como analisador um "caso vida", ou seja, a história de **R**., que durante algum tempo transitou no Juizado da Infância e da Juventude de uma Comarca do Interior do Rio de Janeiro,

[1] Mestre em psicologia social pela UERJ e Psicóloga do Juizado da Infância e da Juventude de uma Comarca (2002)

procuramos problematizar como diferentes discursos dos especialistas vão construindo determinados padrões de comportamento, patologias, histórias de vida. As questões e análises aqui apresentadas partem das contribuições da genealogia histórica e da Ordem do Discurso trabalhadas, dentre outros, por Michel Foucault, das ferramentas da Análise Institucional Francesa e da Análise do Discurso de Pêcheux, e se apresentam não como a "verdade", mas como uma possibilidade de leitura e entendimento das questões/instituições que atravessam e constituem discursos psi. Discursos que no judiciário marcam vidas e selam destinos como os de **R.**

ABSTRACT

R's «Ilness»: A Life Story Construed

Research on the influences by Psychology specialists in the specific case of "R" whose nonage condition was the matter of a lawsuit referred to the Court of Minority of a town in Rio de Janeiro State. Behaviour standards, pathological state and even a whole life story so influenced are questioned under Michel Foucault's doctrine on Discourse as well as under historical perspective. The traditional french psychoanalysis besides Pecheu's Analysis on Discourse also served as references to an accurate appraisal on the consequences of the unlimited "psy" interference in sealing one's destiny as it was to "R".

Nossa questão emerge a partir de algumas intervenções no Judiciário. Voltadas à temática da Infância e da Adolescência, mergulhamos na análise de determinadas práticas psicológicas produzidas nesse campo com o objetivo de problematizar, a partir de um único caso, como diferentes formações discursivas abrem diferentes possibilidades de construções de uma história de vida. Iniciamos nossa trajetória por uma breve contextualização da história da construção de práticas psicológicas nesse aparato jurídico.

Na instituição justiça, a demanda encaminhada à psicologia concentra-se, ainda hoje, basicamente na solicitação de laudos psicológicos que orientarão o juiz em suas decisões. Percebemos, entretanto, que somos chamadas, na maioria das vezes, quando "detecta-se"[3] alguma situação-problema, ou seja, quando sentem, os especialistas, a necessidade de se "desvendar a verdadeira essência do indivíduo", seus "reais" desejos e impulsos – objeto de investigação da psicologia, segundo a visão hegemônica.

[3] Normalmente via o serviço social, área de forte peso qualitativo e quantitativo no judiciário.Ver AYRES e Col (2002)

Foucault (1984) refere-se também a essas práticas que emergiram, na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, pela via da medicina higienista, como dispositivos disciplinares, práticas essas que se afirmam na docilização dos corpos e no enquadramento às normas. No Brasil, tais práticas ganharam força e visibilidade no início do século XX, e nos juizados se fortaleceram na metade deste século, basicamente nas figuras do assistente social e do psicólogo.

Se o assistente social tinha por tradição e formação uma visão predominantemente assistencialista, o psicólogo apostava numa concepção de homem individual, ahistórico e descontextualizado, portanto, apolítico.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)[2] foi o instrumento de legitimação do psicólogo na instituição justiça infanto-juvenil. Apesar de apontar, em seus artigos 150 e 151 para a necessidade de manutenção de equipe interprofissional (assistente social e psicólogo) destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude, através de laudos escritos ou verbais, o cargo efetivo de psicólogo no quadro permanente da 1ª Instância do Poder Judiciário do Rio de Janeiro só foi criado em 17 de julho de 1996, através da lei nº 2602, sendo o primeiro concurso público realizado em 1998 e, em 1999, os primeiros psicólogos aprovados iniciaram suas atividades no juizado. No entanto, este especialista ali já se assentava, em algumas comarcas do estado do Rio de Janeiro, desde a década de 80. Nesta ocasião, o serviço de psicologia, quando existia, funcionava com profissionais cedidos de outras instituições governamentais, servidores do quadro administrativo da justiça com formação em psicologia em desvio de função ou voluntariado.

Em nossas análises, percebemos que a psicologia que foi sendo legitimada no Brasil e regulamentada em 1962 surgiu como mais um dos fios que teciam a nova ordem social, propondo-se a dar conta de um indivíduo, ou de uma massa deles, que necessitava ser "padronizado", isto é, deveria sentir, pensar e comportar-se segundo normas previamente estudadas cientificamente e determinadas pelos especialistas. Testes de personalidade, de habilidades, de inteligência, técnicas de interação e habilidades sociais proliferam na década de 70 com o intuito de classificar, rotular, padronizar e treinar os indivíduos. O discurso à época pressupunha que a psicologia possuía a chave da normalidade e da felicidade dos homens, o que de certa maneira prevalece ainda hoje.

Assim, a psicologia foi-se constituindo, conquistando espaços e se afirmando enquanto um saber científico, pretensamente neutro, objetivo, ahistórico e apolítico, tendo como finalidade intervir e administrar os comportamentos dos indivíduos, mediante o controle destes, instaurando, por essa via, verdades e formas quase que imperceptíveis de poder.

[2] Lei Federal 8069 de 13 de julho de 1990, que vem substituir o Código de Menores de 1979, redirecionando e redimensionando a política de proteção à infância e à adolescência.

"... a disputa acerca da verdade ou falsidade de determinadas crenças é sempre simultaneamente o debate acerca do direito de alguns de falar com a autoridade que alguns outros deveriam obedecer, a disputa é acerca do estabelecimento ou reafirmação das relações de superioridade e inferioridade, de dominação e submissão, entre os detentores de crença" (Bauman,1999:143).

Rompendo, então, as barreiras da clínica, sua forte área de concentração, a psicologia foi invadindo as escolas, os hospitais e o judiciário, nosso campo de análise. Brito (1999), em suas pesquisas, afirma:

"... Intensamente influenciada pelo ideário positivista e privilegiando o método científico empregado pelas Ciências Naturais, particularmente a Biologia, a Psicologia jurídica também teve sua origem ligada à aplicação de testes, quando determinava-se que a compreensão dos comportamentos passíveis de ação jurídica deveria ser aferida através de instrumentos de medida desenvolvidos pela psicologia..."(p.222)

Constatamos, ainda, no processo de construção da história da psicologia que algumas expressões se legitimaram enquanto referências universais e verdades, tais como: "*carência afetiva", "instabilidade emocional", "falta de limites internos", "desestruturação familiar", "desvio de comportamento" "personalidade narcísica", "agressividade latente", "deficiente",* dentre outras. Paralelamente, no Direito, outras instituições foram sendo produzidas e afirmadas, tais como *"menor", "infrator", "periculosidade*". E, no encontro da psicologia com o judiciário, tais expressões-conceitos , pelo sentido que imprimem, passaram a regular a vida de milhões de brasileiros pauperizados[4].

Entretanto, se por um lado a psicologia vinha, de um modo geral, se firmando nas teias do positivismo técnico-científico, outras engrenagens contra-hegemônicas já são postas em movimento. Essas, ainda que minoritárias, vêm construindo um novo olhar às questões relativas à infância e à juventude empobrecidas de nosso Estado. Partindo de concepções teóricas que compreendem o sujeito enquanto coletivo e multiplicidade, constroem um outro cenário e escrevem outras histórias. Histórias constituídas por vidas...

Nesse sentido, pretendemos com esse trabalho, a partir de um único caso-vida, perceber como práticas distintas produzem objetos, sujeitos e histórias diferenciadas.

Num primeiro momento, analisamos, de um único processo, alguns discursos especialistas, em diferentes momentos da história de vida de **R.,** nosso personagem, procurando evidenciar como estes vão construindo histórias marcadas por faltas e patologias. Num segundo movimento, apontamos, através da

[4] Apesar de o ECA legislar para toda a população infanto-juvenil, concretamente a demanda produzida e que aporta ao Juizado é composta basicamente por crianças, jovens e famílias de baixa renda

experiência de uma das autoras como especialista do judiciário, como esta ouve e tece outras histórias sobre o sujeito em questão.

Tomamos como objeto de análise os discursos produzidos nas diferentes intervenções. Optamos por esse percurso por acreditarmos no discurso como prática social, ou ainda, nas palavras de Rocha-Coutinho (1998), uma ação situada socialmente.

> *"... tomar a palavra passa a ser visto como um ato social, com todas as suas implicações, conflitos, reconhecimentos, relações de poder, resistências... "(p.323)*

É nesta ótica que caminhamos, percebendo os fatos não enquanto "verdades absolutas e universais", mas sim como produções datadas e contextualizadas. Não como um fato dado "a priori" a partir de um referencial teórico que supõe uma essência dos objetos. Apostamos, sim, na pluralidade dos objetos, nas relações produzidas entre sujeitos, entre sujeitos e objetos. Paul Veyne (1982) nos esclarece, com base em Foucault:*"...os objetos parecem determinar a nossa conduta mas, primeiramente, nossa prática determina esses objetos..."(p.159)*

Munidas, então, desses conceitos-ferramentas, analisamos as histórias produzidas por diferentes práticas/intervenções "psi", tomando como parâmetro um processo-vida tramitado num Juizado da Infância e da Juventude de uma Comarca do Rio de Janeiro.

O "Mal" de R: Construções de uma História: cronologia dos autos

Sujeito: **R.** Idade: 20 anos sexo**: masculino**

Situação Geradora: Em 1995, a avó de R. comparece à Justiça da Infância e Juventude e solicita internação do neto de 12 anos, em função de problemas de agressividade apresentados pelo neto.

No segundo semestre de 1995, procede-se à primeira internação do menino em clínica psiquiátrica, cujo laudo psicológico revelava um distúrbio caracterizado por um quadro de agressividade e rejeição às normas, conduzindo a desvios de conduta. Sem contar com a presença de comprometimentos na esfera da afetividade, agravado por problema sócio-familiar-econômico.

Posteriormente, o mesmo é desligado da clínica após a solicitação de alta da equipe do estabelecimento.

No semestre seguinte, o juiz solicita perícia psicológica, objetivando saber se o adolescente sofria de algum tipo de doença mental, as causas prováveis, o tratamento mais adequado ao caso e as repercussões da doença na sua vida em geral, obtendo como resposta uma afirmativa que endossa o parecer anterior.

Na segunda metade do mesmo ano, a clínica psiquiátrica apresenta novo laudo, no qual solicita transferência para outro estabelecimento, justificando a remoção por tratar-se de uma entidade que trabalha com uma clientela constituída basicamente por pacientes psicóticos adultos.

De acordo com este ponto de vista, R. apresenta distúrbios de comportamento que têm como origem o meio familiar emocionalmente desestruturado, com baixo nível sócio-econômico, aliados à constatação que de vários membros da família fazem uso abusivo de substâncias alcóolicas.

De posse das supracitadas considerações, o magistrado solicita a real dimensão da enfermidade de R., a fim de avaliar os efeitos de uma possível desinternação.

Em meados de 1997, há uma audiência em que se reúnem os operadores de Direito – promotor de justiça, defensor público e juiz –, o psiquiatra da entidade, R. e seus familiares, com a finalidade de traçar estratégias que mais bem atendessem às especificidades do adolescente, para o que o relato do psiquiatra foi fundamental. Este afirmava que o jovem, por decorrência de seu histórico de vida, possuía uma personalidade pré-mórbida com terreno propício para o desenvolvimento de uma psicopatia, que emergiria provavelmente no período da adolescência, no que se fazia pertinente um trabalho preventivo para afastá-lo de qualquer influência perniciosa do ambiente. Chegou-se, então, a um acordo em que o melhor para R. seria a internação numa clínica psiquiátrica que respeitasse a proximidade da família, a qualidade dos serviços prestados, a inexistência de estabelecimentos que contemplassem esta faixa etária e, principalmente, a anuência do jovem.

Quatorze meses depois, consta um relatório que reforça o diagnóstico de sócio-patia e sugere uma internação num estabelecimento de longa permanência em regime de reclusão.

Em 1999, a equipe sugere alta hospitalar e encaminhamento para o CAPS. No entanto, o referido adolescente só é liberado meses depois.

Em 2000, uma tia comparece ao Fórum reclamando da conduta do sobrinho, para o qual determina-se um outro exame pericial que recomendava nova internação. Porém, no final deste mesmo ano, ela retorna ao cartório indagando quanto à data da realização da perícia, no que é cientificada do respectivo laudo protocolado no juízo, o qual contesta, alegando que o sobrinho não foi submetido ao referido exame.

Diante deste contexto, o Ministério Público sugere outra internação, no que é acatado imediatamente.

Mais uma vez, a equipe técnica da entidade não aconselha a permanência, já que o mais indicado para R. naquele momento seria um tratamento ambulatorial.

Finalmente, em janeiro de 2001, o rapaz, prestes a completar dezoito anos, é entregue aos responsáveis.

Esta cronologia que contempla todo o trâmite processual da vida de um adolescente nos revela como a máquina judiciária vem funcionando como um dispositivo de disciplinarização, produzindo objetos sociais

e não sujeitos sociais, dando visibilidade e materialidade a uma série de instituições (psiquiatria, psicologia), onde em nenhum momento se levam em consideração muitas das histórias de **R.** Percebe-se que verdades vão sendo legitimadas.

R., dentro dessa perspectiva cientificista e reducionista, é apenas uma categoria nosológica, cujo caminho já está delineado nos compêndios "psi". Prioriza-se nesta intervenção, através do monitoramento dos "comportamentos-sintomas" (*agressividade, hiperatividade)*, a apreensão da essência do "mal"de **R.**, visando seu controle e ajustamento.

Os pareceres sobre **R.** atestam incapacidades e faltas. Produzem certas marcas, ao mesmo tempo em que apagam outras.

Produção tão competente que para se sobrepor no mundo precisa fazer calar a voz do jovem, precisa apagar qualquer traço, marca de singularidade que possa deixar transparecer nas entrelinhas de sua conduta dita desviante.

As motivações que levaram a família de **R**. a recorrer ao Juizado prendem-se à falta de políticas públicas, à precariedade de infraestruturas comunitárias, bem como aos sentimentos de impotência já assumidos como forma de desqualificação de seu papel/lugar na orientação e condução de "filhos dóceis e educados". Percebe-se que as condições sócio-econômicas desse grupo familiar foram decisivas na construção da história de **R.**. Santos (2000) ratifica tal situação em sua pesquisa, ao afirmar que

> *"... também não é raro que pais e mães aflitos, sentindo-se incapazes de resolver problemas com seus filhos "rebeldes", recorram por vontade própria à justiça a fim de que esta, através da autoridade que sentem faltar-lhes, tome o problema sob sua responsabilidade. Tal movimento por parte das famílias encontra-se intimamente ligado ao incessante processo de desqualificação de que vêm sendo vítimas"(p.22)*

Assim, a orientação do/pelo Juizado é percebida como a solução possível. Inicia-se, desse modo, a história "oficial" de **R.** As mecânicas jurídicas que conduziram **R.** à internação/hospitalização são pautadas na disciplina, a fim de garantir sua "ressocialização". Percebe-se que **R.**, uma vez internado em estabelecimento psiquiátrico, iniciou sua "carreira" de patologismos.

Percebe-se, ainda, a ótica de condução dessa história-processo: a segregação, a exclusão social e a desqualificação de uma vida. Já em 1996, a equipe desaconselhava a internação nesse estabelecimento

psiquiátrico; no entanto, **R.** ali permaneceu até 2000, ou seja, ali passou a sua adolescência... Ali cresceu... Ali aprendeu a se desvalorizar... Ali conheceu e entendeu a diferença entre **Menor e Criança**[5]...

Em síntese, até que ponto as práticas "psi" pautadas na dita cientificidade, na suposta objetividade e descoladas da realidade atual de nosso país, não produzem "histórias psicologizantes/ patologizantes"? Não desconsideram e desqualificam uma outra história vivida pelo sujeito em questão? É como nos aponta Foucault (2000): *"... o homem não é, ele próprio, histórico: uma vez que o tempo lhe vem de fora dele mesmo, ele não se constitui como sujeito da História senão pela superposição da história dos seres, da história das coisas, da história das palavras..."(p.511)*.

Não será nosso objeto de investigação as relações produzidas entre Sujeito e Sociedade ? Sujeito e Cidadania?

É com essa lógica de intervenção, e norteada por uma psicologia calcada nas múltiplas realidades que constituem aquilo que chamamos de social, que, em março de 2001, entrei em contato com **R**. Após me debruçar sobre as inúmeras páginas que desenhavam um determinado jovem, deparei-me com um outro que possuía um contorno bem diferente daquele expresso nos autos. À medida em que ia lendo o processo e me deparando com os inúmeros laudos (psiquiátrico, psicológico), um misto de indignação, revolta e estranhamento começou a me invadir, pelo simples fato de não saber quem era **R.**, ou seja, a história de que tomava conhecimento ali se referia basicamente a dizeres, fazeres e saberes autorizados que falavam de um evento-sintoma: a agressividade de **R.** que foi assumida como uma entidade, podendo ser remetida a qualquer indivíduo e ao mesmo tempo a nenhum deles.

Nos parágrafos, linhas e frases que se seguiram não se falava realmente de **R.**, do que ele gostava, do que sentia, de sua família, até mesmo de sua suposta agressividade; afinal, a história que vimos, até então, era a que foi traçada e determinada por outros, cabendo a ele cumprir somente o "destino" que foi "herdado" de sua família. Pois do ponto de vista dos pareceres técnicos, é natural que um meio ambiente, digamos, "emocionalmente desestruturado" seja propício para o surgimento de condutas socialmente reprováveis e que colocam em risco, no final das contas, o bem estar social e individual. Agora, resta saber de quem? Por que parece não ter sido registrado, pelo que pudemos depreender a partir das entrevistas, o que **R.** deixa claro em certos momentos, seu sofrimento e solidão ao estar no meio de adultos que "babavam", de ser privado de jogar bola, de circular livremente pelos espaços, de passar quase seis anos de sua vida dependendo da boa vontade de enfermeiros e da equipe de apoio do estabelecimento?

É justamente como uma medida protetiva preconizada pelo ECA, e respaldada pelo juizado, que se decide em audiência, e com a concordância de todos, pela internação em caráter preventivo, tendo como base o discurso do perito, que nos fala, com seus termos aparentemente isentos de parcialidade, da provável

[5] Concretamente, essas duas palavras, embora aparentemente sinônimas, possuem significados distintos na história do Brasil: **Menor,** criança de 0 a 18 anos, oriunda de classe sócio-econômica pauperizada, "filho do pobre". **Criança**, menor de idade (0 a 18 anos) oriundo de classes mais favorecidas, "filho do rico".

hipótese do desenvolvimento de uma psicopatia, dadas as circunstâncias situacionais da vida de **R.**. Tentava-se deter a evolução da virtualidade do "mal"de **R.**, utilizando para este fim, como uma das estratégias disciplinares, medicamentos psicotrópicos que também podemos considerar como drogas, as quais ele questiona em determinada ocasião.

Assim, os anos foram se passando, novos laudos foram sendo gestados, um, inclusive, elaborado sem a presença do garoto, e que produziu uma nova internação diante de mais uma queixa de seus familiares. Como mais um capítulo desta complexa novela, a equipe "psi" da clínica ressalta novamente que **R.** não possui o perfil contemplado pelos serviços de assistência psiquiátrica. E aí, então, por determinação judicial, o serviço de psicologia do juízo entra no caso em tela.

Nos encontros com **R.**, vi um sujeito e não um objeto de saber, ouvi histórias de sua vida. Logo na primeira entrevista, o jovem confidencia um certo temor em estar no judiciário e da possibilidade de retorno à clínica. Esclareci que o objetivo de minha intervenção visava, sobretudo, uma outra cartografia da situação: não mais hospitalização, mas a potencialização de suas qualidades e de suas vontades, sem negar que possam ter ocorrido dificuldades na vida de **R.**, o que até ele mesmo confirma – efeito de uma rede de relações que envolvem tramas familiares e infinitas linhas daí decorrentes, como a falta de uma política pública de saúde mental, principalmente nas áreas do interior do Estado ou a questão da hospitalização prolongada. A agressividade aí ganha uma nova dimensão: Não vai mais ser percebida como um sinal-sintoma, mas um acontecimento que dever ser conectado e lido dentro deste emaranhado de forças.

Vi também afeto. Fiz vínculos, ao contrário do que pude observar em um parecer no decorrer dos autos, que atestava a incapacidade dele em fazê-los. Observei como ele se relacionava com colegas, com os quais chegou a fazer uns poucos "bicos" de emprego. **R.** foi visto também em companhia de colegas na Prefeitura, providenciando documentos. Constatei movimento. O que fiz com tudo isso? Transportei todos esses atravessamentos para a avaliação psicológica solicitada pelo juiz. Trouxe, ainda, um pouco do corpo, do rosto, da voz de **R.** , algo que em nenhum momento anterior pareceu estar presente.

R. tinha medo de retornar ao hospital psiquiátrico, não queria tomar mais remédio, percebia-se diferente da clientela do estabelecimento, queria estar na rua. Queria viver!!!

Mais do que eu, preocupada com os seis anos perdidos de vida dele, ele queria viver o presente. **R.** tinha temor do judiciário, sabia que naquele lugar teria de dizer a verdade. Entretanto, ao conversar com ele procurei passar a minha forma de trabalho, na qual a verdade não era a meta. O caso-vida de **R.** me ensinou que como psicóloga eu não deveria ficar presa exclusivamente ao passado, ao que deveria ter sido e não foi, ser tomada pelo ressentimento e nostalgia, mas o que poderia fazer daqui para adiante e como contribuir enquanto técnica que lida com modos de subjetivação. Escrevi! Apontei algumas estratégias, tentei quebrar com uma certa prática presente no decorrer da ação processual que concebia **R.** como uma natureza, colocando em si e em sua família as responsabilidades e mazelas de suas existências. Apostei na mudança. O

juiz leu o relatório, considerou minhas sugestões e encaminhou ofício ao Posto de Saúde, a fim de proceder ao acompanhamento psicológico individual e familiar de **R.** Contudo, fui transferida para outra comarca, mas posteriormente tive notícias através da nova profissional que acompanhou **R.**, e que relatou ter a família retornado ao juízo solicitando internação junto ao Ministério Público, por conta da mesma conduta agressiva do jovem. De posse do processo e de meu relatório, ela problematizou junto à família tal solução, levando-os a repensar esse tipo de procedimento, recomendando um acompanhamento periódico do caso por parte do serviço de psicologia do judiciário, bem como a inserção do jovem no CAPS.

A minha participação na história de **R.** termina aqui, entretanto, esse processo-vida me afetou profundamente e me fez refletir sobre a implicação[6] não só como psicóloga da instituição judiciária, mas principalmente como em outras passagens de minha vida na qualidade de especialista.

A história das alianças entre as instituições psiquiátricas, psicológicas e judiciárias, denunciadas por Foucault[7] em alguns de seus trabalhos, nos apontam para "práticas mortíferas" como a internação, que, em nome de uma pretensa neutralidade, acaba por encarcerar milhares de pessoas. Apesar dos vários movimentos críticos contra as instituições totais não só no Brasil como em todo o mundo, o que mais nos impressiona é que tais práticas ainda vigoram.

Os discursos que vimos florescer em eras anteriores continuam com toda força no século XXI, produzindo subjetividades individuadas e pulverizando qualquer marca de singularidade que possa emergir. É aquela velha história que reedita as "novas" idéias com antigos "ideais", com roupagens pretensamente modernas. Mas existem as intensidades dos encontros, existe o acaso e a história que é vivida em todos os visitantes. Apostando no imprevisto, na ordem do acontecimento, do lugar que me foi outorgado como artífice de interiores[8] posso construir outras histórias. Falas mais insolentes, porque talvez ousem romper com uma certa forma hegemônica de conceber e fazer história, esta marcada pela linearidade e pela previsibilidade.

No meu trabalho no judiciário ouço histórias, construo histórias e as conto em meus relatórios...

Pudemos observar que a história de **R.** foi percebida, contada e vivenciada diferentemente. Se numa primeira abordagem, **R.** era apenas um conjunto de inúmeras patologias sociais e individuais, numa segunda vertente apresentava-se vivo em seus múltiplos atravessamentos. Era um menino, um jovem desprovido de redes mínimas de proteção social procurando se afirmar num mundo que, de certa forma, lhe era negado por ser pobre.

---

[6] Implicação, segundo Rodrigues (1991), é um conceito forjado pela Análise Institucional francesa que trata da análise dos vínculos (afetivos, profissionais e políticos) com as instituições em análise.

[7] Ver Vigiar e Punir (1984); Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão

[8] Termo cunhado por Baptista (2000), que diz respeito à formação de psicólogos como entidade fabril onde se produzem subjetividades interiorizadas.

Trouxemos e introduzimos essa questão, ou seja, a contribuição da psicologia no judiciário com a finalidade primordial de levantar o questionamento e suscitar o debate acerca de nosso papel/lugar nesse equipamento social. Que histórias nossas práticas podem e devem contar?

Referências Bibliográficas:

AYRES, LSM; BARBOSA, C; PRINCESWAL; M, CARVALHO, M e OLIVEIRA, Q. A Problematizando as redes que tecem as práticas dos especialistas no Juizado da Infância e da Juventude in NASCIMENTO, M.L (org) **PIVETES: A Produção de Infâncias Desiguais**, RJ: Oficina do Autor, Niterói: Intertexto, 2002.

BATISTA, L A., **A Fábrica de Interiores: a formação "psi" em questão**, Editora da Universidade Federal Fluminense,EdUFF, Rio de Janeiro Niterói, 2000.

BAUMAN, Z. **O Mal Estar da Pós- Modernidade, Rio de Janeiro,** Jorge Zahar Editor, 1999.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente,** Lei 8069/90.

BRITO, LMT, Rumos e Rumores da Psicologia Jurídica in **Psicologia Social: Abordagens Sócio-Históricas e Desafios Contemporâneos.** Editora UERJ, RJ, 1999.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas – Uma Arqueologia das Ciências Humanas,** Martins Fontes, SP, 2000.

_____ **Vigiar e Punir,** Editora Vozes, RJ, 1984.

RODRIGUES, H. B.C e SOUZA, V.L.B, A Análise Institucional e a Profissionalização do Psicólogo in SAIDON, O , KAMIKHOUI, V.R (ORG) **Análise Institucional no Brasil,** Rio de Janeiro, Ed Rosa dos Tempos, 1991.

ROCHA-COUTINHO, M.L. Análise do Discurso em Psicologia: Algumas Questões, Problemas e Limites in SOUZA, L; FREITAS, MF. Quintal; RODRIGUES, MMP (orgs) **Psicologia: Reflexões (im)pertinentes,** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

SANTOS, F.F. **As Vidas que Não Valem um Real: Contribuições "Psis"para a Noção de "Menor Infrator",** monografia de conclusão de curso de graduação em psicologia, Niterói: UFF, 2000.

VEYNE, P. **Como se Escreve a História.** Foucault Revoluciona a História, Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

REFLEXÕES INICIAIS SOBRE CLÍNICA E GESTÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE VOLTA REDONDA/RJ NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL

Valéria Salek Ruiz

Mestre em Psicologia Social

Milton Athayde

Professor da UERJ

RESUMO

Procuramos avançar através desse texto a dimensão gestionária presente em todas as atividades humanas, inclusive na atenção à saúde mental, propondo uma "*clínica-gestão*". Exploramos referenciais teóricos da "abordagem institucional" (como Tosquelles) e do "ponto de vista da atividade" (como Schwartz), tendo como base empírica uma experiência de serviço de saúde mental no município de Volta Redonda-RJ. Verificamos a ocorrência da reafirmação discursiva – neste campo específico da Reforma Sanitária – da clássica cisão entre o exercício da gestão e da clínica, delegando-as formalmente a diferentes "especialistas": aos "clínicos", a função de operacionalizar a assistência direta aos usuários, e aos "gestores", a função de planejar-controlar as ações.

ABSTRACT

Reflections on clinical and management based on the experience held in Volta Redonda concerning mental health

Management as a fundamental human activity and its particular influence in the mental health when applied to the clinical function. The essay of a «clinic-management». Theory on the «institutional approach» (under Tosquelles) and that «based on the activity viewstand» (under Schwartz), on the experience held in the town of Volta Redonda's public mental health service. The traditional scission between clinic and management and their respective «specialists»: to those concerned with the clinic the function of carrying out direct assistance to users and to those concerned with the management the planning and controlling the actions.

Introdução

No texto[38] procuramos resgatar para a análise a trajetória de implantação de um Programa de Saúde Mental no município de Volta Redonda/RJ, considerando o período de 1994 a 2000. O trabalho tem um duplo objetivo. Em primeiro lugar, refletir criticamente sobre o processo de implantação do referido Programa, atentos ao que foi produzido neste percurso em termos de clínica e gestão, com base na experiência profissional exercida e em determinados referenciais teórico-metodológicos. Em segundo lugar, colaborar para o desenvolvimento das discussões que estão ocorrendo no cenário contemporâneo dos serviços em saúde mental – em especial no campo da Reforma Psiquiátrica – a partir de uma experiência específica.

1. Situando a experiência

Conhecida também como a "Cidade do Aço", Volta Redonda é um município do interior do estado do Rio de Janeiro, que tem sua história intimamente relacionada com a Companhia Siderúrgica Nacional, a CSN. Suas condições de proveniência e emergência estão ligadas ao processo da "revolução burguesa no Brasil", na expressão de Florestan Fernandes (1976), no interior do que se considera terceira fase da industrialização brasileira, quando ela tomou corpo e se firmou (após a revolução de 30), seguida pela fase que se desenhou no projeto político-econômico denominado "nacional-desenvolvimentismo" e no modelo de "substituição de importações".

A antiga Usina Presidente Vargas foi criada em 1941, em pleno Estado Novo, na localidade de Santo Antônio da Volta Redonda, no Vale do Paraíba. Conforme Hardman e Leonardi (1991:97), "no Brasil, a grande indústria surgia no seio de uma sociedade agrária e escravista". O povoado nesta ocasião contava com 2.800 habitantes, a maioria dedicada a atividades agropecuárias, e em apenas uma década, já transformado em "Cidade do Aço", ultrapassava 39.000 habitantes[39]. Ou seja, nesse caso de forma radical, a indústria exerceu influência absoluta sobre a estrutura urbana, uma e outra desenvolvendo-se simultaneamente.

Desde 1950 a cidade vai perdendo suas características de "Company Town" e, em 1967, a CSN transfere para a Prefeitura seu patrimônio público (ruas, praças e transportes).[40] Percebe-se, desde então, uma significativa e acelerada transformação da relação estabelecida entre a CSN e a localidade, especialmente a partir da sua privatização (1993)[41]. Ainda assim, continua sendo um parâmetro para a sociabilidade urbana do

[38] Trata-se de texto relacionado a uma prática profissional e que foi foco de investigação em uma dissertação de mestrado.
[39] Segundo dados fornecidos pela assessoria de imprensa da prefeitura, o número de habitantes em dezembro de 2000 é de 232.287.
[40] Regina Lúcia de Moraes Morel (1995), em sua pesquisa sobre os processos de formação e gestão dos trabalhadores da CSN, compara alguns marcos oficiais da história da empresa com os inscritos na memória dos aposentados, assinalando níveis distintos de historicidade.
[41] A CSN foi privatizada durante o governo Itamar Franco, no ano de 1993.

município. Aos olhos de um *estrangeiro* desavisado, esta presença pode ser sentida no ar, nas cores cinza, nas camisas dos uniformes das crianças de escolas públicas[42], nas falas, nos nomes de ruas, lojas ...

A transformação das relações entre a Companhia e a localidade, não é um fenômeno particular de Volta Redonda. Como compreendê-la? Como essa transformação se configura no modo de sofrimento psíquico, nos possíveis transtornos, assim como no modo de assistência, na constituição de serviços de saúde mental? Indagações que nos incitam à reflexão aqui esboçada e à convocação de algumas vias analíticas.

Bauman refere-se ao último quarto do século XX como, possivelmente, o que passará à história como o da Grande Guerra de Independência em relação ao espaço. Nesta guerra, ocorreu um deslocamento dos centros de decisões e cálculos que baseiam tais decisões, estes passaram a ser livres de restrições da localidade[43] (Bauman,1999).

Com Deleuze, podemos pensar que a "crise generalizada de todos os meio de confinamento", dentre eles a fábrica e o hospital, anunciam uma transição de forças: "*as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares*". A passagem de uma *sociedade disciplinar*[44] para uma *sociedade de controle* é sugerida pelo próprio Foucault, segundo Deleuze, [1990]1992)[45]. Nessa abordagem, na sociedade de controle a fábrica estaria sendo substituída pela empresa:

> *A fábrica constituía os indivíduos em um só corpo, para a dupla vantagem do patronato que vigiava cada elemento na massa, e dos sindicatos que mobilizavam uma massa de resistência; mas a empresa introduz o tempo todo uma rivalidade inexpiável como sã emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo* (Deleuze, 1992 : 221).

2. Da fábrica ao hospital

Fazendo um recorte, remeteremos o leitor diretamente à questão da saúde coletiva (e à Reforma Sanitária), em particular à chamada saúde mental e sua gestão[46], sob o comando da Psiquiatria (e a Reforma Psiquiátrica).

---

[42] Em 1998 a CSN entregou gratuitamente camisetas às crianças das escolas públicas. Paradoxalmente, enquanto usavam as crianças como garotos-propaganda, demitiam seus pais.

[43] Neste texto o autor problematiza o que para alguns parece globalização, sinalização de liberdade, e, para muitos outros, significa localização.

[44] Trata-se de conceito explorado por Foucault, [1973]1978; [1975]1983. Aproximações entre a análise foucaultiana (*sociedade disciplinar)* e a análise marxista (*sistema de fábrica)* podem ser encontradas, por exemplo, em Athayde, M. *Processo produtivo, espaço educativo*. Dissertação de Mestrado em Educação de Adultos, UFPb, 1988.

[45] Como se trata de uma questão da maior importância e que não desenvolveremos no escopo desse artigo, remetemos o leitor ao texto de Michael Hardt, "A sociedade mundial de controle", in Alliez, E. (org.), *Gilles Deleuze: uma vida filosófica* (São Paulo: Editora 34, 1998/2000, pp. 357-372). Junto com Antonio Negri, Hardt desenvolve essa perspectiva, tendo publicado recentemente o livro *Império* (Rio de Janeiro: Record, 2000/2001)

[46] Conforme Castel, em A Gestão dos riscos (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981/1987)

A partir da Conferência para a Reestruturação da Atenção Psiquiátrica na América Latina, realizada em Caracas, no ano de 1990, inicia-se um significativo processo de transformação no campo da assistência psiquiátrica. Neste processo, o Brasil tem um reconhecido destaque.

Influenciado pelo clima de reconstrução democrática do final da década de 80, pela experiência italiana da Reforma Psiquiátrica, pelo movimento de Reforma Sanitária, vários estados brasileiros iniciam profundas mudanças envolvendo aspectos legislativos, assistenciais e culturais (Amarante, 1995) .

A partir dos anos 80, uma grande quantidade de publicações aborda a questão da crise do paradigma clássico da psiquiatria e relata experiências baseadas no que seria um novo paradigma: o da *desinstitucionalização*. A crise do paradigma clássico da Psiquiatria está relacionada a uma crise maior que é a da ordem e certeza do mundo, conforme uma perspectiva positivista.

É neste cenário, aqui apenas indicado, que, articulado a outras modificações político-econômicas pelo qual passa a cidade em 1994, inicia-se a tentativa de formulação de um Programa de Saúde Mental no município de Volta Redonda. Este ano é considerado um marco divisor entre um antes e um depois na "história oficial" da questão da Saúde Mental no município.

Antes[47] a cidade contava com dois hospitais psiquiátricos privados e um ambulatório, na área de adultos. Após uma série de denúncias de maus tratos, a Clínica Santo Antônio foi fechada e a Casa de Saúde Volta Redonda sofreu uma intervenção do poder público municipal[48]. A Secretaria de Saúde passa a adotar como "discurso oficial" a intenção de construir uma rede de cuidados em saúde mental que pudesse "substituir" o modelo centrado no Hospital Psiquiátrico.

É sobre este percurso, contradições, tensões, e partindo da implicação de um dos autores que atuou como psicóloga e coordenadora do Centro de Atenção Psicossocial – Usina de Sonhos[49], que pretendemos recortar algumas questões.

3. Implantação de "*Novos*" Modelos

A desconstrução de um Modelo de Assistência envolve aspectos muito complexos. O processo é constantemente atravessado por reatualizações dos processos de exclusão, que podem marcar novas formas sutis e perigosas de controle. Deleuze, referindo-se à crise do Hospital Psiquiátrico como meio de confinamento, diz que:

[47] Embora a Casa de Saúde Volta Redonda tenha uma longa história na tradição do município, não existem registros oficiais, a não ser em alguns prontuários e nos relatos das pessoas antigas na cidade. Em relatos informais, muitos se referem ao lugar como sendo um prostíbulo antes da inauguração do Hospício, em 1959. No curso da pesquisa será necessário levantar mais dados históricos acerca desse ponto.
[48] A CSVR continua sob intervenção até os dias atuais, Janeiro de 2002.
[49] Período de 1994 a 2000.

a setorialização, os hospitais-dia, o atendimento a domicílio puderam marcar novas liberdades, mas passaram a integrar mecanismos de controle que rivalizam com os mais duros confinamentos. Não cabe temer, mas buscar novas armas (Deleuze, 1992: 220)

A Psiquiatria pode ser considerada um exímio expoente da tendência moderna *de expurgar as ambivalências e, ao longo deste trajeto, vê-se a convivência entre práticas as mais diversas e aparentemente contraditórias, tais como: eletrochoque, pesquisas/utilização de novos psicofármacos (de* ponta), *visitas domiciliares, oficinas terapêuticas, grupos etc...*

As propostas de inovação, no contexto da chamada "*pós-modernidade"* (que segundo vários autores traz a marca da fragmentação, aceleração e profusão das imagens e informações), são facilmente incorporadas como *novas tecnologias*. É uma exigência do mercado capitalista contemporâneo ter profissionais comprometidos, competentes, criativos, flexíveis e atualizados com as novas "tendências".

Pode-se dizer que em um primeiro momento as propostas de mudança da assistência psiquiátrica em Volta Redonda foram recebidas com muita "desconfiança" pelos trabalhadores do setor. Os trabalhadores "locais" diziam sentir-se desqualificados e se referiam a novos gestores como os que vieram "de fora", o "pessoal da Reforma". Por sua vez, as críticas desses trabalhadores eram interpretadas como "resistência" às mudanças ou falta de capacitação. Muitos embates foram travados neste período, a maior parte relacionados a questões trabalhistas, como a precariedade dos vínculos empregatícios, baixos salários, carga horária, entre outros.

Um dos pontos polêmicos deste momento foi quanto à localização do primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) a ser inaugurado. Alguns defendiam que o próprio ambulatório de egressos da Casa de Saúde Volta Redonda deveria sofrer *reformas*. Outros defendiam que a inauguração da nova Unidade deveria ser em um novo lugar, fora do terreno do Hospital sob intervenção. Neste período, grande parte das discussões ocorriam em um espaço chamado de "*Fórum dos Coordenadores*".

4. Gestão da *Usina*

Na prática, o primeiro contato profissional com a questão da gestão foi marcado pela visão hegemônica que atribui aos gestores a exclusividade nas tarefas de planejar, administrar e avaliar, cabendo aos trabalhadores a tarefa de executar (no discurso atual, preferencialmente de forma *criativa* e *comprometida*). O convite para assumir a coordenação de um Centro de Atenção Psicossocial[50], em 1998, foi recebido como um grande desafio. Alguns fatores decisivos contribuíram para aceitar tal desafio, dentre eles, o apoio da equipe[51] que estava muito empenhada na construção de um projeto coletivo. O desafio maior

[50] No qual um dos autores do texto já atuava como psicóloga.
[51] A equipe era composta por 2 psiquiatras, 3 psicólogos, 2 enfermeiras, 1 musicoterapeuta, 1 assistente social, 2 técnicas de enfermagem, 2 auxiliares de escritório, 1 auxiliar de limpeza, 1 auxiliar de cozinha e 1 coordenador.

passou a ser: como produzir algo diferente, dentro de uma lógica de funcionamento tão complexa e intrincada?

A *Usina de Sonhos* foi inaugurada em 1995 como o primeiro Centro de Atenção Psicossocial do município, dentro da perspectiva exposta anteriormente: construir uma rede de assistência que pudesse futuramente substituir o modelo centrado no Hospital Psiquiátrico.

Mantendo a tradição do antigo ambulatório de egressos da Casa de Saúde Volta Redonda, a Usina de Sonhos dava continuidade ao tratamento após a alta, embora já não mais apenas via medicamentos, uma vez que passou a oferecer um cardápio terapêutico ampliado.

Em 1998, a Unidade passa por um período de regionalização *de suas ações. Ou seja, torna-se referência para um Distrito Sanitário*[52]*, não recebendo mais apenas a clientela de egressos do Hospital Psiquiátrico. Este processo envolveu discussões que foram se desdobrando para muito além do território geográfico. Estabelecer conexões com a comunidade esbarrava na necessidade de romper com a tendência da Psiquiatria de manter o paciente* dentro*, com a característica de ser um "entretenimento"*[53] *para o paciente (Saraceno, 1999).*

Embora o serviço estivesse constantemente vivendo transformações, neste período foi necessário uma reestruturação radical, especialmente a partir da abertura da porta de entrada*. Pensar no engendramento das concepções teóricas e práxis cotidianas envolvendo a clínica e a gestão foi um norte neste percurso. Para isso, um dos dispositivos que criamos envolveu um grupo de estudos permanente e uma aproximação com uma faculdade local*[54]*.*

Ao contrário do campo empírico, no campo teórico o primeiro contato com a questão da gestão deu-se através de autores e sua experiências, formuladas teoricamente, que falavam sobre a autogestão[55]*, sobre a necessidade de romper com a dicotomia existente entre planejadores e executores, trabalhadores e gestores.*

Um primeiro autor, uma primeira experiência, seguida por um esforço de teorização, remete a Tosquelles (toda sua história, desde a década de 30, além da experiência de Saint-Alban) e à "Análise Institucional"[56]*. Conforme pode ser verificado em toda o diálogo-entrevista publicado em SaúdeLoucura 4*

---

[52] Seguindo os preceitos do SUS, o setor saúde está dividido no município em quatro Distritos Sanitários. A Usina de Sonhos localiza-se no Distrito Sanitário II.

[53] Entreter significa "ter dentro" e também "passar prazerosamente o tempo". A esse respeito ver Saraceno, Benedetto. *Libertando Identidades*. *Da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Te Corá Editora/ Instituto Franco Basaglia, 1999, p.16.

[54] O estágio de Enfermagem do Centro Universitário de Barra Mansa, que até 1996 era realizado no Hospital Psiquiátrico, passou a ser realizado na Usina de Sonhos. A presença dos supervisores e estagiários no cotidiano do serviço ampliou o campo de trocas.

[55] Segundo Baremblitt (1998), trata-se de um dos conceitos centrais, que caracterizam os movimentos institucionalistas. Nesse processo, os coletivos deliberam e decidem. Isto não implica em uma completa falta de hierarquia e especialização. Refere-se a não existência de hierarquias de poder, imposições de vontades de um sobre o outro.

[56] Daumezon denominou essa abordagem de Psicoterapia Institucional, expressão que não agrada a Tosquelles, que a denomina no texto citado como Análise Institucional (independentemente de que venha a ser aceito neste campo pelos analistas institucionais).

(Gallio e Constantino,1994), Tosquelles e seus interlocutores falam de gestão ao buscarem falar de sua clínica.

Dentre os autores fora do campo psiquiátrico que operam essa perspectiva, na linhagem de Canguilhem[57]*, da Ergonomia da Atividade Situada, destacamos Yves Schwartz (1994). Em sua análise, as dimensões gestionárias* sempre *estão presentes em todo trabalho realizado (mesmo sob o taylorismo), pois se trata sempre de* uso de si por si *e* uso de si por outrem. *Schwartz assinala a existência, além dos pólos da gestão do orçamento do Estado e dos recursos públicos e dos gestores da empresa, o* **pólo da gestão incluída nas atividades**. *Ou seja, nessa abordagem, qualquer gestão só pode existir no confronto de gestões, alargando assim a esfera dos decisores.*

5. Clínica

Embora o modelo médico estivesse pautado cada vez mais na anátomo-clínica, a medicina mental inaugurada por Pinel, na passagem do século XVIII para XIX, é caracterizada como meramente classificatória (Castel, 1978, apud Amarante, 1995).

A Psiquiatria ao longo de sua história procurou deslocar-se do modelo inaugurado pelo alienismo, esforçando-se para determinar um substrato orgânico da doença mental, possivelmente para melhor responder à contradição presente ao longo de sua existência: a finalidade *terapêutica* (tratar, acolher o sofrimento mental) e uma demanda de controle social (Leal, 1994).

Diferentemente da clínica médica, a clínica psiquiátrica expandiu seu interesse para além dos domínios da doença e dos corpos a serem cuidados, incluindo a subjetividade do homem como objeto passível de práticas de regulação[58]*.*

Pode-se dizer que no exercício da clínica, ao longo da experiência de Volta Redonda, tínhamos uma atenção maior voltada para o que não *deveríamos reproduzir em nossas práticas, do que para definir o que entendíamos como clínica.*

Um grande desafio colocado de início era o de como se deslocar de um discurso que se impunha como norteador de nossas práticas, que chamávamos de clínica da negatividade. Evitar *as internações,* reduzir *a freqüência de permanência dos usuários nos serviços,* reduzir *a duração das internações,* reduzir *a medicação, um conjunto de negativos presentes como parâmetros, dos quais tentávamos fugir. Para falar dessa clínica, nada melhor do que evocar um "caso" vivido e discutido.*

Dona Maria, paciente psiquiátrica ou psiquiatrizada de longa data (mais de trinta anos), desde 1995 chegava todo fim de ano na Usina de Sonhos com sua bíblia e bolsa preparada, pedindo internação no

[57] É interessante registrar que Tosquelles recorda a presença de Canguilhem escondido em Saint-Alban, lá concluindo, em um hospício, seu livro *O normal e o patológico*!

[58] Dentre os diversos autores que estudaram a história da psiquiatria e da loucura, Michel Foucault destaca-se com sua História da Loucura na Idade Clássica (São Paulo:Perspectiva, 1978/1961) e outros textos.

Hospital Psiquiátrico por um mês. Em 1997, todas as estratégias foram tentadas para dissuadi-la do pedido. Todas as argumentações foram utilizadas pela paciente para convencer os profissionais da necessidade da internação. Embora com o diagnóstico de psicótica, o psiquiatra não se convencera da necessidade de internação, talvez pela lógica da argumentação apresentada no pedido. Dona Maria, que já conhecia alguns argumentos irrefutáveis, acabava por ameaçar contra a própria vida correndo para a frente dos carros e acabava sendo internada.

Muita discussão na equipe: "será que não oferecíamos a proteção que ela pedia?" "Será que o Hospital oferecia tal proteção?" "Como mudar o pedido de ajuda?" "Não parece um surto, parece um pedido de férias de atividades domésticas". "Será que por ser no período de sua Perícia Médica, o fato de estar internada garantiria a manutenção de seu benefício?". Nas discussões, muitas vezes era percebido um exercício autoritário de intervenções e interpretações. Muitas vezes era mais fácil discutir o caso do que escutar ou, de alguma forma, ajudar dona Maria. Onipotência e impotência.

No ano de 1998, soubemos que ela já estava aposentada e, portanto, não dependia mais da Perícia para receber seu benefício. Nova internação no fim desse ano, um mês, mesmas argumentações, muitas discussões em equipe. Fora do período da internação, dona Maria freqüentava um grupo semanal na Unidade e tinha sua vida de dona de casa atarefada, cuidava da casa, marido e filho.

Em 1999, um profissional novo, tentando outra estratégia, recebeu dona Maria, guardou sua bolsa e prescreveu sua internação imediata, a partir daquela data, por um mês. A novidade foi que a internação se daria no CAPS. Dona Maria ficou absolutamente desconfiada e desconcertada, mas as negociações foram possíveis. "Meu marido sabe que aqui não interna, ele não vai acreditar mais em mim". "Seu marido vai ser chamado". "Vocês não estão acreditando no meu sofrimento?" "Estamos, por isso queremos que você fique conosco"... Muita discussão, o encaminhamento foi avaliado como um "sucesso". Afinal, ao invés de negado, algo foi oferecido – um espaço talvez mais acolhedor? Percebíamos que mesmo apostando em outras possibilidades acabávamos retornando ao negativo, mesmo que para utilizá-lo como um parâmetro de medida para avaliar o "sucesso".

Ao evocar o caso de dona Maria, surgem lembranças, recheadas de afetos, situações, reuniões, visitas domiciliares, sofrimentos, risos e tantas estórias. A nobreza da singularidade é o que caracteriza essa clínica. Ou seja, o que foi sendo produzido a partir desse e outros "casos" são experiências sempre situadas, singulares, impossíveis de serem avaliadas em termos de "sucesso" ou "fracasso", fora do registro dessa singularidade. O que coloca em questão um tipo de avaliação de serviços pensado em uma generalidade falaciosa. Nessa clínica (de apostas mais do que de certezas), uma das apostas era a de que ela só seria possível se exercitada e avaliada coletivamente.

6. Clínica e Gestão

A sociedade moderna, a partir do século XVIII, imbuída de racionalidade e objetivismo, traz como marca a preocupação com o ordenamento. Tendo como marco o pensamento de Kant, o homem vai sendo tematizado como objeto e sujeito do conhecimento. Ocorre uma aceleração do acúmulo de conhecimento, de tecnologia e instrumentos de dominação do meio ambiente. Na saúde e no trabalho, a complexidade crescente e a necessidade dos avanços tecnológicos apontam cada vez mais para a necessidade da divisão de trabalho, especialização e hierarquização. As práticas médicas concentram-se na busca de sinais das doenças revelados pelos corpos. A saúde torna-se, cada vez mais, algo externo ao sujeito, objeto de conhecimento de especialistas.

Bauman (1999) chama a atenção para o processo de taylorização[59] e fordização[60] a que o mundo dos indivíduos modernos foi submetido. O primeiro processo simplifica as escolhas com que são confrontados os indivíduos envolvidos nas operações produtivas diretas, poupando-os das incertezas, permitindo um cálculo fácil e tranquilizador. O segundo processo remove as habilidades do operador e investe na maquinaria que ele opera, torna as habilidades elemento externo dos atores.

> *Este duplo efeito é alcançado pela redução das tarefas que os executores devem realizar a operações as mais elementares e simples como engolir a pílula certa preparada e prescrita por especialistas...* (Bauman, 1999, pg. 222).

Ao relacionar esse duplo efeito com as práticas da Clínica e Gestão, é possível entender que a pílula certa pode ser um psicofármaco, uma interpretação ou um Novo Modelo a ser adotado. O especialista poderia ser um psiquiatra, um psicólogo ou um Gestor.

*Outra questão a ser considerada, ao abordar questões referentes à gestão e clínica, é a atividade singular e seu contexto. Desconsiderar a dialética entre o particular e o geral pode implicar numa análise precipitada e reducionista das situações. Como diz Jacques Duraffourg: "*apreender as verdadeiras questões levantadas pelo trabalho implica estar na interligação macro/micro, ou seja, entre o contexto global e a atividade singular"[61].

O autor ilustra o perigo que pode representar a desconsideração desta dialética, citando o exemplo do fornecimento de protetores de ouvido para solucionar o problema do ruído produzido por uma determinada máquina. Ele nos chama atenção para como a simples perspectiva de mudança de olhar em relação ao problema colocado, a partir da análise da atividade, incorporando a experiência do próprio

[59] Taylor recomendou a constituição de uma gerência baseada na busca de produtividade (nos marcos do capitalismo), separando planejamento, concepção e direção, das tarefas de execução.
[60] Ver Gramsi em *Americanismo e Fordismo.*
[61] Citação extraída da entrevista com pesquisadores do Departamento de Ergologia - APST, editada em vídeo, divulgado no I Encontro França/Brasil sobre Ergologia e cedido por Yves Schwartz ao grupo organizador do evento (do qual fez parte um dos autores do artigo).

trabalhador, pode apontar para outras possibilidades. Sem descartar inclusive aquela de utilização de equipamentos de proteção. Um deslocamento de olhar ou simplesmente outra formulação das perguntas pode ampliar o campo de possibilidades, modificar a forma de nos colocarmos frente às questões apresentadas[62].

7. Conclusão

Entendemos que as práticas da Clínica e da Gestão, mesmo quando se pretendem neutras, operam processos de subjetivação, produzem subjetividades, são sempre políticas e podem estar comprometidas com coisas absolutamente distintas, tais como o controle, a disciplina, a "guarda da ordem vigente"[63] ou com a solidariedade e a autonomia do sujeito, dos coletivos. Entendemos também que o que é produzido por estas práticas precisa ser construído, executado e avaliado coletivamente. Trata-se de algo que escapa do âmbito da prescrição, implantação e aproxima-se do exercício.

Olhar para uma experiência específica, situada, contextualizada em determinada época, em determinado local, articulando-a a certos autores e conceitos, faz parte deste exercício de apropriação de uma situação vivida, dando-lhe um sentido próprio e resgatando uma perspectiva de historicização. Como diz Sennett (1999), "uma idéia tem que suportar o peso de uma experiência concreta, senão, torna-se mera abstração". Por outro lado, experiências como a de Volta Redonda precisam de algum tipo de registro para que seja possível avaliar o percurso realizado e viabilizar perspectivas de um futuro. Uma das perspectivas interessantes é a possibilidade de romper com a idéia de um futuro pré-determinado por um passado, já passado, por um mercado, por um modelo econômico, afirmando a potência da vida, sob o influxo de paixões alegres, experimentando diferentes formas de relacionar-se com os outros, com o meio ambiente, com a diferença, com os desejos.

Bibliografia

AMARANTE, P. (Coord.), 1995. *Loucos pela vida: A trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

BAREMBLITT, G. F., 1998. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática.* 4ª edição. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos.

[62] Em outro texto pretendemos explorar as imensas possibilidades teórico-metodológicas e técnicas, inspiradas no Modelo Operário italiano de luta pela saúde (Oddone, Ivar, Redécouvrir l'expérience ouvrière: vers une autre Psychologie du Travail?, Paris:Messidor/Editions Sociales, 1981/1977) que Yves Clot ("Psychopathologie du travail et clinique de l'activité", *Education Permanente*, nº 146, 2001-1) denomina *Clínica da Atividade*.

[63] Alusão ao título do livro *Guardiães da Ordem* de Cecília Coimbra (1995), que fala sobre as práticas psi no Brasil.

BAUMAN, Z.,1999. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BAUMAN, Z., 1999. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

CAMPOS, G.W., 1999. Equipes de referência e Apoio Especializado Matricial: um ensaio sobre a reorganização do trabalho em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva* 4 (2) : 393-403.

COIMBRA, C.M.B., 1995. *Guardiães da Ordem - Uma viagem pelas Práticas Psi no Brasil do "Milagre".* Rio de Janeiro:Oficina do Autor.

DELEUZE,G., 1992. Pós- Scriptum sobre a sociedade de Controle. in: *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.

DURAFFOURG, J., 2000.*O Trabalho do Ponto de Vista da Atividade*. (Entrevista a Louis Durrive, divulgado no Encontro França/Brasil sobre Ergologia).

FERNANDES, F., 1976. *A revolução burguesa no Brasil*, Rio de janeiro:Zahar, 2ª edição.

FOUCAULT, M., (1973) 1978. "A verdade e as formas jurídicas", *Cadernos da PUC*, nº 16.

_____, (1975) 1983. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*, Petrópolis:Vozes, 2ª edição.

_____, 1979. *Microfísica do Poder* (Roberto Machado, org. & trad.), Rio de Janeiro: Edições Graal.

FOOT HARDMAN, F. E LEONARDI, V.,1991. *História da indústria e do trabalho no Brasil*, São Paulo:Ática, 2ª ed. Revista.

GALLIO, G. e CONSTANTINO, M., 1994. "François Tosquelles: a escola da liberdade". SaúdeLoucura nº 4, São Paulo:Hucitec.

LEAL,E. M.,1994. *A Noção de cidadania como eixo da prática clínica: uma análise do Programa de Saúde Mental de Santos.* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MOREL, R. L.M., 1995. História Incorporada e identidade coletiva entre trabalhadores aposentados da Companhia Siderúrgica Nacional. In: *O Trabalhador Carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro*. ABREU, A. R. (org.). Rio de Janeiro.

SARACENO, B.,1999. *Libertando Identidades. Da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro:Editora/ Instituto Franco Basaglia.

SCHWARTZ, Y., 1994. Trabalho e gestão: níveis, critérios, instâncias. *Performances Humaines et Techniques*, nº fora de série.

SENNETT, R. 1999. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo.* Rio de Janeiro: Record.

Era uma casa muito engraçada

A casa como espaço terapêutico: as práticas alienistas e reformistas em questão

Adriana Rosa Cruz Santos[64]

RESUMO

O presente trabalho apresenta alguns elementos para a reflexão sobre os efeitos dos novos dispositivos residenciais no campo da saúde mental, tendo como motor impulsionador a perspectiva genealógica foucaultiana. Partindo da sensação-incômodo de um certo triunfalismo existente no campo da assim chamada Reforma Psiquiátrica Brasileira, buscamos na história a força capaz de romper com o movimento que produz os novos dispositivos como dotados de uma potência "natural" de ruptura com a lógica manicomial, e remeter a discussão sobre nossas práticas ao contexto mesmo onde são construídas, a partir da análise de seus efeitos e não de sua suposta natureza "desinstitucionalizante". Para tanto, nos valemos de um recuo histórico ao alienismo tupiniquim para aí localizar não a origem, mas configurações de saber que já articulam as idéias de tratamento da doença mental à saída do asilo e à inserção em equipamentos residenciais, a partir da proposta de assistência heterofamiliar.

ABSTRACT

Home as treatment device: thinking about the brazilian psyquiatry

Mental illness and family and home worthy contribution to mental health regaining are the topics of this research under Foucault's point of view. The so-called «Brazilian Psychiatry Reform» and its flaunting presence was unable to evitate seeking in history true elements arising from the very effects of our methods of healing mental patients at home instead of the mere anti-standard approach that suggests a natural break in the traditional asylum system. Our research goes back in history as far as finding the "alienismo tupiniquim" as the starting point of a new tendency to treat the mental illness not with admittance of patients in asylums but at home, under family's effectiveness in social and human healing.

[64] Mestre em Psicologia/UFF, psicóloga do Instituto Municipal Nise da Silveira (SMS do Rio de Janeiro).

"A cada momento, este mundo é o que é: que suas práticas e seus objetos sejam raros, que haja vazio em volta deles, isso não quer dizer que haja, em derredor, verdades que os homens ainda não apreenderam: as figuras futuras do caleisdoscópio não são nem mais verdadeiras

nem mais falsas do que as precedentes." (Veyne: 1982, 176)

1. Caminhos propostos

O presente trabalho se propõe a levantar questões acerca da constituição dos dispositivos residenciais no campo da saúde mental, tendo como ponto de provocação determinados movimentos ensaiados na história da psiquiatria brasileira em direção à inserção dos chamados doentes mentais em espaços de moradia.

A idéia de uma "casa terapêutica" foi engendrada há quase um século pelos alienistas, que identificavam no espaço doméstico a possibilidade de compatibilizar os ideais de liberdade assistida e tratamento moral, através da chamada "assistência heterofamiliar"[65]*. Tal estratégia surge como efeito de uma série de deslocamentos operados no campo do saber e da prática psiquiátrica, a partir da crítica empreendida ao asilo como recurso assistencial.*

Atualmente, as moradias assistidas vêm se configurando como importantes estratégias na reversão do modelo asilar, já que se constituem em possibilidades concretas de desospitalização. Diante do inegável papel exercido por esses dispositivos no processo de superação do modelo asilar, cabe indagar em que medida estes têm efetuado rupturas na lógica manicomial. A fim de investigar o lugar que os dispositivos residenciais vêm ocupando no cenário atual propomos, como ferramenta metodológica, a perspectiva genealógico-foucaultiana.

Na articulação da política de psiquiatrização extra-muros alienista com o processo contemporâneo de desospitalização e constituição de moradias extra-hospitalares, consideramos importante lançar alguns pontos para a reflexão, capazes de fornecer elementos para avaliarmos o efeito de nossas práticas no campo da Reforma Psiquiátrica Brasileira.

---

[65] "Assistência heterofamiliar" foi a denominação dada à nova tecnologia, preconizada por Gustavo Riedel, em 1921. Em um outro momento, esta modalidade assistencial será caracterizada como "assistência extra-familiar", como será melhor detalhado no item 2. Ainda que a idéia de família que oriente esta proposta não se constitua em objeto de investigação do presente artigo, chama-nos a atenção que a mesma seja introduzida como importante elemento em sua composição, buscando aproximar os doentes mentais de uma sociabilidade "familiar", que produziria, então, efeitos terapêuticos.

2. De Gheel à assistência heterofamiliar: a constituição da casa como espaço terapêutico

A partir da segunda metade do século XIX, começam a surgir algumas críticas ao asilo psiquiátrico, a partir principalmente de dois pontos (Castel, 1978: 256): um questionamento técnico do isolamento e uma transformação profunda na concepção de doença mental.

O isolamento, proposto por Pinel, era a condição para a revelação da natureza própria da doença mental. Assim, a partir da distribuição organizada dos insanos no espaço hospitalar e seu desligamento do mundo exterior, seria possível apreender a loucura em sua verdade, sem os enganos provocados pelo contato com elementos exteriores à doença, que acabavam por deixá-la opaca aos olhos investigativos dos alienistas.

A crítica ao isolamento visava flexibilizar sua aplicação como método de tratamento. Assim, o isolamento terapêutico não devia se dar necessariamente através da internação em espaço fechado. Em 1865, nos Annales médico-psychologiques, *Moreau de Tours indaga:*

"seria mesmo necessário internar os doentes a fim de isolá-los? As duas palavras estão longe de serem sinônimos no seu sentido gramatical; e o são ainda menos na acepção científica. Isolar um alienado é romper completamente os hábitos no meio dos quais surgiu sua loucura, é afastá-lo das localidades, das coisas e das pessoas que não são completamente estranhas aos distúrbios de sua inteligência. (...) Em Gheel, todas essas condições são fielmente preenchidas." (Tours, 1865 apud Castel, 1978: 257)

A transformação na concepção de doença mental se dá a partir do declínio da perspectiva pineliana de loucura enquanto desordem e as conseqüências teóricas daí advindas. Em busca de legitimidade científica, esforços são envidados no sentido de estabelecer uma inteligibilidade ao processo patológico, situando a sintomatologia na superfície de um contexto mais complexo. Desloca-se, assim, da fenomenologia descritiva pineliana para uma semiologia e, finalmente, para uma etiologia das doenças, que tem em Morel seu representante privilegiado, com a formulação da teoria da degenerescência[66].

Com a reviravolta teórica encabeçada por Morel há uma ampliação do poder psiquiátrico para além das fronteiras asilares, em direção ao controle das virtualidades patogênicas, dispersas no tecido social. É preciso controlar e regular o meio social para impedir que a predisposição patológica se manifeste.

---

[66] Morel (Castel, 1978: 259), em seu esforço de aproximação da medicina clínica, científica, constrói o conceito de degenerescência, instaurando a investigação sobre a gênese das doenças mentais. As degenerescências são desvios patológicos em relação à normalidade, transmitidas hereditariamente. A partir deste conceito, a inteligibilidade da doença não é mais atribuída pelo seu conjunto de sintomas, mas por esta causalidade oculta que caberia ao alienista desvelar.

Assim, o asilo, que se constituía em locus *privilegiado de produção do saber e de incidência do poder alienista, perde sua centralidade no discurso psiquiátrico hegemônico e favorece o surgimento de novas tecnologias.*

É nesse contexto que, em 1860, surge na reunião da Sociedade Médico-psicológica de Paris a discussão sobre a aldeia belga de Gheel.

A aldeia de Gheel tem sua vida marcada pela história da princesa irlandesa Dyfne, que teria ali chegado no final do século VI, fugindo do desejo incestuoso de seu pai. Entretanto, o rei não poupa esforços para encontrá-la e finalmente realiza seu intento, quando então fuzila seu protetor e degola a filha, em plena praça pública.

Nesta ocasião, um alienado que se encontrava na praça, diante de desfecho tão terrível, recobra subitamente a razão. Imediatamente a cura milagrosa é atribuída ao valor moral do ato de Dyfne, que a partir de então é santificada pelos habitantes de Gheel.

Na praça onde se deu o assassinato é erigida a Igreja de Santa Dyfne, a protetora dos alienados, que passa a receber romarias de familiares e seus parentes alienados, em busca da cura milagrosa.

O inesperado afluxo de alienados na pequena aldeia acaba por produzir a lotação das hospedarias locais, fazendo com que os aldeões os recebam em suas próprias casas, em troca de alguma contribuição por parte de seus familiares.

Entretanto, o milagre acontece para alguns, mas não para todos. Finda a novena, alguns insanos permanecem em Gheel até o ano seguinte, quando ocorrerá nova festa da padroeira. Além destes, alguns alienados são abandonados por suas famílias e acolhidos pelos aldeões em suas casas.

Os habitantes de Gheel passam, então, a conviver com os alienados e estes passam a ter uma vida "normal", executando trabalhos domésticos e rurais, participando da vida social, num clima de liberdade e mútua aceitação.

"A aldeia se ordena de maneira a manter uma organização formalizada com o convívio dos loucos; uma extraordinária habilidade no trato para com os loucos é praticada pelos aldeões de Gheel. Uma quinta parte da província chega a ser exclusivamente de alienados. No campo ou na cidade, os loucos, comenta-se que todos, tornam-se úteis, tarefeiros, trabalhadores, amistosos e, não mais por milagre, sadios. Metade das casas da aldeia tem pelo menos um alienado sob sua responsabilidade que, de uma forma ou de outra, participa da vida cotidiana da família.

O milagre, ao que parece, dá lugar ao tratamento, que realmente acontece neste sistema natural; pelo que tudo indica, por causa do **trabalho** e da **liberdade** de que desfrutam os alienados." *(grifo nosso) (Amarante, 1982:52)*

A experiência de Gheel, não somente debatida, mas também investigada in locu *pelos alienistas da Sociedade Médico-psicológica de Paris, lançou as bases empíricas para constituição das colônias de alienados, sustentadas pelo binômio liberdade-trabalho.*

Simultaneamente à constituição deste novo espaço, a idéia de realizar o tratamento em domicílios se impõe a partir da experiência de Gheel.

Assim, Juliano Moreira propõe pela primeira vez no Brasil a possibilidade de um serviço que atendesse pacientes externos ao hospital psiquiátrico.

A assistência hetero-familiar é formulada, então, em alguns asilos, dentre eles, na Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro[67]

Flávio de Souza (Amarante, 1982:96), em 1942, a define como:

"a **internação** de doentes mentais ou pacientes com deficiência mental, **em casas de família** que não sejam as suas próprias. Os pacientes selecionados para a assistência extra-familiar já se sujeitaram a tratamento nos estabelecimentos especializados e foram de tal forma preparados para sua recuperação que, sob uma fiscalização severa, podem se adaptar a viver em casa e aproveitar os cuidados individuais decorrentes do ambiente familiar. Podemos colocar de uma a quatro doentes em cada casa. Esta organização, para que se torne útil, necessita **a intervenção reguladora do organismo oficial**. É prudente iniciar seu desenvolvimento colocando alguns doentes, bem selecionados, nos domicílios particulares de enfermeiros psiquiátricos que se prestem a atendê-los, recebendo, por isso uma pensão um pouco inferior àquela que os doentes pagam ou pagariam se estivessem em um estabelecimento psiquiátrico." *(grifos nossos)*

Em 1921, Gustavo Riedel, diretor da Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, inspirado por Juliano Moreira, institui o "Regulamento do Serviço de Assistência Doméstica de Alienadas" (Amarante, 1882: anexo), embasado no decreto nº 8.834 de 11 de junho de 1911. Essa assistência prevê

"... o tratamento das alienadas da Colônia do Engenho de Dentro que puderem ser segregadas da habitação em comum para ser confiadas aos cuidados das famílias de empregados do estabelecimento." *(Amarante, 1882:anexo).*

Em 1921 é implantado o serviço de assistência familiar, com a construção de onze pequenas casas, no modelo de "bungalows", que eram arrendadas às famílias de enfermeiras, que deveriam receber duas ou mais pacientes pensionistas. Estas passariam a morar nas casas, em companhia de profissionais e realizariam tarefas domésticas. O projeto não foi desenvolvido como esperado e, não se sabe quando, foi abandonado.

---

[67] Em um contexto de expansão do alienismo, é criada em 1911 a Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, que posteriormente passa a se chamar Colônia de Psicopatas-Mulheres do Engenho de Dentro. Na década de 40 o Hospício Nacional de Psicopatas (antigo Hospício de Pedro II), é transferido da Praia Vermelha para o Engenho de Dentro e se constitui o Centro Psiquiátrico Nacional (Amarante, 1982). Em 1965, o hospital recebe a denominação de Centro Psiquiátrico Pedro II, nome com o qual permanece até o ano de 2000, quando, após o processo de municipalização, passa a se chamar Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira.

Havia também outro projeto, com características semelhantes, que consistia na construção de uma grande vila em área próxima ao hospital, que abrigaria os "bungalows".

Naquele momento, o deslocamento do ponto de intervenção do saber psiquiátrico emergente do asilo para o espaço urbano apresentava um sentido de ampliar o raio de abrangência do saber médico, que não se limitaria apenas à cura no interior do asilo, mas à prevenção do desvio e o controle das virtualidades no lugar mesmo de sua produção, a família e a cidade.

3. *Da assistência heterofamiliar aos dispositivos residenciais: indagações para uma história em construção*

Atualmente, assistimos no Rio de Janeiro a uma expansão de discursos e práticas relativos à desospitalização dos herdeiros do modelo manicomial, usuários com longo e ininterrupto período de internação ou repetidas entradas em hospitais psiquiátricos, passando mais tempo internados que efetivamente inseridos na vida da cidade.

Assim, além do crescimento da literatura voltada à reabilitação psicossocial (Pitta, 1996; Saraceno, 1999), já existem várias iniciativas concretas de constituição de dispositivos residenciais. Atualmente, no Rio de Janeiro, há uma moradia extra-hospitalar vinculada ao Instituto Municipal Philippe Pinel, uma referida ao Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ) e três outras vinculadas ao Instituto Municipal Juliano Moreira. Além dessas casas, já inseridas no cotidiano da cidade, ainda existem outras no âmbito dos complexos hospitalares: uma no Instituto Municipal Nise da Silveira e outras sete no Instituto Juliano Moreira. Em todas as experiências há uma tendência clara de expansão das iniciativas, no sentido de constituir novas casas. Em âmbito nacional, se destacam as experiências de Campinas (Furtado & Pacheco, 1997) e Porto Alegre (Ferreira, 1999).

Essa conjuntura nos coloca algumas questões: que deslocamentos estão sendo operados a partir da constituição dos dispositivos residenciais, que forças estão propiciando a emergência destes deslocamentos?

Acreditamos, como Foucault (Foucault, 1989; Veyne, 1982), que não existem objetos trans-históricos, portadores de uma essência que permaneceria através dos tempos, e que caberia à ciência aprimorar seus instrumentos para apreendê-la, mas antes, que as práticas constituem os objetos, que as diferentes configurações históricas desenham diferentes cenários dos quais emergem os objetos.

Nesse sentido, é necessário trazer à luz as possibilidades de emergência de determinado objeto, em nosso caso, os dispositivos residenciais no contexto da reforma psiquiátrica brasileira, a fim que possamos identificar quais as forças que os produzem:

"É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc, sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história" *(Foucault: 1989b, 07).*

Assim, resgatar a proposta de assistência heterofamiliar preconizada pelos alienistas no início do século passado não tem, como pode parecer à primeira vista, o objetivo de traçar uma linha contínua entre esta iniciativa e o momento atual, momento de profusão de lares abrigados, residências terapêuticas, moradias assistidas etc.

Diferentemente, o que desejamos é problematizar a aposta em uma certa linha evolutiva e triunfalista da Reforma Psiquiátrica, que, ao entender a constituição dos dispositivos residenciais como decorrência natural do processo reformista, acaba por ocultar que forças propiciaram sua emergência como tecnologia. E, na medida em que vêem essa nova modalidade assistencial como "natural", inerente ao movimento de reforma psiquiátrica, negligenciam as reais condições de sua emergência.

A partir dos estudos de Castel (1978), foi possível identificar algumas forças que possibilitaram o surgimento das colônias agrícolas e conseqüentemente a assistência em domicílios, como novas tecnologias no campo da psiquiatria. Que formas de aggiornamento[68]*, de rearranjo do poder da não-loucura sobre a loucura (Foucault, 1997:56) estão em curso nos dispositivos residenciais contemporâneos?*

Ou, contrariamente, será que estes dispositivos introduzem fissuras nas relações de saber-poder constituintes da psiquiatria como campo de saber cientificamente legitimado? Desta forma, eles estariam produzindo um outro lugar para os loucos, rompendo com as adjetivações especializantes (residência terapêutica, lar abrigado, serviço residencial, pensão protegida etc.), delineando novos territórios subjetivos para a loucura e a cidade.

Não temos respostas acabadas para essas perguntas. Na realidade, mais que respostas, desejamos trazer à discussão algumas questões que nos instigam no cotidiano do trabalho e que julgamos ser importantes para aqueles que perseguem uma ação impulsionadora dos movimentos da vida. Para tanto, devemos nos lançar na tarefa de desnaturalização do campo da saúde mental, em especial no que tange aos movimentos de desinstitucionalização propostos pelos novos dispositivos residenciais.

Desnaturalizar significa situar as condições singulares de engendramento de um conceito, de um objeto, de forma a desvelar seu caráter não-natural, irredutível a totalizações. A operação de desnaturalizar é, então, um importante movimento no processo de pesquisa genealógica, tendo na história não a confirmação de um destino inexorável, mas simultaneamente o motor e produto da construção humana. Trata-se de

[68] Castel (1987:15), ao utilizar este termo, refere-se a operações que implicam simultaneamente na transformação radical das formas de exercício de um determinado saber, no caso a psiquiatria clássica, sem que haja uma efetiva transformação das relações de saber-poder instituídas por ele.

trazer para nossas mãos a possibilidade de fazermos dessa, uma outra história, através do exercício sistemático da curiosidade...

"... a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuara a olhar ou a refletir" (Foucault, 1988:13)

A genealogia foucaultiana se contrapõe à idéia de um sujeito transcendente, uma identidade fixa que possibilite re-encontrar "o" doente mental ou "o" louco através da história. Nesse sentido, estes diferentes personagens são engendrados em cada configuração histórica particular, não cabendo generalizações ou totalizações de qualquer ordem.

Assim, com o movimento reformista foi se constituindo um novo personagem, não reconhecido tão somente pela negatividade do sintoma – o paciente psiquiátrico –, mas por sua condição de sujeito de direitos: o "usuário-cidadão". Caberia, então, indagar: seria o "paciente-reabilitado", ou ainda, o "usuário-morador" uma modulação do "usuário cidadão"?

E se tal hipótese for verdadeira, que rupturas e capturas estão sendo operadas a partir da constituição deste novo objeto de intervenção do saber-poder psi*? Que novas configurações estão se delineando no campo da reforma psiquiátrica brasileira a partir da proliferação dos dispositivos residenciais?*

Nesse âmbito, observa-se, não raro, uma equiparação automática dos termos desospitalização e desinstitucionalização, como se a saída do hospital para uma casa na cidade significasse uma espécie de "passaporte para a cidadania". Lembremos que a desospitalização refere-se à saída do ambiente hospitalar e que a desinstitucionalização tem como base material (neste caso específico) a desospitalização, mas não se limita a ela.

A desinstitucionalização não se dá automaticamente com a desospitalização. Este processo pressupõe um rearranjo das forças, a desastabilização dos saberes constituídos e a conformação de um novo objeto.

Como propõe Rotelli, desinstitucionalização como reconstrução da complexidade do objeto*:*

"O projeto de desinstitucionalização coincidia com a reconstrução da complexidade do objeto que as antigas instituições haviam simplificado (e não foi por acaso que tiveram que usar de violência para consegui-lo). Mas se o objeto muda, se as antigas instituições são demolidas, as novas instituições devem estar à altura do objeto, que não é mais um objeto em equilíbrio, mas está, por definição (existência-sofrimento de um corpo em relação com o corpo social), em estado de não equilíbrio: esta é a base da instituição inventada (e nunca dada)". *Rotelli (1990:90).*

Por fim, cabe ressaltar que as questões aqui trazidas não devem ser colocadas a serviço de uma força paralisante, que nos retém na imobilidade, diante dos riscos a serem enfrentados. Os dispositivos residenciais no campo da saúde mental são uma estratégia fundamental para a desconstrução do modelo manicomial e devemos lutar por sua expansão, de forma que sejam acessíveis a todos aqueles que ainda perambulam autômatos por enfermarias e pavilhões.[69]

Não obstante, entendemos ser fundamental refletir sobre nossas práticas, seus efeitos, que configurações estão permanentemente se atualizando e se, de fato, estamos produzindo movimentos de desinstitucionalização, se estamos construindo com nossas ações "um jeito de paciente clínico-dependente não ficar mais encarcerado imunopsíquico"[70].

Referências Bibliográficas

- AMARANTE. P.D.C. *Psiquiatria social e colônia de alienados no Brasil.* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social/UERJ, 1982.
- BAPTISTA, L.A. "A cidade dos sábios" em *A cidade dos sábios.* Rio de Janeiro: Summus, 1999.
- CASTEL, R. *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- CASTEL, R. *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro:Francisco Alves, 1987.
- FERREIRA, C.V.P. "Em busca de uma nova vida: trajetória de um serviço de saúde mental" em VASCONCELOS, E.M. (org.) *Transversões: periódicos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social*. Vol.1, nº 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- FOUCAULT, M.. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres.* Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. "Nietzsche, a genealogia e a história" em *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1989 a.
- FOUCAULT, M. "Verdade e Poder" em *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1989 b.
- FOUCAULT, M. *Resumo dos Cursos do Collége de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

[69] O Relatório da Primeira Caravana Nacional de Direitos Humanos, produzido em meados de 2000 pelo Deputado Marcos Rolim (PT/RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que visitou dezenove manicômios em sete estados, revelou a face paradoxal da reforma psiquiátrica brasileira, que abriga dispositivos avançados ao lado de estruturas medievais, incapazes de garantir uma assistência digna ao usuário de saúde mental.

[70] Forma como um usuário do Instituto Nise da Silveira definiu o Movimento da Luta Antimanicomial.

- FURTADO, J.P. & PACHECO, R. A. “Moradias extra-hospitalares em Campinas: reflexões sobre uma experiência” em VENÂNCIO, A.T e outros. *O campo da atenção psicossocial: anais do I Congresso de Saúde Mental do Rio de Janeiro.* Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Te Corá/ Instituto Franco Basaglia, 1997.
- PITTA, A. (org.) *Reabilitação psicossocial no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ROTELLI, F. “A instituição inventada” em ROTELLI, F. e outros. *Desinstitucionalização.* São Paulo: Hucitec, 1990.
- SARACENO, B. *Libertando identidades. Da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Te Corá/ Instituto Franco Basaglia, 1999.
- VASCONCELOS, E. M. “Dispositivos residenciais no contexto da Reforma Psiquiátrica: revisão de estratégias, tipologia e dos principais desafios políticos, teóricos e práticos” . mimeo
- VEYNE, P. “Foucault revoluciona a história” em *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

Dispositivos Residenciais e as Máquinas do Morar

Luis Antonio Baptista[71]

RESUMO

O artigo objetiva problematizar o sentido do morar presente nos dispositivos residenciais criados pela Reforma Psiquiátrica em curso no Rio de Janeiro. Partindo da contribuição de autores que utilizam a história das cidades e das micropolíticas dos espaços, propõe-se dar atenção aos efeitos políticos da naturalização do habitar ou do morar.

ABSTRACT

Home Concepts And Living Machines

Questioning on living as an introduced practice by the psychiatric reform in progress in rio de janeiro. Based on authors who found their theories on the history of cities and the political effects of harmonious living.

> Se admitirmos que a Idade Moderna começou com um repentino e inexplicável eclipse da transcendência, da fé em outro mundo (...) ao contrário, a evidência histórica demonstra que os homens modernos não foram projetados no mundo, mas em si mesmos.
>
> Hannah Arendt, The Human Condition, 1958.

Profissionais empenhados na implantação de residências substitutivas à internação psiquiátrica encontram-se no momento frente à seguinte pergunta: há uma clínica do morar? Serviços residenciais, lares abrigados, dispositivos residenciais, entre outros termos criados pela Reforma Psiquiátrica em curso no país, enfrentam este peculiar desafio que traz em seu lastro indagações promissoras aos tradicionais equipamentos teóricos psi e aos novos espaços inspirados na desinstitucionalização. Provocativamente respondemos a esta pergunta afirmando sim, no intuito de diluir significados cristalizados tanto do morar,

[71] Professor titular do Departamento de Psicologia da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF. O conteúdo deste artigo refere-se a pesquisa: A Reforma Psiquiátrica e o cotidiano nos serviços residenciais: a formação dos profissionais da área da saúde mental em análise, financiada pelo CNPq.

quanto da clínica, multiplicando desta forma os seus díspares sentidos políticos. Casa e clínica destituídas de significados únicos, naturais, podem nos indicar outras perguntas ou provocações ao urgente desafio da desconstrução da lógica manicomial presente, de modo velado ou não, nos estabelecimentos de assistência, discursos, pensamentos, e nas minúsculas intervenções das nossas práticas.

O morar do cidadão ocidental urbano a partir do início do século XIX inspirava-se no modelo de uma certa concepção de clínica. Habitar uma casa para o burguês das cidades da modernidade extrapolava os limites das necessidades biológicas ou sociais. O morar adequado, segundo os parâmetros médicos e educacionais, promoveria equilíbrio do espírito, desenvolvimento psicológico infantil, conhecimento da sexualidade e do corpo, possibilitando a saúde da família coesa e estruturada[2]. A casa traduzida em lar seria o espaço exclusivo para o desvelamento da essência do existir. O lar ocuparia o lugar restrito da revelação e confissão das verdades do sujeito universal assentadas na natureza humana; fora deste perímetro residiriam o caos, anomia, contágio, famílias desestruturadas, riscos iminentes ao percurso sagrado da elevação do psiquismo. O morar burguês gerenciado pela razão científica propiciava uma ascese particular no mundo laico do capitalismo anunciando a modernidade[3]. No ninho sagrado e acolhedor, entre os seus iguais, o citadino exercitava-se indo em busca da elevação interior rumo ao paraíso da vida em harmonia na busca da felicidade prometida. Por meio deste exercício ascético o espaço privado imbuía-se de virtualidades, latências, aptidões, necessitadas de desenvolvimento em direção ao futuro. A família entre quatro paredes pesquisava seus rastros e sombras apartados do mundo antagônico às verdades do intimismo tornando virtude. Atrás da porta habitavam espaços sem aura, superficiais, inóspitos, ou o inferno encarnado no estranho. A estranheza permitida à ascese laica residiria na profundidade da psichê acolhida pelos cantos e aposentos reveladores da sua misteriosa força.

O morar de modo saudável para os cidadãos das grandes cidades traduzia o espaço público como o território da aridez e da impessoalidade, marcando nitidamente a fronteira impermeável entre o espaço das normas e dos valores sociais, contrapondo-se ao espaço da intimidade onde a essência humana se desenvolveria no pouso adequado para o seu florescimento, imune ao contágio do poder do Estado, da luta de classes, do tenso cotidiano dos homens concretos, atores e autores desta geografia. Esta contraposição demarcava uma hierarquia de valores aos espaços, diferenciava objetivos e funções antagônicas, denotando o intimismo da vida privada como intenso e complexo universo particular e intransponível[4]. Neste templo, concentrando o universo em miniatura, as portas e janelas deveriam estar hermeticamente fechadas para o aprimoramento do sujeito soberano habitado por mistérios e turbulências interiores necessitados de cuidado. Sem casa e afetos dos seus iguais, o humano ressecaria, perderia o adubo fundamental para o crescimento. A clínica inviolável do morar era feita trancada a sete chaves isolando-se dos rumores e misturas exteriores ao seu domínio. O espaço público, civil, comportava regras e contratos instáveis, mutantes, ineficazes ao

universo do desenvolvimento da seiva familiar. Para este modelo clínico, as ruas e becos, fazendo circular o gesto imprevisível do estranho, eram neutralizados, traduzidos em opacidade. O brilho do lar desenvolvendo e aprimorando o sujeito-morador ofuscava qualquer coisa fora do espaço-mundo concentrando o universo. A subjetividade a ser pesquisada residiria nas profundezas invisíveis do humano, assentado no templo laico mobiliado por símbolos e representações da personalidade do morador irradiando aura e poder.

Morar como ato humano fixado a um modo particular de operar sobre a existência definia a subjetividade em atributo individual, antagônica às normas e controles do espaço público, atrelada ao soberano sujeito alheio às invenções e revoltas em processo do lado de fora daquele lugar sagrado e eterno. Nas ruas, praças, becos, fábricas, cortiços, habitavam fracassos e interrogações à felicidade do morar adequado. Nesses territórios, nos quais a gerência da razão nem sempre era exitosa, a aura da clínica esmaecia confrontada pelas impurezas, heterogeneidades, horrores e invenções do mundo onde a eternidade não seria o alvo. Atrás das cortinas e portas as agruras do cotidiano exigiam sagacidade; o tempo das ruas desgarrados da busca do paraíso em contínua evolução não aspirava nenhuma ascese. Ali, contingência e história tornavam tudo e todos mortais, finitos, exigindo criatividade e modos de guerrear inesgotáveis. Fracassos da felicidade prometida pela ordem social, insurgências, conquistas provisórias, denotavam ao templo do lado de fora a intensidade necessária para a morte e para a vida despossuídas de herméticas paredes. Para o tempo e para o espaço do intimismo gerenciados pela concepção clínica promotora da sacralidade do morar, nada se perdia, nada transgrediria o destino imutável da natureza humana, nada poderia não ser eterno, nada se desacomodaria pela força dos acontecimentos detonados das impurezas urbanas carregadas de desordem e escândalo. Para esta proposta tutora do existir, as contradições e paradoxos dos modos de viver presentes do dia-a-dia das cidades do capitalismo não caberiam nos cômodos edificados para a hermenêutica do asséptico sujeito perene. É a clínica das geografias que ignoram fronteiras construídas, destruídas, reconstruídas, por intermináveis e minúsculas guerras visíveis ou não. O mundo dos homens de carne e osso perambulando nos becos e ruelas, transformados em coisas nas fábricas, nos hospícios, traduzidos em nada quando a casa não era o lar ideal, quando as dores e modos de amar não eram universais e imutáveis, com suas feridas à flor da pele interpelando o fracasso da felicidade anunciada, era ignorado por essa higiênica concepção de gerência do existir. A cidade e suas polifônicas vozes e enfrentamentos também. Para os conflitos detonados pelos mistérios inconfessáveis, das paixões incontroláveis, sofridas nos quartos do templo laico, não interessavam dores superficiais marcadas na pele, exibidas além das suas fronteiras íntimas de combate. Nos quartos da ascese doméstica, do decifrамento do cosmos e do outro pela soberania do sujeito concentrando em si as forças do mundo, habitariam somente profundidades de almas sem cidade, profundidades onde o mergulho individual desprezava as inúmeras fronteiras construídas por sensibilidades e dores expostas por nervos à flor da pele.

Além dos perigos ameaçadores ao abrigo burguês impedidores da ascese individual e à saúde da família estruturada, um temor peculiar atormentou o citadino das metrópoles dos oitocentos: a perda da identidade[5]. O "começo permanete"[6] anunciado pela modernidade estilhaçando o pouso fixo de sólidas verdades não deixará nada imóvel. O ritmo frenético das demolições dos velhos bairros, a caducidade das mercadorias e valores entrando e saindo de moda, rebeliões operárias, movimentos de massa, atordoaram o citadino das grandes cidades. O "começo permanente" desmanchando coisas e sensibilidades sólidas impelia-o a refugiar-se no interior do lar, protegendo-se da iminente perda dos seus vestígios. Do outro lado do espaço do intimismo doméstico a contingência e a finitude dos acontecimentos ameaçavam dissolver marcas identitárias afirmando o eu, o ele, o nós, o que seremos no futuro, impregnadas de aura e poder. Representações da personalidade estampadas em cada detalhe do lar, pegadas singulares dos proprietários, sombras de si, corriam o risco de esmaecerem como pedestres misturados e desfigurados pela multidão, ou tragados pelo furor anônimo da massa. A clínica do morar fornecendo prescrições adequadas à solidez da alma impedia o esmaecimento do seu rosto desenhando nitidamente os contornos do espírito, dando-lhe solidez e permanência. No lar a identidade seria construída e solidificada imune à história feita e refeita do lado de fora portando assombro, desassossego, fascínio, horror, criação. Cantos no interior doméstico acolhendo símbolos da alma desprotegidos desta clínica perderiam a força sagrada do morador, tornado-o frágil e incompleto como as coisas e fatos exteriores às herméticas portas e janelas. No ninho do lar, nós e os outros eram delimitados por eficientes barreiras expurgando interpelações ou aturdimento. Frestas e brechas das casas deveriam estar constantemente vedadas para o equilíbrio dos proprietários. Qualquer porosidade seria fatal.

O citadino no aconchego do refúgio interior sonhava em isolar-se do cruel e anônimo mundo do lado de fora. A geografia da ascese doméstica fazia-o sonhar que a impermeabilidade do seu refúgio expurgava e o protegia de antagônicos e discrepantes espaços. No ninho do lar estariam somente as sensibilidades dos seus iguais exercitando o que aquele lugar impregnado de luz oferecia, e mais nada atravessaria as herméticas paredes, trazendo impurezas e mazelas. Nas fábricas do final do século passado algo semelhante acontecia frustrando esse sonho moderno de autonomia e purificação espacial. Cada coisa no seu devido lugar, um dos lemas da modernidade, instrumentalizava a racionalização do trabalho para a escolha do operário certo para a função adequada às suas aptidões[7]. Fábricas lúgubres e sombrias do passado, iluminadas pela luz da gerência científica, modernizavam suas instalações ampliando e ventilando o espaço fabril, fragmentando tarefas e funções, a serviço do aumento da produção articulada à saúde do trabalhador. Operários fora da seção adequada não poderiam desenvolver suas potencialidades. A fábrica iluminada pela gerência científica domava o caos do dia-a-dia da produção delimitando espaços, fragmentando tarefas, para que as individualidades imbuídas no trabalho desenvolvessem ao máximo as virtualidades adormecidas em cada operário.

O projeto burguês do refúgio para o desenvolvimento de si no santuário laico fracassava no bloqueio das outras lógicas que extrapolavam aquela que o tutelava. Por baixo das portas, atravessando as frestas, a fábrica e outras instituições entravam delimitando tarefas, funções, aprimorando potencialidades: criança-adulto, corpo-mente, trabalho-lazer, individual-social, empregado-patrão, ocupavam espaços específicos, reproduzindo a estratégica fragmentação para o conhecimento e controle promotor da vida equilibrada e produtiva. Sala de estar, quarto dos meninos e das meninas, sala de refeições, banheiro isolado das salas, o longo corredor facilitando a circulação e a privacidade dos moradores, realizavam a arquitetura da elevação moral e psicológica. O vagão ferroviário inspirava esta arquitetura da modernidade[8]. O trem, emblema da velocidade e da produção desta era, transportando mercadorias, passageiros circulando no longo e estreito corredor permitindo o trânsito e a privacidade das cabines, conduzirá riquezas do capitalismo e algo também valioso, valores de uso e de troca da intimidade convertida em virtude. O vagão ferroviário, signo da produção e circulação dos feitos do capital, propiciou ao citadino viajar só entre os seus iguais em direção ao progresso, ignorando a paisagem do outro lado da janela de vidro exalando odores, emitindo sons, apresentando formas discrepantes ao confortável trajeto. A viajem lhe oferecia autonomia e a soberania asséptica de ser sujeito indiferente aos detritos atravessados em alta velocidade sob os trilhos de aço.

O sonho da modernidade domando a desordem e o caos esquadrinhando espaços, higienizando a vida social colocando cada coisa no seu devido lugar, era sonhado nos lares esculpindo corpos, desenhando desejos, produzindo verdades como se fossem atributos de uma humanidade perene e imutável. Do lado de fora a caducidade dos fatos e valores se contrapunha a esta humanidade eterna, semelhante aos anjos em vigília na cabeceira do leito infantil velando o sono protegido das impurezas do mundo. A casa como uma "rua coberta"[9] dos séculos anteriores, despreocupada em reduzir o alarido e os contágios terrestres, desconhecedora das rígidas fronteiras entre o dentro e o fora, sairia das amarras da transcendência divina e dos ditames da natureza dando lugar ao silêncio do lar imaginando ser o universo. Mulheres e crianças seriam atraídas para o interior ocupando os seus respectivos aposentos. A praça, o chafariz, a igreja e o mercado, a rua, espaços da comunicação e da aprendizagem passariam a ser desvalorizados como locais do conhecimento de si e do outro. A mulher da urbe agora terá outra função, será guardiã do lar envolta em mistérios, responsabilidades, explorando outras mulheres ocupantes dos quartos dos serviçais, ou encarcerada na frágil e nervosa sensibilidade da sua nova natureza. As crianças da casa como "rua coberta", entendidas como adultos em miniatura, mensageiras ativas dos acontecimentos do bairro, transformam-se em valiosas sementes, também frágeis, necessitadas de adulto para o futura que as espera[10]. A gerência científica e pedagógica lhes deu a missão ativa na construção do progresso, preencheu-os de força seus corpos e mistérios interiores, retirando-os a força política que poderia fazer das suas vidas uma outra coisa. A clínica do morar fez o citadino sonhar sonhos que não eram só seus; o fez habitar o vagão ferroviário, desconhecendo ser este uma máquina, um artifício, um instrumento, entre outros, do mundo dos homens de

carne e osso. Nas ruas, na massa, fábricas, movimentos políticos, diferentes máquinas do habitar e de combate inventam-se dando à modernidade um outro tom.

Não só de sonhos e viagens a clínica do morar se ocupava. A aspiração de assentar o modelo universalizante do morar dos oitocentos, além de normatizar a casa burguesa, fiscalizar implacavelmente as das "classes perigosas", vilas operárias, atravessou fronteiras colonizando espaços estranhos ao mundo ocidental, levando a pedagógica missão do lema da modernidade de construção identitária resumida na máxima "tornar-se (aprimorar, desenvolver) o que se é" (potencialidades, virtualidades da imutável essência humana)[11]. Na Amazônia, missionários salesianos da região do Rio da Graças, no intuito de propagar a doutrina cristã aos índios Bororós, se deram conta da estratégia eficaz para a conversão dessas "almas primitivas". Propuseram o realinhamento das ocas dispostas em círculo na aldeia em filas paralelas[12]. O morar para os Bororós desvinculado da forma circular, orientando-os na estreita comunicação com os pontos cardeais e com seus deuses, induzia-os gradativamente à desorientação espacial, ao afastamento dos seus deuses, e conseqüentemente à perda da memória da história da tribo. Os missionários salesianos, conhecedores da aura e do poder da clínica do morar, hábeis estrategistas no uso do espaço como dispositivo político, levavam a doutrina assentada em filas paralelas, propondo a ascese preenchendo o vazio gerado pela perda da estreita conexão com o cosmo e do esquecimento da memória coletiva.

O risco iminente da porosidade dos espaços permitindo a entrada dos paradoxos e contradições do mundo dos homens de carne e osso foi, e ainda é, a ameaça fatal para os missionários religiosos ou ateus. Esta modalidade de gerência da saúde e do sofrimento tornou universal o modo de viver de poucos, prometendo a felicidade no futuro para todos, desprezando as inquietações do contemporâneo; formou identidades cristalizando um nós forte, indissolúvel, indiferente aos limites provisórios do seu reinado; fragilizou corpos e desejos; delimitou e definiu subjetividade como rastro individual, sombras de si mesmo, carregada de aura e poder; propagou o exercício para a conquista da autonomia do sujeito soberano vigiado por impermeáveis barreiras, ignorando o cárcere desta geografia; fez da casa um casulo bloqueando qualquer sentido que a tornasse um outro sentido; destruiu a memória de índios, da loucura, dos homens comuns; traduziu narrativas de experiências coletivas em vivências íntimas intransponíveis; produziu estranhos, intolerância, a vaidosa e arrogante tolerância do iluminados pela luz da revelação espiritual ou psíquica; amorteceu solidariedades miúdas, lutas capilares, conquistas simples e vitais minando o triunfalismo e a derrota dos modelos dos homens sem mundo e sem Brasil[13]. Existiria um clínica do morar necessária à implantação dos atuais serviços residenciais? Os lares abrigados seriam em si mesmos espaços libertários? O lar abrigaria quem, para que? Os dispositivos residenciais dispariam que sentidos, para onde? Habitar seria somente apropriar-se de um espaço, como se fosse meu, teu, fechado entre quatro paredes?

Os Bororós da Amazônia, apesar do realinhamento das casas, não perderam a memória coletiva. A residência projetada pelos missionários salesianos fracassou na vedação das brechas e frestas. A casa burguesa inventada no século passado não conseguiu evitar que as impurezas mundanas da cidade atrapalhassem a elevação rumo ao paraíso; mulheres, negros, miseráveis, trabalhadores, gente comum, emitindo polifônicas vozes das suas fúrias, infiltraram-se pelos buracos atrapalhando a pesquisa dos rastros de si. No manicômio, a porosidade das suas velhas paredes está pouco a pouco permitindo a entrada dos paradoxos e contradições dos homens do mundo e do Brasil. Nestas novas moradias da Reforma Psiquiátrica a modernidade dos oitocentos nos adverte que habitar e clínica podem ser um vagão ferroviário, uma outra máquina, um artifício, uma ferramenta, entre outras. A modernidade do agora nos sugere que as portas e janelas destes novos serviços devem estar sempre abertas, deixando entrar conflitos, memórias insurgentes produzindo experimentações de casas e clínicas provisórias, inacabadas, inspiradas nas alegrias e dores dos homens da imanência. Os Bororós não perderam a memória e a história da loucura também.

[2] Segundo La Cecla, Franco, "em toda idade clássica até os oitocentos nunca existiu uma sistemática sobre o habitar, nem normas de distribuição espacial nas residências." No século XIX, inicia um furor inovador. Na Europa, o Estado reformador começa a intervir no habitat do citadino, principalmente naqueles que pertencem às classes "trabalhadoras e perigosas". La Cecla, F. Mente Locale. Per un' antropologia dell' abitare. Milão: Eléuthera, 1996, p. 19. Ver Foucault, M. Eterotopia Luoghi e Non-Luoghi. Metropolitani. Milão: Mimesis, 1994.

[3] O morar como uma ascese encontra-se nas análises de Sennett, Richard: "O advento da Revolução Industrial produz a forte necessidade de uma proteção laica (...) A segurança parece oferecer, como diríamos hoje, a possibilidade de um desenvolvimento psicológico; do mesmo modo os monges buscavam a iluminação espiritual bem protegidos nas suas celas". Sennett, R. La Coscienza dell' Occhio. Progetto e vita sociale nelle cittá. Milão: Feltrinelli, 1992, p. 36. Sobre o mundo secular e o sagrado na Revolução Industrial sugerimos Marramao, Giacomo. Cielo e Terra. Genealogia della secularizzazione. Bari: Laterza, 1994, p. 05.

[4] Ver Sennett, Richard. O Declínio do Homem Público. As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia da Letras, 1988, cap. I.

[5] Bresciani, M. Stella. A cidade das multidões, a cidade aterrorizada, in: Moses, R. (org). Olhares Sobre a Cidade. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 1994, p. 31. Ver Benjamin, Walter. A Paris do Segundo Império em Baudelaire, in: Kothe, F. (org). Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1985, p. 74.

[6] Sobre a modernidade como "começo permanente" nos inspiramos nas obras de Bauman, Zygmunt: Modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999; O Mal-Estar da Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998 e Berman, Marshall. Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia da Letras, 1986.

[7] Sennett, R. op. cit., pp. 39-40.

[8] Sennett, R. op. cit., p. 39.

[9] Sennett, R. op. cit., p. 38.

[10] Farge, Arlette. La cittá e l'informazione: parigi nel XVIII secolo, in: Olmo, Di Carlo (org). La Cittá e le sue Storie. Turin: Giulio Einaudi, 1995, pp. 125-126. Ver também Ariès, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

[11] Para Bauman, Zygmunt, "Precisar tornar-se o que já se é, é a característica da vida moderna (...) A modernidade substituiu a determinação heterônoma da posição social pela autodeterminção compulsiva e obrigatória". Modernidade Líquida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 41.

[12] La Cecla, Franco. op. cit., pp. 21-22.

[13] Sobre as lutas miúdas encontramos em Milton Santos uma concisa e densa argumentação: "Quanto mais diferentes são os que convivem num espaço limitado, mais idéias do mundo aí estarão para serem levantadas, cotejadas e, desse modo, tanto mais rico será o debate silencioso ou ruidoso que entre as pessoas se estabelece. Nesse sentido, pode-se dizer que a cidade é um lugar privilegiado para essa revelação (...) Miseráveis são os que se confessam derrotados. Mas os pobres não se entregam. Eles descobrem cada dia formas inéditas de trabalho e de luta. (...) Nessas condições de alerta permanente, não tem repouso intelectual. A memória seria sua inimiga, a herança do passado é temperada pelo sentimento de urgência, essa consciência do novo que é, também, um motor do conhecimento.
A sociabilidade urbana pode escapar aos seus interpretes nas faculdades; ou aos seus vigias, na delegacias de polícia. Mas não aos atores ativos do drama, sobretudo quando para prosseguir vivendo, são obrigados a lutar todos os dias". Santos, Milton. Por uma outra Globalização. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record: 2000, pp. 131-132.